



2

Demonstrações Financeiras e Notas Anexas

Banco Caixa Geral Angola, S.A.

Demonstração dos Resultados

Demonstração dos Resultados
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

mkz	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Juros e rendimentos similares	4	89 584 325	68 250 568
Juros e encargos similares	4	(26 291 771)	(18 683 143)
Margem financeira		63 292 554	49 567 425
Rendimentos de serviços e comissões	5	21 341 805	12 910 070
Encargos com serviços e comissões	5	(4 323 797)	(3 658 638)
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados	17	-	66 676
Resultados de investimentos ao custo amortizado	16	-	714 169
Resultados cambiais	6	17 307 060	19 505 255
Resultados de alienação de outros activos	7	52 124	12 811
Outros resultados de exploração	8	(2 488 582)	(2 073 638)
Produto da actividade bancária		95 181 164	77 044 130
Custos com pessoal	9	(17 059 981)	(14 213 166)
Fornecimentos e serviços de terceiros	10	(9 271 369)	(7 700 673)
Depreciações e amortizações do exercício	18 e 19	(3 756 705)	(3 024 845)
Provisões líquidas de anulações	24	(1 134 028)	(1 495 554)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	17	(4 148 864)	(7 353 665)
Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	13,14 e 16	967 149	(437 823)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	18,19 e 21	(368 535)	(465 304)
Resultado antes de impostos de operações em continuação		60 408 831	42 353 100
Impostos sobre os resultados			
Correntes	20	(5 034 038)	(2 808 266)
Diferidos	20	(5 270 703)	(2 903 617)
Resultado Líquido do Exercício		50 104 090	36 641 217
Número médio de acções ordinárias emitidas	11	20 000 000	20 000 000
Resultados por acção básico (em kwanzas)	11	2 505	1 832
Resultados por acção diluídos (em kwanzas)	11	2 505	1 832

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

Joaquim Cícero da Costa de Menezes

Francisco José Rosado dos Santos

Pela Direcção de Contabilidade

Pela Administração

Demonstração do Rendimento Integral

Demonstração do Rendimento Integral
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

mkz	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Resultado Líquido do Exercício		50 104 090	36 641 217
Outro rendimento integral			
Itens que não serão reclassificados para resultados(líquidos do efeito fiscal)			
Variação de justo valor de instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral	15	99 678	103 286
Total do Rendimento Integral		50 203 768	36 744 503

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

Joaquim Cícero da Costa de Menezes

Pela Direcção de Contabilidade

Francisco José Rosado dos Santos

Pela Administração

Balanço

Balanço
em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023

mkz	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12	216 330 235	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	84 486 129	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	14	104 013 462	67 625 726
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	15	446 472	287 597
Investimentos ao custo amortizado	16	267 464 666	294 715 744
Crédito a clientes	17	391 726 192	353 352 559
Outros activos tangíveis	18	13 421 550	12 597 955
Activos intangíveis	19	7 332 581	3 661 222
Activos por impostos correntes	20	691 056	240 623
Activos por impostos diferidos	20	-	831 733
Outros activos	21	5 405 070	5 862 922
Total do activo		1 091 317 413	1 056 629 730
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	22	4 100 595	5 809 869
Recursos de clientes e outros empréstimos	23	895 478 398	898 520 128
Provisões	24	3 231 462	2 120 185
Passivos por impostos correntes	20	2 416 207	709 793
Passivos por impostos diferidos	20	4 300 546	-
Outros passivos	25	10 516 152	10 445 274
Total do passivo		920 043 360	917 605 249
Capital Social	26	60 000 000	60 000 000
Reservas de reavaliação	27	361 967	262 289
Outras reservas e resultados transitados	27	60 807 996	42 120 975
Resultado Líquido do Exercício		50 104 090	36 641 217
Total do capital próprio		171 274 053	139 024 481
Total do passivo e do capital próprio		1 091 317 413	1 056 629 730

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

Joaquim Cícero da Costa de Menezes

Francisco José Rosado dos Santos

Pela Direcção de Contabilidade

Pela Administração

Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios

Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023									
			Reservas de reavaliação		Outras reservas e resultados transitados				
mkz	Notas	Capital Social	Reservas de justo valor	Sub-total	Reserva legal	Outras reservas e resultados transitados	Sub-Total	Resultado líquido do exercício	Total Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		60 000 000	159 003	159 003	9 532 325	15 348 406	24 880 731	34 480 487	119 520 221
Aplicação do resultado líquido do Período									
Transferência para outras reservas	27	-	-	-	-	34 480 487	34 480 487	(34 480 487)	-
Transferência para reserva legal	27	-	-	-	3 448 048	(3 448 048)	-	-	-
Distribuição de dividendos	27	-	-	-	-	(17 240 243)	(17 240 243)	-	(17 240 243)
Alterações de justo valor	15	-	103 286	103 286	-	-	-	-	103 286
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	36 641 217	36 641 217
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		60 000 000	262 289	262 289	12 980 373	29 140 602	42 120 975	36 641 217	139 024 481
Aplicação do resultado líquido do Período									
Transferência para outras reservas	27	-	-	-	-	36 641 217	36 641 217	(36 641 217)	-
Transferência para reserva legal	27	-	-	-	3 664 122	(3 664 122)	-	-	-
Distribuição de dividendos	27	-	-	-	-	(17 954 196)	(17 954 196)	-	(17 954 196)
Alterações de justo valor	15	-	99 678	99 678	-	-	-	-	99 678
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	50 104 090	50 104 090
Saldo em 31 de Dezembro de 2024		60 000 000	361 967	361 967	16 644 495	44 163 501	60 807 996	50 104 090	171 274 053

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

Joaquim Cícero da Costa de Menezes

Francisco José Rosado dos Santos

Pela Direcção de Contabilidade

Pela Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

mkz	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		108 743 072	88 741 784
Juros, comissões e outros proveitos equiparados pagos		(33 664 447)	(22 507 271)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(26 502 414)	(21 009 499)
Outros resultados		5 201 229	6 381 307
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais		53 777 440	51 606 321
Aumento/Diminuições nos activos e passivos operacionais:			
Aplicações em instituições de crédito		(23 305 324)	(6 465 359)
Crédito a clientes		(22 906 517)	(144 724 641)
Recursos de instituições de crédito		(1 739 411)	3 959 784
Recursos de clientes e outros empréstimos		(41 737 392)	46 222 348
Outros activos e passivos operacionais		638 984	108 653
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(89 049 660)	(100 899 215)
Impostos sobre os lucros pagos		(3 778 057)	(6 841 195)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		(39 050 277)	(56 134 089)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Investimentos ao custo amortizado		34 176 452	34 557 298
Compra de imobilizações		(8 653 086)	(5 043 103)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		25 523 366	29 514 195
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Dividendos de acções ordinárias pagos	27	(17 954 196)	(17 240 243)
Pagamentos referentes a passivos da locação	25	(54 312)	(382 953)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(18 008 508)	(17 623 196)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(31 535 419)	(44 243 090)
Caixa e equivalentes no início do período		317 204 581	264 809 543
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(31 535 419)	(44 243 090)
Efeitos da variação cambial em caixa e seus equivalentes		14 653 021	96 638 128
Caixa e equivalentes no fim do período		300 322 183	317 204 581
Caixa	12	7 657 099	6 084 161
Disponibilidades em Bancos Centrais	12	208 673 136	181 532 087
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	83 991 948	129 588 333
Caixa e equivalentes		300 322 183	317 204 581

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

Joaquim Cícero da Costa de Menezes

Francisco José Rosado dos Santos

Pela Direcção de Contabilidade

Pela Administração

I) Notas às demonstrações financeiras

Nota 1 - Nota Introdutória

O Banco Caixa Geral Angola, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “Caixa Angola”) foi constituído por Escritura Pública de 1 de Julho de 2002, tendo resultado da transformação da Sucursal de Angola do então denominado Banco Totta & Açores, S.A. (“Sucursal”) em banco de direito local, na sequência da comunicação do Banco Nacional de Angola (adiante igualmente designado por “BNA”) de 15 de Maio de 2002 e da resolução do Conselho de Ministros de 23 de Fevereiro de 2002, que autorizaram a sua constituição.

No âmbito desta operação e na sequência da deliberação da Comissão Executiva do Conselho de Administração do então Banco Totta & Açores, S.A. de 12 de Junho de 2002, foi transferida a totalidade dos activos e passivos, incluindo os bens ou direitos imobiliários de qualquer natureza, assim como todos os direitos e obrigações afectos à anterior Sucursal, para o Banco. Neste contexto, a Sucursal foi encerrada no dia 30 de Junho de 2002, pelo valor apurado no balancete de encerramento, o qual foi aplicado na realização de 99,98492% do capital inicial do Banco.

Aquando da reorganização da sua estrutura accionista, a 2 de Julho de 2009, a qual se traduziu na entrada de novos accionistas, designadamente, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (adiante igualmente designada por “CGD”) através da Partang SGPS, S.A. e a Sonangol através da Sonangol – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, E.P. e da Sonangol Holdings, Lda. foi alterada a sua denominação social, passando para Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A..

Nessa mesma data, foi efectuado um aumento do seu capital social de mKz 794.400 para mKz 9.376.913, através da entrada em dinheiro de mKz 7.780.600, correspondentes a USD 100.000.000, o qual foi realizado por todos os accionistas na proporção da participação detida nesta data. Os remanescentes mKz 801.913 do aumento de capital foram realizados por integração de reservas livres. Após este aumento de capital, o valor unitário das acções foi redenominado de 10 Kwanzas para 500 Kwanzas, tendo as 857.500.000 acções sido convertidas em 17.150.000 acções.

No dia 8 de Julho de 2015, o Banco Santander Totta e a Santotta - Internacional SGPS anunciaram a venda da sua participação de 49% no capital social da Partang SGPS, S.A. à Caixa Geral de Depósitos, passando este Banco a deter a totalidade do capital daquela sociedade.

Na sequência desta venda, em 22 de Janeiro de 2016, a denominação do Banco foi alterada para Banco Caixa Geral Angola, S.A., comercialmente designado por Caixa Angola.

No dia 28 de Dezembro de 2020, a Caixa Geral de Depósitos procedeu à incorporação da Partang SGPS, S.A. através de um processo de fusão, passando a deter participação directa no Caixa Angola.

Assim, a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o Caixa Angola era detido maioritariamente pela CGD.

Por Deliberação Unânime da Assembleia Geral, em 9 de Março de 2022, foi decidido proceder ao aumento de capital social por incorporação de reservas livres no valor de mKz 51.425.000, a ser realizado pelo aumento do número de acções dos anteriores 17.150.000 para 20.000.000 e pelo aumento do valor nominal das acções de Kz 500 para Kz 3000, tendo-se cifrado o capital social no valor de mKz 60.000.000 (ver nota 26). Este aumento de capital foi realizado no âmbito da operação de abertura do capital social do Caixa Angola em Bolsa ocorrida em Setembro de 2022.

Em Setembro de 2022, o Banco Caixa Geral Angola S.A. tornou-se o primeiro banco de capital maioritariamente estrangeiro e a segunda empresa angolana a ter acções admitidas à negociação na Bolsa de Dívida e de Valores de Angola (BODIVA).

O Banco tem como missão consolidar-se como um banco estruturante do sistema financeiro nacional, reconhecido pela sua contribuição para o desenvolvimento económico, o reforço da competitividade, capacidade de inovação e internacionalização das empresas nacionais, e a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional.

Tendo presente esta missão, a actividade do Banco é orientada pelos seguintes valores: rigor, transparência, segurança, responsabilidade e integridade, e respeito.

Assim, o Caixa Angola é hoje uma marca tradicional, com 31 anos de actividade, focado em contribuir para o sucesso e crescimento dos seus clientes, em participar activamente no progresso e desenvolvimento do País, não esquecendo o posicionamento de Angola no mundo global, corporizando a sua estratégia na nova assinatura - "Um Banco Local. Uma Rede Global."

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no BNA, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos ou em outros activos para os quais se encontra devidamente autorizado.

O Banco oferece um conjunto de serviços e uma carteira de produtos diversificada, com particular destaque para a área de crédito aos sectores produtivos em apoio à iniciativa de diversificação da economia para sectores não petrolíferos e para os serviços diversos relacionados com os pagamentos internacionais, direccionados a empresas e empresários em nome individual, para apoiar o comércio externo. Deste modo, o Banco visa financiar empresários de pequena e média dimensão, dispondo para o efeito de uma rede nacional de 27 balcões e 4 centros de empresas, distribuídos por 9 províncias (Cabinda, Zaire, Luanda, Lunda Sul, Benguela, Huambo, Huíla, Namibe e Kwanza Sul). Dos balcões

em actividade, 18 balcões encontram-se localizados na cidade de Luanda e os restantes nas outras províncias. Os centros de empresas estão também localizados na província de Luanda.

Nota 2 – Bases da preparação e Políticas contabilísticas materiais

2.1 Bases da Preparação

No âmbito do disposto no Aviso n.º 5/2019 de 30 de Agosto, do BNA, as demonstrações financeiras do Banco são preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS) e foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações. As IAS/IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras do Banco agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024.

As políticas contabilísticas materiais utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2024 e 2023, excepto no que se refere às novas normas emitidas.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de kwanzas (mKz), arredondados ao milhar mais próximo. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e os activos financeiros ao justo valor através de resultados.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas, e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se descritas na Nota 3.

As normas contabilísticas recentemente emitidas e aplicáveis ao Banco, incluindo as de 31 de Dezembro de 2024 que ainda não se encontram em vigor, podem ser analisadas na Nota 2.2.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de Fevereiro de 2025, e estão sujeitas à aprovação dos accionistas e serão submetidas para a aprovação da Assembleia Geral, que tem o

poder de as alterar. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

1. Impacto da adopção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efectivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de Janeiro de 2024:

- i. **IAS 1** (alteração), 'Classificação de passivos como não correntes e correntes' e 'Passivos não correntes com "covenants"'. Estas alterações clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarificam que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Estas alterações são de aplicação retrospectiva.
- ii. **IAS 7** (alteração) e **IFRS 7** (alteração), 'Acordos de financiamento de fornecedores'. Estas alterações exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados, para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do impacto dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na *Agenda Decision* de dezembro de 2020.
- iii. **IFRS 16** (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação'. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente dos passivos de locação, no âmbito de transações de venda e relocação, que qualificam como "vendas" à luz dos princípios da IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são variáveis e não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que não

reconheçam ganhos/(perdas) relativamente ao Activo sob direito de uso retido. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

As alterações que se tornaram efectivas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025:

- i. **IAS 21** (alteração), ‘Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025). Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada. Esta alteração é de aplicação retrospectiva sem a reexpressão do comparativo, devendo a transposição da informação financeira ser registada em resultados transitados (se conversão de moeda estrangeira para moeda funcional) ou em reserva cambial (se conversão de moeda de funcional para moeda de apresentação).
- ii. **IFRS 9** (alteração) e **IFRS 7** (alteração), ‘Alterações à classificação e mensuração de financiamentos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026). As alterações efetuadas referem-se a: i) clarificação do conceito de data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns activos e passivos financeiros, introduzindo uma nova exceção para passivos financeiros liquidados através de um sistema eletrónico de pagamentos; ii) clarificação e exemplificação sobre quando um activo financeiro cumpre com o critério de os *cash flows* contratuais corresponderem” apenas ao pagamento de principal e juros” (“SPPI”), tais como: 1) activos sem direito de recurso; 2) instrumentos contratualmente associados; e 3) instrumentos com características ligadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governo (“ESG ”); iii) novos requisitos de divulgação para instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa em termos de período e valor; e iv) novas divulgações exigidas para os instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral. Estas alterações aplicam-se na data em que se tornam efetivas sem a reexpressão do comparativo.
- iii. **IFRS 9** (alteração) e **IFRS 7** ((alteração), ‘Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fonte renovável’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem

em ou após 1 de janeiro de 2026). Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. As alterações pretendem melhorar o relato dos efeitos financeiros dos contratos negociados que têm por base a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, sujeitos a variabilidade na quantidade gerada devido ao facto de esta estar dependente de condições naturais não controláveis. Essas alterações pretendem: i) clarificar a aplicação dos requisitos da isenção de “uso próprio” da IFRS 9; ii) permitir a aplicação da contabilidade de cobertura quando os contratos de aquisição de eletricidade de fonte renovável são designados como instrumento de cobertura; e iii) adicionar novos requisitos de divulgação à IFRS 7 para uma melhor compreensão do impacto destes contratos no desempenho financeiros e nos fluxos de caixa da entidade. Esta alteração será de aplicação retrospectiva sem reexpressar os períodos comparativos, exceto quanto à designação de cobertura que deverá ser aplicada prospectivamente.

- iv. **Melhorias anuais - ‘volume 11’** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026). Os ciclos de melhorias anuais às IFRS pretendem clarificar questões de aplicação ou corrigir inconsistências nas normas. Este volume de melhorias afeta as seguintes normas: IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.
- v. **IFRS 18** (nova norma), ‘Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). Esta nova norma ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. A IFRS 18 irá substituir a atual IAS 1. Mantendo muitos dos princípios existentes na IAS 1, a IFRS 18 dá um maior enfoque na especificação de uma estrutura para a demonstração dos resultados, composta por categorias e subtotais obrigatórios. Os itens da demonstração dos resultados serão classificados numa de três categorias: operacional, investimento, financiamento. Serão exigidos subtotais e totais especificados, sendo a principal alteração a inclusão obrigatória do subtotal “Resultado operacional”. Esta norma inclui também melhorias na divulgação das medidas de desempenho da gestão, incluindo a reconciliação com o subtotal mais próximo exigido pelas IFRS. Esta norma vem ainda reforçar a orientação sobre os princípios de agregação e desagregação da informação constante das demonstrações financeiras e respetivas notas, com base nas suas características partilhadas. Esta norma aplica-se retrospectivamente.
- vi. **IFRS 19** (nova norma), ‘Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). A IFRS 19 é uma norma voluntária que permite às subsidiárias elegíveis utilizar as IFRS com requisitos de divulgação reduzidos. A IFRS 19 é uma norma que apenas trata de divulgações sendo aplicada em conjunto com os requisitos das restantes IFRS para efeitos de reconhecimento, mensuração e apresentação. Uma subsidiária é considerada

elegível se (i) não estiver sujeita à obrigação de prestação pública de informação financeira; e (ii) a entidade-mãe prepara demonstrações financeiras consolidadas para prestação pública, conforme as IFRS. A IFRS 19 pode ser aplicada por subsidiárias elegíveis na preparação das suas próprias demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. É obrigatória a apresentação de informação comparativa total exceto se alguma isenção for aplicável.

Não se estima que as alterações que se irão tornar efectivas em ou após 1 de Janeiro de 2025 e anos seguintes venham a ter impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

2.3 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Kwanza) à taxa de câmbio médio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio médio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio médio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio médio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, cuja diferença é registada por contrapartida de reservas.

As demonstrações financeiras do Caixa Angola em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas (mKz), tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo BNA naquelas datas.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, as taxas de câmbio médias do Dólar dos Estados Unidos (USD) e do Euro (EUR), face ao Kwanza (Kz), eram os seguintes:

	31-12-2024	31-12-2023	31-12-2022
1 USD	912,000	828,800	502,691
1 EUR	949,483	915,990	537,438

2.4 Instrumentos financeiros – IFRS 9

2.4.1 Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

2.4.1.1 Activos financeiros

A classificação de activos financeiros é determinada no reconhecimento inicial e é expectável que as reclassificações sejam extremamente raras. Um activo financeiro só pode ser reclassificado se houver uma alteração no modelo de negócio para gestão dos activos financeiros e, assim sendo, esta reclassificação requer aprovação e actualização da política contabilística.

De acordo com a IFRS 9, os instrumentos financeiros podem ser classificados em três categorias: (i) Custo amortizado; (ii) Justo valor através de outro rendimento integral ("FVOCI"); (iii) e Justo valor através de resultados ("FVTPL").

2.4.1.1.1 Instrumentos de capital

Os instrumentos de capital são obrigatoriamente mensurados ao justo valor, com as variações a serem reflectidas em resultados, ou seja, são classificados em "FVTPL". Os instrumentos de capital são considerados como mantidos para negociação quando a entidade tem a intenção de negociar as posições com vista a realizar um lucro a curto prazo.

Contudo, no reconhecimento inicial, existe a opção irrevogável, e numa base de instrumento-a-instrumento, de classificar os instrumentos de capital em "FVOCI". Esta opção é aplicável somente a instrumentos que não são mantidos para negociação e que não estão reconhecidos como contingente por um comprador numa combinação de negócio na qual a IFRS 3 - 'Concentração de actividades empresariais' se aplica.

Com a aplicação da opção irrevogável de classificação em "FVOCI", os ganhos e perdas nos investimentos em instrumentos de capital designados em "FVOCI" serão reconhecidos em outro rendimento integral e nunca poderão ser reclassificados de capital para resultados (mesmo quando os mesmos são desconhecidos). Os dividendos são usualmente reconhecidos em resultados.

2.4.1.1.2 Instrumentos de dívida

De acordo com a IFRS 9, todas as categorias de mensuração estão disponíveis para os instrumentos de dívida, nomeadamente:

- Custo amortizado;
- Justo valor através de outro rendimento integral ("FVOCI"); e
- Justo valor através de resultados ("FVTPL").

Existe a opção irrevogável de designar um instrumento financeiro que poderia ser de outra forma mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de outros rendimento integral, para ser mensurado ao justo valor através de resultados na opção de justo valor ("FVO"), se tal designação eliminar ou reduzir significativamente a inconsistência no reconhecimento e mensuração (*mismatch* contabilístico) que de outra forma levaria a que a mensuração dos activos e passivos ou o reconhecimento dos ganhos e perdas fosse efectuada em diferentes bases.

A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida nas categorias anteriores é efectuada com base em dois elementos:

- i. modelo de negócios do Banco para a gestão de instrumentos de dívida; e
- ii. características dos fluxos de caixa contratuais de instrumentos de dívida.

Modelo de Negócio

Definição e documentação do Modelo de Negócio

O modelo de negócio representa a forma como o Banco gere os seus activos financeiros com o intuito de gerar fluxos de caixa, o que, de acordo com a IFRS 9, pode ser através da recolha dos fluxos de caixa contratuais (*Hold-to-Collect* – “HTC”), um modelo misto de recolha dos fluxos de caixa contratuais e realização de vendas perante a identificação de oportunidades de mercado (“*HTC and Sell*”) ou outros modelos de negócio (por exemplo *trading*).

As categorias de mensuração são aplicadas de acordo com o modelo de negócio atribuído aos instrumentos de dívida – decisão do modelo de negócio.

Os modelos de negócio não dependem das intenções da gestão para um instrumento individual (i.e., não se trata de uma avaliação instrumento-a-instrumento). Esta análise é realizada com um nível de agregação mais alto (i.e. numa base de carteira-a-carteira). O Banco pode optar por mais do que um modelo de negócio para a gestão dos seus instrumentos de dívida.

A avaliação do modelo de negócio requer julgamento baseado em factos e circunstâncias. Assim, devem ser considerados quer factores quantitativos (a frequência e valor esperado das vendas), quer factores qualitativos (o propósito da aquisição dos activos financeiros, as razões para qualquer venda, como o desempenho é gerido e como os colaboradores são remunerados, etc.).

Modelo de Negócio - *Hold-to-collect* (“HTC”)

Os activos financeiros relevados num modelo “HTC”, são geridos de forma a realizar os fluxos de caixa através da recolha dos pagamentos de capital e juros ao longo da vida dos instrumentos. Neste modelo de negócio as vendas devem ser circunstanciais e acessórias ao objectivo do modelo de negócio. Tipicamente envolve um menor nível de vendas em comparação com os outros modelos de negócio, quer em termos de frequência quer em termos de volume.

Não obstante o objectivo do modelo de negócio “HTC” ser o de deter os activos financeiros de forma a recolher os fluxos de caixa contratuais, a entidade não necessita de deter todos os activos até à maturidade. Um modelo de negócio pode ser “HTC” mesmo quando tenham ocorrido algumas vendas de activos financeiros ou se espera que venham a ocorrer, desde que estas vendas não sejam significativas.

Modelo de Negócio - *Hold-to-collect and Sell* (“HTC and Sell”)

Quer a recolha dos fluxos de caixa contratuais quer as vendas são parte integrante do objectivo deste modelo de negócio. Para a categoria “*HTC and Sell*” o modelo de negócio consiste em deter um portfólio de activos líquidos de forma a fazer face a compromissos esperados ou não esperados ou para financiar aquisições antecipadas. Neste caso, a classificação dos instrumentos de dívida, foca-se não no modelo de negócio em si, mas na forma como estes instrumentos são geridos de forma a cumprir os objectivos do modelo de negócio.

Um modelo de negócio cujo objectivo é alcançado através, quer da recolha dos fluxos de caixa contratuais, quer das vendas dos activos financeiros, terá tipicamente uma maior frequência e valor de vendas comparativamente ao modelo de negócio “HTC”. Tal deve-se ao facto de as vendas dos activos financeiros serem parte integrante do objectivo do modelo de negócio e não acessórias ao mesmo. No entanto, não existe nenhum limite para a frequência ou montante das vendas que podem ocorrer neste modelo de negócio, pois ambas as formas são parte integrante da forma de alcançar o objectivo deste modelo de negócio.

Modelo de Negócio - Outros

Este modelo inclui todos os portfólios geridos de outras formas que não “HTC” ou “*HTC and Sell*” e inclui nomeadamente portfólios que:

- i. São geridos com o objectivo de realizar fluxos de caixa através da venda;

- ii. São geridos, e cuja *performance* é avaliada, numa base do justo valor; ou
- iii. Cumprem a definição de detidos para negociação.

Um activo financeiro é detido para negociação se é:

- i. Adquirido principalmente com o propósito de venda no curto prazo;
- ii. No momento do reconhecimento inicial, parte de um portfólio de instrumentos financeiros identificados como sendo geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um padrão actual de realização de lucro no curto prazo; ou
- iii. Um derivado, excepto derivados designados e efectivos para instrumentos de cobertura.

Solely Payments of Principal and Interest on the principal amount outstanding ("SPPI")

Nos modelos de negócio "HTC" e "*HTC and Sell*", a classificação e mensuração dos instrumentos de dívida dependem também das características dos fluxos de caixa contratuais. Desta forma, o Banco determina, para cada activo financeiro, se os fluxos de caixa contratuais previstos correspondem, exclusivamente, ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida, através da realização de testes SPPI.

De acordo com a Norma IFRS 9, o termo "capital" é definido como o justo valor no momento do reconhecimento inicial, podendo o mesmo ser sujeito a alterações ao longo da vida útil do activo financeiro (por exemplo, através de reembolsos antecipados), e o termo "juros" corresponde ao rendimento gerado pela consideração do valor temporal do dinheiro e do risco de crédito associado ao capital em dívida, de outros riscos e custos básicos dos créditos, bem como da margem de lucro. De acordo com esta definição, os juros compreendem as seguintes componentes:

- i. Valor temporal do dinheiro: componente dos juros que apenas tem em consideração a passagem do tempo, sem considerar outros riscos ou custos associados com a manutenção dos activos financeiros. Para determinar se este é o único elemento considerado, o Banco aplica julgamentos e tem em consideração factores relevantes como a moeda em que se encontra expresso o instrumento de dívida e o período de refixação das taxas de juro;
- ii. Risco de crédito: esta componente pretende compensar o credor pela possibilidade de incumprimento futuro do devedor;
- iii. Outros riscos e custos: incluem o risco de liquidez ou custos administrativos; e
- iv. Margem de lucro: margem adicional que o credor requer ao devedor.

Instrumentos de dívida - Custo amortizado

Um instrumento de dívida será classificado e subsequentemente mensurado ao custo amortizado somente se as seguintes condições se verificarem:

- **Modelo de Negócio:** o instrumento de dívida é mantido num modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo de forma a obter os fluxos de caixa contratuais ("HTC"); e
- **Cumprimento com o critério SPPI:** os termos contratuais dos títulos de dívida originam em datas específicas fluxos de caixa que são somente pagamentos de capital e de juros sobre o montante de capital em dívida ("SPPI").

Os instrumentos financeiros designados ao custo amortizado são, no momento do reconhecimento inicial, registados ao justo valor acrescido de qualquer custo de transacção directamente atribuível à sua aquisição ou emissão. O justo valor no momento inicial de um activo ou passivo financeiro designado ao custo amortizado é normalmente o preço de transacção desde que o activo não possua uma taxa de juro abaixo do mercado (IFRS 13 – 'Justo valor: mensuração e divulgação').

Na mensuração subsequente, os instrumentos são sujeitos a imparidade (reconhecida por contrapartida de resultados em “Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações”), o juro é reconhecido em resultados (“Juros e rendimentos similares”) utilizando a taxa de juro efectiva sobre o valor contabilístico bruto (excepto no caso de activos com imparidade em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade) e os ganhos e perdas cambiais são igualmente reconhecidos em resultados (“Resultados cambiais”).

Instrumentos de dívida - Justo valor através de outro rendimento integral (“FVOCI”)

O instrumento de dívida será classificado e mensurado ao “FVOCI” se ambas as seguintes condições se verificarem:

- **Modelo de Negócio:** se o instrumento de dívida for mantido num modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo de forma a obter os seus fluxos de caixa contratuais e, eventualmente, ganhar com a sua venda (“*HTC and Sell*”); e
- **Cumprimento com o critério SPPI:** os termos contratuais dos títulos de dívida originam em datas específicas fluxos de caixa que são somente pagamentos de capital e de juros sobre o montante de capital em dívida (“SPPI”).

Os requisitos de mensuração subsequente para os activos mensurados ao “FVOCI” continuam a ser aplicados de acordo com a IFRS 13.

Os ganhos e perdas relativos aos instrumentos de dívida classificados em “FVOCI” resultantes de alterações no seu justo valor são reconhecidos em outro rendimento integral e, no momento da sua alienação, os respectivos ganhos ou perdas acumuladas em outro rendimento integral são reclassificados para “Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”. Apresentam-se como excepção ao referido os casos a seguir apresentados que são reconhecidos em resultados:

- O juro é reportado em “Juros e rendimentos similares” utilizando o método de taxa de juro efectiva;
- A imparidade e reversões são registadas em “Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

No que diz respeito a títulos de dívida, quando o activo é desreconhecido, o ganho ou perda acumulada previamente reconhecida em outro rendimento integral é reclassificada para “Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”.

Instrumentos de dívida - Justo valor através de resultados (“FVTPL”)

Qualquer instrumento financeiro que não se classifique em nenhuma das categorias anteriores deverá ser classificado e mensurado ao justo valor através de resultados (“FVTPL”).

Os requisitos de mensuração subseqüentes para os activos mensurados ao “FVTPL” continuam a ser aplicados de acordo com a IFRS 13.

Ganhos e perdas em activos financeiros classificados em “FVTPL”, resultantes de alterações no seu justo valor ou de alienações são reconhecidos em “Resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”.

O juro é reportado em “Juros e rendimentos similares” pelo menos mensalmente numa base de diferimento para os títulos de dívida registados ao “FVTPL”.

2.4.1.2 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros ao justo valor através de resultados (Opção de Justo Valor) desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- Os passivos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- São contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos ou passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos ou passivos e dos derivados (mismatch contabilístico); ou
- os passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

2.4.1.3 Compensação de instrumentos financeiros

O Banco procede à compensação de activos e passivos financeiros, apresentando um valor líquido no balanço quando, e apenas quando, tem o direito irrevogável de os compensar numa base líquida e tem a intenção de os liquidar numa base líquida ou de receber o valor do activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ganhos e perdas apenas são compensados quando tal é permitido pelas IFRS ou para ganhos e perdas decorrentes de um grupo de transacções de natureza similar.

2.4.2 Imparidade de activos financeiros

O modelo de imparidade desenvolvido de acordo com a norma IFRS 9 é aplicável aos seguintes activos financeiros:

- Todos os activos financeiros mensurados ao custo amortizado (incluindo contratos de locação em que o Banco actua como locador - IFRS 16 – ‘Locações’);
- Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (“FVOCI”);
- Créditos documentários e garantias e avales prestados; e
- Direitos e obrigações conforme referenciados pela IFRS 15 – ‘Rédito de contratos com clientes’, nos casos em que esta norma remete a contabilização para a IFRS 9.

Estes activos financeiros são divididos em 3 grupos de risco, dependendo da degradação significativa de risco de crédito:

- Estágio 1 - Activos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial;

- Estágio 2 - Activos com degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial; e,
- Estágio 3 - Activos para os quais existe evidência objectiva de imparidade (activos em default ou com imparidade na originação ou na aquisição).

A norma IFRS 9 não define um conceito de default, no entanto, o Banco aplica a definição de default em vigor no Grupo CGD. Para efeitos de gestão do risco de crédito, a qual incorpora um conjunto de critérios qualitativos para aferição do estado de *default*, critérios estes que se traduzem em julgamentos sobre a elevada probabilidade de o mutuário não cumprir com as suas obrigações dentro das datas acordadas com o Banco.

É apenas necessário que se cumpra um dos seguintes critérios para que uma operação seja classificada como *default*:

- Clientes que estiverem em incumprimento (atraso) por mais de 90 dias acima da materialidade aplicável aos mesmos;
- Clientes submetidos à análise individual de imparidade e de onde se conclui que existe evidência objectiva de imparidade;
- Clientes com operações em contencioso;
- Clientes declarados insolventes;
- Clientes com reestruturações por dificuldades financeiras com perda económica;
- Créditos abatidos ao activo;
- Operações com juros extrapatrimoniais (juros anulados há mais de 90 dias);
- Aplicação de medidas de reestruturação por dificuldades financeiras do cliente a exposições com estatuto de NPE;
- Exposição *Forborne* (Reestruturação por dificuldades financeiras do cliente) em período probatório com mais de 30 dias de atraso, que estava classificada como NPE antes da entrada no período probatório;
- Exposição *Forborne* (Reestruturação por dificuldades financeiras do cliente) em período probatório com novas reestruturações dentro do período de vigilância (2 anos), que estava classificada como NPE antes da entrada no período probatório.

A classificação em estágio 2 baseia-se na observação de um aumento significativo do risco de crédito (*Significant Increase in Credit Risk* – “SICR”) desde o reconhecimento inicial. O “SICR” é identificado através de critérios qualitativos como é o caso de atrasos superiores a 30 dias, créditos reestruturados por dificuldades financeiras, entre outros.

Dependendo da classificação do estágio dos activos, as perdas de crédito são estimadas de acordo com os seguintes critérios:

- Perdas Esperadas a 12 meses: perda esperada resultante de um evento de perda que ocorre nos 12 meses após a data de cálculo, sendo aplicada para activos em estágio 1; e
- Perdas Esperadas ao longo da vida do activo: perda esperada obtida através da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera vir a receber

até à maturidade dos activos. Ou seja, a perda esperada resulta de todos os potenciais eventos de perda até à maturidade, sendo aplicada para activos em estágio 2 e 3.

As perdas esperadas são uma estimativa, ponderada pela probabilidade, das reduções no valor dos fluxos de caixa resultantes do *default* ao longo do horizonte relevante.

O apuramento da perda esperada baseia-se em informações históricas e actuais, mas deve igualmente incorporar cenários de projecções futuras que sejam fiáveis, razoáveis, suportáveis e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

A avaliação de imparidade é efectuada numa base individual para exposições significativas e numa base colectiva para as restantes exposições. Caso se determine que não existe evidência de imparidade para uma determinada exposição, quer seja significativa ou não, o cálculo de imparidade é realizado com base no modelo colectivo.

Na Nota 33 é apresentado maior detalhe sobre o modelo de imparidade aplicado aos diferentes tipos de instrumentos de dívida reconhecidos no activo do Banco.

2.4.3 Desreconhecimento de activos financeiros com Imparidade na originação/aquisição (POCI)

Os activos com imparidade na originação ou na aquisição (“POCI”) são activos em situação de imparidade no reconhecimento inicial – um activo tem imparidade se um ou mais eventos ocorreram e tiveram impacto negativo nos fluxos de caixa futuros esperados do activo.

Os dois eventos que levam à originação de exposições em POCI apresentam-se como segue:

- Novos activos financeiros em situação de imparidade após alterações que levem ao desreconhecimento e reconhecimento de uma nova operação; e
- Novas exposições a clientes em situação de imparidade.

O Banco desreconhece um activo financeiro quando, e apenas quando, expira o direito contratual ao recebimento dos fluxos de caixa ou o activo financeiro é transferido e a transferência se qualifica para desreconhecimento. Considera-se que é transferido um activo financeiro se, e apenas se, forem transferidos os direitos contratuais ao recebimento dos fluxos de caixa desse activo financeiro ou se forem mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos fluxos de caixa, mas o Banco assume uma obrigação contratual de entregar esses fluxos de caixa a um ou mais beneficiários.

No caso em que sejam mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos fluxos de caixa, o Banco deve tratar a operação como uma transferência apenas se todas as seguintes condições forem cumpridas:

- i. não tem a obrigação de pagar valores ao beneficiário, excepto aqueles que sejam recebidos do activo original;
- ii. encontra-se impedida, pelos termos do acordo de transferência, de vender o activo original; e
- iii. tenha a obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos sem atrasos materiais e não seja permitido reinvestir esses fluxos de caixa até ao seu pagamento.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um activo financeiro são renegociados ou de outra forma modificados e essa renegociação ou modificação não resulta no desreconhecimento do activo financeiro, o Banco recalcula o valor de balanço bruto do activo financeiro e reconhece um ganho ou perda pela diferença para o anterior valor de balanço bruto. O novo valor de balanço bruto do activo deve ser determinado como o valor actual dos fluxos de caixa renegociados ou modificados, descontado à taxa efectiva original do activo (ou à taxa de juro ajustada no caso de créditos adquiridos ou originados em situação de imparidade) ou, quando aplicável, à taxa de juro efectiva revista. Quaisquer custos ou comissões incorridas são incluídos no novo valor de balanço bruto e diferidos durante o período de vida remanescente do activo.

Num cenário em que a modificação dos fluxos contratuais resulta no desreconhecimento do activo financeiro, observam-se as seguintes implicações:

- i. Necessidade de realização de nova análise SPPI com o intuito de determinar se as condições contratuais do activo financeiro modificado se enquadram no âmbito de SPPI;
- ii. Registo do novo activo financeiro pelo justo valor no momento inicial, sendo a eventual diferença face ao valor líquido contabilístico do activo anterior registada em resultados;
- iii. Caso as modificações contratuais tenham sido motivadas por reestruturação de um activo por dificuldades financeiras do devedor, o novo activo é considerado POCI, sendo as perdas por imparidade sempre reconhecidas numa base *lifetime*, ou seja, o novo activo nunca poderá ser classificado como estágio 1;
- iv. O custo amortizado do novo activo será determinado com base nos fluxos de caixa esperados;
- v. O novo activo financeiro reconhecido que resulte de uma modificação contratual de um activo financeiro anteriormente marcado como reestruturado por dificuldades financeiras, continuará a manter esta marcação, sendo que o período de cura é reiniciado a partir da data da última reestruturação; e
- vi. Para um activo financeiro originalmente classificado no estágio 3, para efeitos do modelo de imparidade cuja modificação contratual conduz ao respectivo desreconhecimento, o novo activo financeiro a reconhecer manter-se-á classificado no estágio 3, podendo, em função dos critérios definidos pelo Banco para efeitos da definição de incumprimento, passar posteriormente para o estágio 2.

A IFRS 9 não concretiza quais os critérios a observar para distinguir em que circunstâncias é que uma alteração aos fluxos de caixa contratuais deve resultar no desreconhecimento ou não do activo financeiro. Desta forma, o Banco alinou a sua política com o Accionista maioritário onde consolida (CGD), tendo definido que a:

- a) Decisão deverá ter em consideração as razões que conduziram à respectiva modificação. A este nível são identificadas duas razões:
 - o Dificuldades financeiras do devedor; e
 - o Motivações comerciais.

Dificuldades financeiras do devedor

Modificações contratuais que resultem do normal processo de recuperação de crédito em incumprimento por dificuldades financeiras do devedor não deverão por princípio resultar no desreconhecimento do activo financeiro.

O racional subjacente é o seguinte:

- i. As alterações contratuais efectuadas em caso de reestruturações por dificuldades financeiras do cliente são necessárias à recuperação do crédito concedido e constituem uma consequência desse processo; e
- ii. No caso de ser reconhecida uma nova operação, esta seria dissociável da operação original. No entanto, o Banco, em circunstâncias normais, não concederia o financiamento com condições contratuais iguais às condições do processo de reestruturação.

Deverão, contudo, ser consideradas algumas excepções, nomeadamente quando se verificarem modificações substanciais no activo financeiro.

Entende-se que uma alteração implica modificações substanciais no activo financeiro quando:

- o As alterações ao contrato que impliquem que os fluxos de caixa contratuais deixem de poder ser considerados apenas capital e juros (SPPI) nos termos definidos pela IFRS 9 e quando sujeitos ao teste SPPI; e
- o As alterações ao contrato que impliquem uma alteração da contraparte do activo financeiro, salvo se directamente relacionada com o devedor original.

Nestes casos excepcionais as alterações contratuais deverão dar lugar ao desreconhecimento do activo financeiro. Adicionalmente a estes critérios, entende-se que uma alteração contratual implica uma análise específica (“activo a activo”) para avaliação da existência de uma modificação substancial no activo financeiro, quando o montante em dívida do activo financeiro na data da alteração contratual exceder os mKz 100.000 e a diferença entre o valor descontado dos fluxos de caixa do activo financeiro com as novas condições e o valor descontado dos fluxos de caixa do activo originalmente reconhecido, actualizados à taxa efectiva original, for superior a 10%. Consequentemente, uma alteração contratual que caia nesta situação poderá, em função da conclusão desta análise específica, conduzir ao desreconhecimento do activo financeiro e ao reconhecimento de um novo instrumento financeiro.

Motivações comerciais

Todas as modificações contratuais originadas por motivações comerciais deverão implicar um desreconhecimento do activo financeiro em vigor e ao reconhecimento de um novo. O racional subjacente prende-se pelo facto de:

- Estas alterações serem efectuadas com o objectivo de reflectir as condições de mercado actuais sobre o valor em dívida, na medida em que ocorrem a pedido da contraparte e, caso o pedido não seja atendido, o cliente pode terminar a operação tendo a capacidade de contratar uma operação semelhante ou até mais favorável noutra Instituição de Crédito; e
- O objectivo e/ou montante contratualizado sofrer alterações e não cumprir com os termos contratuais do contrato original.

2.5 Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis são registados ao custo de aquisição e deduzidos das depreciações e perdas por imparidade acumuladas. O activo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, não são incorporados no activo, são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Fornecimentos e serviços de terceiros”.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, conforme seguidamente discriminado:

	Número de anos
Imóveis	
De serviço próprio	15 a 50
Obras em imóveis arrendados	2 a 15
Equipamento	
Mobiliário e material	3 a 10
Aparelhagem de som e de imagem	6 a 7
Máquinas e Ferramentas	3 a 10
Equipamento informático	2 a 10
Instalações de interiores	6 a 15
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	2 a 10

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes activos são registadas em custos do exercício.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, com base em análises periódicas, a IAS 36 “Imparidade de activos” exige que o seu valor recuperável seja estimado (maior entre o valor de uso e o justo valor), devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. Esta perda é reconhecida em resultados na rubrica “Imparidade para outros activos, líquida de reversões e recuperações”. As perdas por imparidade podem ser revertidas também com impacto em resultados, até ao valor que os activos teriam se a imparidade nunca tivesse sido reconhecida, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

Na data do desreconhecimento de um activo tangível, o ganho ou perda calculado pela diferença entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica de resultados de alienação de outros activos.

2.6 Activos intangíveis

São reconhecidos como activos intangíveis, os dispêndios incorridos que: (i) sejam identificáveis, ou seja, que tenham a capacidade de serem separados ou decorram de direitos contratuais ou legais, (ii) tenham um potencial de geração de benefícios económicos futuros e (iii) sejam controlados pelo Caixa Angola.

Software

Os custos incorridos com a aquisição de *software* a terceiras entidades são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base linear ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período compreendido entre os 3 e os 5 anos.

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

Os programas informáticos desenvolvidos internamente são reconhecidos como activos intangíveis quando, entre outros requisitos se verifica que são utilizáveis, ou passíveis de serem vendidos, e, para além disso são identificáveis e é possível demonstrar a sua capacidade de gerar benefícios económicos futuros.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.7 Activos não correntes detidas para venda

A norma IFRS 5 - ‘Activos não correntes detidas para venda e unidades operacionais descontinuadas’ é aplicável a activos isolados e também a grupos de activos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transacção, bem como todos os passivos directamente associados a esses activos que venham a ser transferidos na transacção (denominados “grupos de activos e passivos a alienar”). Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual; e
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até 12 meses após a classificação do activo nesta rubrica (prazo que permite também dar cumprimento à Directiva N.º 01/DSB/DRO/2020 emitida pelo BNA).

Os activos registados nesta rubrica não são depreciados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos. Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica “Imparidade para outros activos líquidos de reversões e recuperações”.

São igualmente classificados nesta rubrica os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, os quais são registados pelo menor entre (i) o valor de arrematação ou (ii) o valor de balanço líquido de imparidade dos créditos objecto de recuperação que lhe estejam directamente associados.

Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo seja classificado como detido para venda, se o atraso for causado por acontecimentos e circunstâncias fora do controlo do Banco e se houver suficiente prova de que o Banco continua comprometido com o seu plano de vender o activo. Adicionalmente, no âmbito da legislação em vigor do BNA, o Banco após 12 meses de registo de um activo como Activo não corrente disponível para venda, solicita ao BNA o registo contínuo nessa rubrica e informa dos esforços desenvolvidos para a venda. Caso tal comunicação ao BNA dê origem a um parecer desfavorável, o Banco efectuará a transferência do activo da rubrica “Activos não correntes disponíveis para venda” para a rubrica “Outros Activos” pelo mesmo valor contabilístico, continuando os esforços de alienação.

O Banco analisa periodicamente o valor recuperável dos imóveis recebidos por recuperação de créditos ou outros imóveis reclassificados como activos não correntes detidas para venda. A imparidade é determinada de forma individual para todos os imóveis, sendo ponderadas as particularidades do imóvel assim como da estratégia de desinvestimento que se pretende prosseguir,

incorporando informação disponível sobre a procura, a oferta e outros riscos específicos, nomeadamente no que concerne a licenciamentos, necessidades de investimento, situações de ocupação, contratos de arrendamento ou outros susceptíveis de influenciar o seu valor.

Adicionalmente, esta metodologia de valorização encontra-se ajustada às indicações dadas pelo BNA através da Directiva N.º 13/DSB/DRO/2019, sendo considerados os seguintes *haircuts* atendendo à antiguidade da avaliação dos imóveis:

Antiguidade da avaliação	Haircut	
	>= 50% obra concluída	< 50% obra concluída
Inferior a 1 ano	Não aplicável	Não aplicável
Entre 1 a 2 anos	20%	25%
Entre 2 e 3 anos	30%	40%
Mais de 3 anos	55%	65%

2.8 Locações - IFRS 16

Na data de início de cada contrato, o Banco avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, através do qual se atribui o direito de controlar o uso de um activo identificável, por um determinado período, em troca de uma retribuição.

Para avaliar se um contrato transmite o direito de controlar o uso de um activo identificado, o Banco avalia, se:

- I. o contrato envolve o uso de um activo identificado – o activo poderá ser especificado de forma explícita ou implícita e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um activo fisicamente não distinto. Mesmo que um activo seja especificado, o Banco não tem o direito de usar um activo identificado se o fornecedor tiver o direito substantivo de substituir esse activo durante o período de utilização;
- II. o Banco tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do activo identificado, durante todo o período de utilização; e
- III. o Banco tem o direito de orientar o uso do activo identificado. O Banco tem este direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar o modo e a finalidade com que o activo é usado durante todo o período de utilização. Nos casos em que a decisão sobre como e para que finalidade o activo é utilizado é predeterminada, o Banco tem o direito de orientar o uso do activo se:
 - a. o Banco tem o direito de explorar o activo (ou de mandar outros explorar o activo da forma que ele determinar) durante todo o período de utilização, sem que o fornecedor tenha o direito de alterar essas instruções de exploração; ou
 - b. o Banco concebeu o activo (ou aspectos específicos do activo) de uma forma que determine previamente o modo e a finalidade com que o activo será usado durante todo o período de utilização.

O Banco aplica a IFRS 16 aos contratos celebrados ou alterados em ou após 1 de Janeiro de 2019.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha um componente da locação, o Banco imputa a retribuição no contrato a cada componente da locação com base nos seus preços individuais. No entanto, para as locações de terrenos e edifícios nos quais é locatário, o Banco optou por não separar

as componentes de não locação e contabilizar as componentes da locação e de não locação como uma única componente.

Como locatário

O Banco reconhece um activo sob direito de uso e um passivo da locação na data de entrada em vigor da locação. O activo sob direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o qual inclui o valor inicial do passivo da locação ajustado de todos os pagamentos antecipados da locação em ou antes da data da entrada em vigor (deduzidos os incentivos à locação recebidos), adicionado de quaisquer custos directos iniciais incorridos e da estimativa dos custos para desmantelamento e remoção do activo subjacente ou para restaurar o activo subjacente ou as instalações na qual está localizado.

Subsequentemente, o activo sob direito de uso é depreciado utilizando o método linear desde a data da entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo sob direito de uso ou ao fim do prazo da locação, consoante o que terminar primeiro. A vida útil estimada dos activos sob direito de uso é determinada seguindo os mesmos princípios dos outros activos tangíveis. Adicionalmente, o activo sob direito de uso é periodicamente deduzido das perdas por imparidade, se existirem, e ajustado por determinadas re-mensurações do passivo da locação.

O passivo da locação é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos da locação que não tenham sido efectuados nesta data, descontados segundo a taxa de juro implícita na locação, se essa taxa puder ser facilmente determinada. Se a taxa não puder ser facilmente determinada, deve ser utilizada a taxa incremental de financiamento do Banco. Por norma, o Banco utiliza como taxa de desconto a sua taxa incremental de financiamento.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo da locação compreendem os seguintes pagamentos pelo direito de usar o activo subjacente durante o prazo de locação que não tenham sido efectuados nesta data:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), menos os incentivos à locação a receber;
- pagamentos variáveis que dependam de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando a taxa ou o índice existente à data de início;
- montantes que se espera que venham a ser pagos a título de garantias de valor residual;
- o preço do exercício de uma opção de compra, se o Banco estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- pagamentos de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação reflectir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo Banco.

O passivo da locação é mensurado usando o método da taxa de juro efectiva. É re-mensurado quando existe uma alteração aos pagamentos futuros da locação decorrentes de uma alteração num índice ou taxa, quando ocorre uma alteração na estimativa do Banco do montante que se espera pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou sempre que o Banco altera a sua avaliação sobre a expectativa de exercer ou não uma opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Sempre que o passivo da locação é re-mensurado, o Banco reconhece o montante da re-mensuração do passivo da locação como um ajustamento ao activo sob direito de uso. No entanto, caso a quantia escriturada do activo sob direito de uso se encontre reduzida a zero e houver uma outra redução na mensuração do passivo da locação, o Banco reconhece essa redução na demonstração de resultados.

O Banco apresenta os activos sob direito de uso que não correspondem à definição de propriedade de investimento em “Outros activos tangíveis” e os passivos da locação em “Outros passivos” no balanço.

O Banco optou por aplicar a isenção definida pela IFRS 16 para o reconhecimento dos activos sob direito de uso e passivos da locação para locações de curta duração, cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses, e locações de activos de baixo valor (valores iguais ou inferiores a 5.000 USD).

Deste modo, o Banco reconhece as despesas associadas a estes contratos directamente em resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços de terceiros”.

2.9 Impostos sobre lucros

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte que integra o Grupo A.

A 1 de Janeiro de 2015, entrou em vigor o Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, o qual passou a determinar, entre outros, que os rendimentos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC) são dedutíveis para efeitos de determinação do lucro tributável, não consubstanciando o IAC um gasto dedutível fiscalmente.

A 20 de Julho de 2020, foi publicada a Lei n.º 26/2020 que introduziu diversas alterações ao Código do Imposto Industrial, nomeadamente, o aumento da taxa de imposto aplicável às instituições financeiras de 30% para 35%.

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), tendo sido, entretanto, alterado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O registo dos impactos fiscais das transações realizadas pelo Banco corresponde ao entendimento da gestão sobre o tratamento fiscal aplicável à luz da legislação emitida. Nas situações em que haja lugar a interpretação e tal venha a ser questionado pela Administração Fiscal, a gestão procede à sua reanálise, avaliando a probabilidade (superior ou inferior a 50%) de o tratamento fiscal adoptado ser aceite, e consequentemente determina qual o valor mais provável ou o valor esperado de activos ou passivos por imposto, a registar.

Imposto corrente

O imposto corrente engloba o Imposto Industrial, o qual é calculado com base no lucro tributável do exercício, podendo este ser diferente do resultado contabilístico em resultado de ajustamentos nos termos do Código do Imposto Industrial.

Adicionalmente, nos termos do Código do Imposto Industrial, os contribuintes cuja actividade se encontre no âmbito dos poderes de supervisão do BNA, como é o caso do Banco, devem efectuar, até ao final do mês de Agosto de cada ano, a liquidação provisória do Imposto Industrial referente a esse exercício, sendo o imposto a entregar calculado com base em 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurado nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os rendimentos sujeitos a IAC. Com a introdução do novo Código do Imposto Industrial, o sujeito passivo deixa de ser obrigado a efectuar a liquidação e pagamento provisório do Imposto Industrial nos casos em que tenha apurado prejuízo fiscal no ano anterior.

Imposto diferido

O imposto diferido corresponde ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base tributável, utilizados na determinação do lucro tributável.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando é possível determinar a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”)

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco. A taxa varia entre 5% (no caso de juros, prémios de amortização ou reembolso e outras formas de remuneração de títulos de dívida pública, obrigações, títulos de participação ou outros títulos análogos emitidos por qualquer sociedade, que se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado e a sua emissão apresente uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

Adicionalmente, nos termos do Código do Imposto Industrial, não é aceite como gasto dedutível para efeitos de apuramento da matéria colectável o próprio IAC (artigo 18.º), bem como, por outro lado, deduzir-se-ão ao lucro tributável, os rendimentos sujeitos a IAC (artigo 47.º).

Contribuição Especial Sobre Operações Cambiais (“CEOC”)

A 1 de Fevereiro de 2024, entrou em vigor a Contribuição Especial Sobre Operações Cambiais, aprovada pela Lei n.º 15/23, de 29 de Dezembro, a qual incide sobre as transferências para o exterior, em moeda estrangeira, que sejam ordenadas junto de qualquer banco, por pessoas singulares ou pessoas colectivas, com domicílio ou sede em território nacional, no âmbito dos contratos de prestação de serviços de assistência técnica, consultoria e gestão, operações de capitais e transferências unilaterais.

A CEOC passou a determinar, entre outros, que estão excluídas do âmbito de sujeição da CEOC, as transferências destinadas a realização de despesas com saúde e educação, desde que efectuadas directamente às respectivas instituições de saúde e ensino, bem como o repatriamento e dividendos ou de capitais mutuados incluído os respectivos juros.

O Banco enquanto adquirente de serviços enquadráveis no regime da CEOC, deve reter 10% do montante em moeda nacional, objecto da transferência para o exterior e a proceder à liquidação e entrega nos cofres do estado da referida contribuição.

O Banco enquanto instituição Financeira responsável por efectuar ordens de transferência para o exterior por conta dos seus clientes, deve reter 2,5% para particulares e 10% para empresas do montante em moeda nacional, objecto da transferência para o exterior e a proceder à liquidação e entrega nos cofres do estado da referida contribuição.

Em caso de incumprimento, o Banco encontra-se sujeito a pagamento de multa correspondente ao valor da Contribuição.

2.10 Benefícios aos empregados

O crédito a colaboradores inclui os empréstimos concedidos a colaboradores no âmbito do estabelecido em normativos internos. Estes créditos têm associados taxas bonificadas pelo que, de acordo com a IAS 19 - ‘Benefícios a colaboradores’, o Banco quantifica o benefício ao colaborador no

momento do reconhecimento inicial, como a diferença entre o capital financiado e o justo valor do crédito concedido, que corresponde à soma dos fluxos de caixa contratuais descontados à taxa média de mercado aplicável aos clientes do Banco no mesmo período. Este montante é depois diferido de forma linear durante o período mais curto entre (i) a duração do crédito ou (ii) o número de anos que medeia entre a data de concessão do crédito e a data legal em que o colaborador se reforma.

Os benefícios de curto prazo a empregados são registrados como custo assim que o serviço associado tiver sido prestado. É reconhecido um passivo pelo montante expectável a ser liquidado se o Banco tiver uma obrigação presente, legal ou construtiva, de pagar este montante como resultado de um serviço prestado no passado pelo colaborador e essa obrigação possa ser fiavelmente estimada.

Fundo de Apoio Social

O Fundo de Apoio Social do Caixa Angola tem como objectivo atribuir apoio financeiro aos colaboradores na satisfação de necessidades de carácter social e material, designadamente:

- Formação profissional bancária e financeira diferenciada, através da realização de acções de formação e concessão de bolsas de especialização;
- Criação e manutenção de infra-estruturas de cariz social e de suporte de vida familiar e lúdico;
- Constituição e gestão de fundos complementares de velhice e reforma; e
- Apoio em caso de emergência social.

As dotações financeiras do Fundo de Apoio Social são exclusivamente feitas por aprovação dos Accionistas pela afectação em cada período económico de uma percentagem dos lucros antes de deduzidos os impostos. As dotações não utilizadas anualmente transitam para o orçamento do ano seguinte.

2.11 Relato por Segmentos

O Caixa Angola adoptou a IFRS 8 - Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais. Um segmento operacional é uma componente do Caixa Angola: (i) que desenvolve actividades de negócio de que pode obter réditos ou gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Caixa Angola para efeitos de tomada de decisões sobre imputação de recursos ao segmento e avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente ao qual esteja disponível informação financeira distinta.

O Caixa Angola prepara informação financeira com base nos seguintes segmentos operacionais: Carteira de investimento e transacções cambiais, Banca de retalho, Banca Comercial e Outros segmentos para efeitos de Gestão, conforme apresentado na nota 34.

2.12 Provisões, activos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando: (i) o Caixa Angola tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades); (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 “Provisões, passivos contingentes e activos contingentes”, no que respeita à melhor estimativa do custo expectável ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, as provisões correspondem ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes não são registados nas demonstrações financeiras, sendo objecto de divulgação caso a possibilidade de virem a ser realizados pagamentos não seja classificada como remota.

Caso seja provável ou razoavelmente possível a entrada de recursos ou ganhos futuros, trata-se de um activo contingente. Os activos contingentes são registados nas demonstrações financeiras, sendo objecto de divulgação quando for provável um influxo de benefícios económicos.

O valor das provisões corresponde à melhor estimativa do Banco em cada data de reporte (ver Nota 24).

Provisões para Contingências Fiscais

O Banco reconhece provisões destinadas a cobrir as perdas potenciais com contingências fiscais relacionadas com notificações de liquidação emitidas pela Autoridade Geral Tributária no âmbito de inspecções tributárias.

As provisões relacionadas com processos fiscais, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efectuadas pela Administração, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

Provisões para o risco associado a processos judiciais

O Banco reconhece provisões para contingências legais relacionadas com processos judiciais e laborais em contencioso.

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo o Banco a Entidades terceiras são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efectuadas pela Administração, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

Os pressupostos utilizados pelo Banco baseiam-se essencialmente em observações históricas e terão de ser actualizados em períodos subsequentes, podendo essa actualização ter um impacto relevante na estimativa da provisão.

A evolução das responsabilidades com as contingências judiciais relacionadas com processos laborais e o montante das perdas efectivas para o Banco dependem, nomeadamente, do número de acções judiciais em curso e potenciais, assim como das decisões finais dos tribunais sobre cada acção.

Provisões para Garantias financeiras e compromissos

No âmbito da actividade desenvolvida pelo Caixa Angola são prestadas garantias financeiras e assumidos compromissos de crédito junto de entidades terceiras, que sendo rubricas extrapatrimoniais (ver Nota 28), e por isso passivos contingentes, podem converter-se em exposições de crédito a registar no balanço do Caixa Angola. A perda esperada destes contratos é estimada com base na

metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33, e o seu reconhecimento segue as regras apresentadas na Nota 2.16.

2.13 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de “Juros e rendimentos similares” ou “Juros e encargos similares” (“Margem financeira”), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em “Margem financeira”.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Para os activos financeiros incluídos no estágio 3 os juros são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido de imparidade. O reconhecimento de juros é realizado sempre de forma prospectiva, i.e., para activos financeiros que entrem em estágio 3, os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos exercícios subsequentes.

2.14 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados (por exemplo comissões de abertura garantias prestadas), o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam de acordo com a IFRS 15;
- quando resultam de uma prestação de serviços (por exemplo comissões de transferências), o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído de acordo com a IFRS 15;
- quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro (por exemplo comissões de estudo e de preparação de dossier de processos de crédito), os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira de acordo com a IFRS 9 conforme Nota 2.4.

2.15 Resultados em operações financeiras

O resultado de operações financeiras reflecte os ganhos e perdas dos activos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor. Inclui igualmente mais ou menos valias de alienações de instrumentos de dívida de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e de outros activos financeiros ao custo amortizado.

2.16 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de emissão, e com risco de variação de justo valor reduzido, onde se incluem a caixa, depósitos à ordem no BNA e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

2.17 Garantias financeiras e Compromissos

Garantias financeiras são contratos que obrigam o Banco a efectuar pagamentos específicos de forma a reembolsar o detentor por uma perda incorrida em virtude de um devedor falhar o cumprimento de um pagamento. Compromissos são compromissos firmes com o objectivo de fornecer crédito ao abrigo de condições pré-determinadas.

Passivos que decorrem de garantias financeiras ou compromissos dados para fornecer um empréstimo a uma taxa de juro abaixo do valor de mercado são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo o justo valor inicial diferido durante o período de vida útil da garantia ou compromisso. Subsequentemente o passivo é registado ao mais alto entre: (i) o justo valor inicial menos os diferimentos reconhecidos; e (ii) a perda esperada calculada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33.

As responsabilidades por garantias financeiras e compromissos assumidos são registados em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões ou outros proveitos registados no passivo na rubrica de “Outros Passivos” por contrapartida de resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

As perdas por imparidade associadas a garantias financeiras e compromissos assumidos são reconhecidas no passivo, na rubrica “Provisões”, por contrapartida da rubrica “Provisões líquidas de anulações” (em resultados).

2.18 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Caixa Angola pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Caixa Angola.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

2.19 Reserva de actualização monetária dos fundos próprios

Nos termos do Aviso n.º 2 / 2009, de 8 de Maio, do BNA, sobre actualização monetária, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do Índice de Preços ao Consumidor aos saldos de capital, reservas e resultados transitados. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. Nos termos do disposto na IAS 29, a hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- A população em geral prefere conservar a sua riqueza em activos não monetários ou numa moeda estrangeira relativamente estável. As quantias de moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- A população em geral vê as quantias monetárias, não em termos de moeda local, mas em termos de uma moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada de poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- As taxas de juro, os salários e os preços estão ligadas a um índice de preços; e
- A taxa de inflação acumulada durante três anos aproxima-se de 100%, ou excede este valor.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente na demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de fundos próprios, com excepção da rubrica “Capital Social”, que deve ser classificada numa rubrica específica (“Reservas de reavaliação”), que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As *IFRS* estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que exigem ao Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. Estas estimativas foram apuradas tendo em consideração a melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objectivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

O uso de estimativas e pressupostos mais significativos, por parte da gestão, são os seguintes:

3.1 Perdas por imparidade em crédito a clientes e outros instrumentos

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita nas Notas 2.4.2 e 33.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas e apresentadas na Nota 17, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

O Banco considera que a imparidade determinada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33 permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito a clientes, tendo em conta as regras definidas pela norma *IFRS* 9.

3.2 Impostos sobre os lucros e Impostos Diferidos

Os impostos sobre os lucros são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis pelo Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, susceptível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

A Autoridade Fiscal tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco durante um período de cinco anos. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Para efeitos de apuramento da estimativa de impostos, atendendo à alteração do Código de Imposto Industrial, foram adoptados os seguintes pressupostos em conformidade com o entendimento e informação disponível à data do balanço:

- Variações cambiais não realizadas:
 - As variações cambiais não realizadas correspondem à posição cambial líquida em moeda estrangeira;
 - As variações cambiais não realizadas sobre activos e passivos indexados são apuradas tendo em consideração a carteira que se encontram em balanço na data de fecho do exercício; e
 - As variações cambiais passam a ser realizadas no momento da maturidade ou alienação de activos e passivos procedendo-se à anulação do impacto fiscal reflectido em anos anteriores.
- Imparidades constituídas sobre créditos na parte coberta por garantia - valor nominal das garantias incluem:
 - Reforços de imparidade no exercício sobre créditos existentes;
 - Constituição de imparidade sobre novos créditos concedidos no exercício; e
 - Valorização das garantias em conformidade com as regras definidas pelo Banco Nacional de Angola.
 - Consequentemente, diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor do Imposto Industrial e dos Impostos Diferidos reconhecidos no exercício e apresentados na Nota 20.

Os pressupostos assumidos pelo Banco na determinação do imposto sobre o rendimento do exercício e os impostos diferidos poderão encontrar-se sujeitos a alterações, com base em diferentes interpretações.

Em 2021 o Banco alterou a política contabilística relativamente à contabilização do IAC, passando o encargo com o mesmo a ser apresentado na Demonstração dos Resultados na rubrica de Impostos Correntes (anteriormente reflectido em Outros Resultados de Exploração).

Na base desta alteração esteve o facto de, conforme referido na Nota 2.9, o IAC incidir genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, ou seja, o imposto é retido na fonte pelo BNA e os respectivos rendimentos estarem excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial.

Por estes motivos, o Banco considera estarem cumpridas as condições para, à luz da IAS 12, classificar o IAC como um imposto sobre o rendimento e consequentemente, ser apresentado na rubrica da Demonstração dos Resultados enquanto Imposto Corrente.

3.3 Justo Valor - Divulgação de instrumentos financeiros ao custo amortizado

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor. Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na Nota 32.

3.4 Justo valor de outros activos e passivos financeiros mensurados ao justo valor

O justo valor do crédito ao justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

O justo valor do crédito a clientes é estimado de acordo com as seguintes metodologias:

- Crédito em kwanzas com taxa de juro indexada a Obrigações do Tesouro - *cash-flows* descontados à taxa das emissões soberanas mais recentes com prazo semelhante ao prazo residual dos créditos + spread médio das operações do sector deste instrumento.
- Crédito em kwanzas com taxa de juro indexada a *Sofr/Libor/Euribor* - os *cash flows* futuros previstos são apurados considerando as *forward rates* inferidas da curva mais adequada ao indexante. Para efeitos de desconto são utilizadas as curvas da taxa Luibor + spread médio das operações do sector deste instrumento.

A utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderá originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados na nota 15.

3.5 Provisões / Contingências

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes a cada processo.

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respectiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pela gestão quanto aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização dos fluxos de caixa futuros, tendo por referência a melhor informação que se encontre disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras.

Pressupostos e julgamentos distintos teriam impacto na determinação do montante de provisões, as quais são apresentadas na nota 24.

Nota 4 – Margem Financeira

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Juros e rendimentos similares	89 584 325	68 250 568
Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	89 584 325	68 113 781
Juros de crédito a clientes	44 136 533	31 465 557
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	9 108 491	2 580 133
Juros de investimentos ao custo amortizado	36 339 301	34 068 091
Activos financeiros mensurados ao justo valor	-	136 787
Juros de crédito a clientes	-	136 787
Juros e encargos similares	(26 291 771)	(18 683 143)
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	-	(902 128)
Juros de recursos de clientes	(26 169 409)	(17 660 087)
Juros de passivos de locação	(122 362)	(120 928)
Margem Financeira	63 292 554	49 567 425

Em 31 de Dezembro de 2024 a variação positiva registada na rubrica de “Juros e Rendimentos similares” foi impulsionado pelo aumento dos proveitos de crédito a clientes, por conta do crescimento sustentado da carteira em moeda estrangeira e, respectiva apreciação cambial, bem como pelo aumento dos proveitos de aplicações de liquidez que registaram um aumento de 40,27% e 253%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2024 o incremento verificado na rubrica de “Juros e encargos similares” é sobretudo resultante da estratégia de captação de recursos e do aumento das taxas de juro passivas, cada vez mais competitivas.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de “Juros de crédito a clientes de activos financeiros mensurados ao custo amortizado” inclui o efeito positivo de mKz 2.918.482 e mKz 2.052.467, respectivamente, relativo a comissões contabilizadas de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de “Juros de crédito a clientes de activos financeiros mensurados ao custo amortizado” inclui também o montante de mKz 114.763 e mKz 99.714, respectivamente, referente ao efeito do crédito concedido a colaboradores, de acordo com a IAS 19.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, o efeito negativo do ajustamento das operações em estágio 3 na rubrica de Juros de crédito a clientes de activos financeiros mensurados ao custo amortizado com a IFRS 9 é de mKz 1.144.769 e mKz 702.207, respectivamente.

A rubrica “Juros de passivos de locações” refere-se ao custo com juros relativo aos passivos de locação reconhecidos decorrentes da aplicação da IFRS 16.

Nota 5 – Resultados de serviços e comissões

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Rendimentos de serviços e comissões	21 341 805	12 910 070
Por serviços bancários prestados	7 041 878	5 163 147
Expediente, comunicações e manutenção	2 721 160	2 599 663
Por compromissos para terceiros	7 947 962	1 566 327
Por operações cambiais	3 075 560	2 948 756
Operações de títulos com clientes	74 263	192 478
Por garantias e outros serviços prestados	141 898	212 917
Por serviços prestados	318 435	204 895
Outros	20 649	21 887
Encargos com serviços e comissões	(4 323 797)	(3 658 638)
Por serviços Prestados pelos Correspondentes Bancários	(1 501 912)	(1 353 848)
Por serviços prestados por terceiros	(2 821 885)	(2 304 790)
Resultado de Serviços e Comissões Líquidas	17 018 008	9 251 432

A evolução positiva de mKz 7.766.576 verificada em resultados de serviços e comissões líquidas é justificada essencialmente pelo aumento de volume de linhas de crédito revogável aberta impactando positivamente o crescimento (5 vezes superior) da rubrica “Rendimentos de serviços e comissões – Por compromissos para terceiros” ao registado no período homólogo.

Nota 6 – Resultados cambiais

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Proveitos	377 200 469 086	314 908 102 371
Operações cambiais realizadas com clientes	22 688 287	17 932 251
Obrigações em moeda estrangeira e indexadas a moeda estrangeira	1 206 829	4 673 825
Variação cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira	377 176 573 970	314 885 496 295
Custos	(377 183 162 026)	(314 888 597 116)
Operações cambiais realizadas com clientes	(14 984 055)	(9 409 545)
Depósitos de clientes indexados a moeda estrangeira	(263 656)	(46 013)
Variação cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira	(377 167 914 315)	(314 879 141 558)
Resultados Cambiais	17 307 060	19 505 255

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

Em 31 de Dezembro de 2024, a variação líquida face ao período homólogo registada nas rubricas de proveitos e custos com operações cambiais realizadas com clientes registou uma diminuição de mKz 818.474.

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, as variações cambiais favoráveis e desfavoráveis realizadas e as variações cambiais favoráveis e desfavoráveis não realizadas foram os seguintes:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Variações Cambiais Realizadas	8 806 797	22 224 077
Variações Cambiais Favoráveis Realizadas	377 163 180 193	314 777 469 409
Operações cambiais realizadas com clientes	22 688 286	17 932 251
Obrigações em moeda estrangeira e indexadas a moeda estrangeira	1 153 827	-
Variação cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira	377 139 338 080	314 759 537 158
Variações Cambiais Desfavoráveis Realizadas	(377 154 373 396)	(314 755 245 332)
Operações cambiais realizadas com clientes	(14 984 055)	(9 409 545)
Depósitos de clientes indexados a moeda estrangeira	(22 514)	-
Obrigações em moeda estrangeira e indexadas a moeda estrangeira	-	(4 920)
Variação cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira	(377 139 366 827)	(314 745 830 867)
Variações Cambiais não Realizadas	8 500 263	(2 718 822)
Variações Cambiais Favoráveis não Realizadas	37 288 893	130 637 882
Obrigações em moeda estrangeira e indexadas a moeda estrangeira	53 003	4 678 745
Variação cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira	37 235 890	125 959 137
Variações Cambiais Desfavoráveis não Realizadas	(28 788 630)	(133 356 704)
Depósitos de clientes indexados a moeda estrangeira	(241 142)	(46 013)
Variação cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira	(28 547 488)	(133 310 691)
Resultados Cambiais	17 307 060	19 505 255

Nota 7 – Resultados de alienação de outros activos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Ganhos em outros activos tangíveis	52 124	12 811
Resultados alienação de activos	52 124	12 811

A evolução positiva de mKz 39.313 verificada na rubrica “Ganhos em outros activos tangíveis” é justificada pela mais valia obtida em leilão de viaturas, exclusivo para colaboradores do Caixa Angola.

Nota 8 – Outros resultados de exploração

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Outros proveitos	239 274	972 399
Outros proveitos operacionais	239 274	972 399
Outros custos	(2 727 856)	(3 046 037)
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	(280 584)	(210 347)
Contribuição Especial Sobre Operações Cambiais	(324 448)	-
Outros Impostos directos e indirectos	(190 033)	(137 362)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	(404 273)	(271 677)
Taxas não incidentes sobre o resultado	(111 418)	(1 373 199)
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras	(484 466)	(168 268)
Outros custos operacionais	(884 951)	(852 252)
Prestação de serviços diversos	(47 683)	(32 932)
Outros resultados de exploração	(2 488 582)	(2 073 638)

Em 31 de Dezembro de 2023 a rubrica “Outros proveitos operacionais”, inclui mKz 818.005 relativo ao prémio obtido pela substituição de Obrigações do Tesouro em Moeda Externa, realizada pela Unidade de Gestão da Dívida Pública do Ministério das Finanças.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica “Contribuições para Fundo de Garantia de Depósitos”, corresponde ao pagamento da contribuição periódica ao Fundo de Garantia de Depósitos, em conformidade com o Aviso n.º 1/19 de 11 de Janeiro, do BNA.

Em 31 de Dezembro de 2023 a rubrica “Taxas não incidentes sobre o resultado”, inclui mKz 1.113.264, relativos a Taxa de Custódia aplicável às reservas excedentárias, em conformidade com o Instrutivo n.º 8/2023 de 19 de Julho, do BNA.

Nota 9 – Custos com pessoal

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Órgãos Sociais	(2 601 540)	(2 051 763)
Remuneração Mensal	(2 194 438)	(1 841 502)
Remunerações Adicionais	(235 999)	(122 022)
Outros custos	(171 103)	(88 239)
Colaboradores	(14 458 441)	(12 161 403)
Remuneração Mensal	(6 687 476)	(5 539 114)
Remunerações Adicionais	(5 502 957)	(4 855 573)
Encargos sociais obrigatórios	(1 035 249)	(838 528)
Encargos sociais facultativos	(778 864)	(680 788)
Rescisão por Mútuo Acordo	(207 054)	(146 532)
Outros custos	(246 841)	(100 868)
Custos com pessoal	(17 059 981)	(14 213 166)

O crescimento homólogo dos encargos com a remuneração de colaboradores resulta de (i) efeitos das promoções e das progressões de carreira, e (ii) de efeitos dos ajustes à tabela salarial em Maio de 2024, com impacto no aumento da estimativa do prémio de desempenho e outras componentes de custos com pessoal.

As rubricas de remunerações dos colaboradores e órgãos sociais incluem o montante de mKz 1.510.605 referente à remuneração variável (31 de Dezembro de 2023: mKz 841.417) dos colaboradores e dos órgãos de gestão para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024, a liquidar no exercício seguinte.

A 31 de Dezembro de 2024, a rubrica “Encargos sociais facultativos” inclui mKz 773.414 (31 de Dezembro de 2023: mKz 673.548) referentes a seguros de saúde.

A 31 de Dezembro de 2024, a rubrica “Outros custos – colaboradores” inclui mKz 114.763 (31 de Dezembro de 2023: mKz 99.714) referentes ao efeito da concessão de crédito a colaboradores com taxas de juro inferiores às aplicadas no mercado.

O número de colaboradores do Banco, considerando os efectivos e os contratados a termo, apresenta a seguinte desagregação por categoria profissional:

Funções	31-12-2024	31-12-2023
Funções de Gestão	47	49
Funções de Coordenação	114	121
Funções Especializada	208	201
Funções Operacionais e Suporte	132	137
Total	501	508

Nota 10 – Fornecimentos e serviços de terceiros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Consultoria e auditoria	(544 485)	(669 928)
Comunicações e expedição	(995 579)	(878 793)
Segurança e vigilância	(830 331)	(668 462)
Conservação e reparação	(665 833)	(664 790)
Manutenção de software	(3 394 263)	(2 574 384)
Publicidade e publicações	(765 912)	(623 394)
Deslocações e representação	(252 793)	(286 027)
Formação e Recrutamento	(431 989)	(267 648)
Serviços judiciais, Contencioso e notariado	(233 778)	(195 207)
<i>Outsourcing</i>	(533 644)	(317 191)
Seguros	(137 313)	(126 986)
Água, energia e combustíveis	(60 899)	(65 349)
Material de consumo corrente	(213 057)	(150 805)
Outros custos	(211 493)	(211 709)
Total	(9 271 369)	(7 700 673)

O aumento dos custos com serviços de Manutenção de Software é justificado pelos trabalhos de melhoria efectuados ao nível dos sistemas informáticos.

A aceleração contínua da inflação e depreciação do Kwanza face às principais divisas foi também essencial para o comportamento desfavorável, sobretudo nos serviços pagos em moeda estrangeira como é o caso dos serviços de Manutenção de Software.

A rubrica de Consultoria e auditoria inclui os honorários facturados pelo Auditor Externo no âmbito das suas funções, bem como outros serviços, incluindo os prestados pela sua rede, conforme segue (excluindo IVA):

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Pela Sociedade - PwC AO e PT	Valor	Valor
Valor dos serviços de revisão de contas	357 288	214 267
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	12 340	22 623
Valor de outros serviços que não de revisão de contas	223 843	75 751
Total	593 471	312 641

Nota 11 – Resultados por Acção

Resultados por acção básicos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação.

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Resultado líquido do período	50 104 090	36 641 217
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	20 000 000	20 000 000
Número médio de acções ordinárias em circulação (milhares)	20 000 000	20 000 000
Resultado por acção básico (em kwanzas)	2 505	1 832

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos, uma vez que não existem efeitos diluidores.

Nota 12 – Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica de Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais apresenta seguinte composição:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Caixa	7 657 099	6 084 161
Notas e moedas nacionais	4 328 217	3 369 876
Notas e moedas estrangeiras	1 970 894	1 757 543
Em Dólares dos Estados Unidos	865 294	1 086 808
Em Euros	874 158	466 777
Em outras divisas	231 442	203 958
Notas em ATM	1 357 988	956 742
Depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola (BNA)	208 673 136	181 532 087
Em moeda nacional	91 197 000	79 726 706
Em Dólares dos Estados Unidos	117 476 136	101 805 381
Total	216 330 235	187 616 248

A 31 de Dezembro de 2024, a rubrica Depósitos no BNA inclui depósitos de carácter obrigatório em moeda nacional, no montante de mKz 59.094.438 (31 de Dezembro de 2023: mKz 36.522.285) e em dólares dos Estados Unidos, no montante de mKz 106.643.309 (31 de Dezembro de 2023: mKz 87.417.235), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

A 31 de Dezembro de 2024, as reservas obrigatórias são apuradas nos termos do disposto no Instrutivo n.º 06/2024 de 12 de Junho e na Directiva n.º 09/2024 de 20 de Dezembro.

A 31 de Dezembro de 2023, as reservas obrigatórias são apuradas nos termos do disposto no Instrutivo n.º 04/2023 de 30 de Março e na Directiva n.º 12/2023 de 28 de Novembro.

A exigibilidade de manutenção de reservas mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no BNA, é apurada através da aplicação dos coeficientes resumidos na seguinte tabela:

		31-12-2024		31-12-2023	
		Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
Taxas sobre base de incidência					
Governo Central	Apuramento Diário	-	100%	-	100%
Governos Locais e Administrações Municipais	Apuramento Diário	-	100%	-	100%
Governo Central	Apuramento Quinzenal			100%	-
Governos Locais e Administrações Municipais	Apuramento Quinzenal			18%	-
Outros Sectores	Apuramento Quinzenal			18%	22%
Governo Central	Apuramento Mensal	100%	-		
Governos Locais e Administrações Municipais	Apuramento Mensal	21%	-		
Outros Sectores	Apuramento Mensal	21%	22%		

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, podem ser deduzidos da exigibilidade em moeda nacional o montante até 80% dos activos representativos do valor dos desembolsos de créditos, em moeda nacional e em situação regular, concedidos a projectos dos sectores da agricultura, pecuária, silvicultura e pescas, desde que sejam de maturidade residual igual ou superior a 24 meses e concedidos até 14 de Abril de 2021, bem como a totalidade do crédito concedido à produção de bens essenciais que apresentam défices de oferta de produção nacional, a matéria-prima e o investimento necessário à sua produção, incluindo-se no investimento a aquisição de tecnologia, máquinas e equipamentos, nos termos do Aviso n.º 10/2022 de 6 de Abril, do BNA sobre concessão de crédito ao sector real da economia, qualquer que seja a maturidade residual.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, podem ser deduzidos da exigibilidade em moeda nacional o montante até 80% dos activos representativos do valor dos desembolsos de créditos, em moeda nacional, nos termos do Aviso n.º 09/2023 de 3 de Agosto, do BNA sobre concessão de crédito à habitação, qualquer que seja a maturidade residual.

O capital em dívida dos créditos efectivos a deduzir das reservas obrigatórias, referidos acima, apenas deve ser efectuado, após a validação da Unidade Organizacional do Banco Nacional de Angola responsável pelo acompanhamento de crédito.

A 31 de Dezembro de 2024, a exigibilidade para a base de incidência em moeda nacional e moeda estrangeira é calculada mensalmente sobre a média aritmética dos saldos apurados nas respectivas contas de acordo nos dias úteis do período, obedecendo à seguinte fórmula indicada na Directiva.

A 31 de Dezembro de 2023, a exigibilidade para a base de incidência em moeda nacional e moeda estrangeira é calculada quinzenalmente sobre a média aritmética dos saldos apurados nas respectivas contas nos dias úteis do período, obedecendo à seguinte fórmula indicada na Directiva.

A 31 de Dezembro de 2024, as reservas obrigatórias em moeda estrangeira são cumpridas em 50% das Obrigações do Tesouro Nacional em ME, pertencentes a carteira própria do Banco e registadas no SIGMA com data de emissão posterior a 20 de Dezembro de 2024 e adicionalmente são cumpridas em 100% com os montantes depositados junto do BNA, nos termos da Directiva n.º 09/2024 de 20 de Dezembro de 2024.

A 31 de Dezembro de 2023, as reservas obrigatórias em moeda estrangeira são cumpridas em 100% com os montantes depositados junto do BNA, nos termos da Directiva n.º 12/2023 de 28 de Novembro de 2023.

Nota 13 – Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro	83 991 948	129 588 333
Depósitos à Ordem	49 335 948	129 588 333
Em Dólares dos EUA	36 739 171	114 401 925
Em Euros	11 343 487	14 206 499
Em Libras Estrelinas	389 206	273 557
Outras divisas	864 084	706 352
Depósitos a Prazo Mobilizáveis	34 656 000	-
Banco Santander Totta	34 656 000	-
Juros Corridos	3 610	-
Compensação de cheques e cartões	553 852	336 619
Perdas por imparidade	(63 281)	(87 551)
Total	84 486 129	129 837 401

As posições em moeda estrangeira, dizem respeito à liquidez junto dos bancos correspondentes.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, todas as exposições relativas a disponibilidades em outras instituições de crédito encontram-se classificadas em estágio 1.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, as disponibilidades em outras instituições de crédito não estão a ser remuneradas.

A 31 de Dezembro de 2024, a rubrica de “Disponibilidade em outras instituições de crédito no estrangeiro” inclui mKz 34.656.000. referente a depósito imediatamente mobilizável e com maturidade inferior a três (3) meses.

A 31 de Dezembro de 2024 a rubrica de “Depósitos a prazo mobilizáveis” em dólares dos Estados Unidos, venciam juros à taxa de 3.75%.

A perda por imparidade esperada da rubrica de “Disponibilidades em outras instituições de crédito” é estimada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores de disponibilidades em outras instituições de crédito foram os seguintes:

mkz	Perdas por imparidade
Saldo em 31.12.2023	87 551
Aumentos / Dotações	736 256
Reposições / Reversões	(760 526)
Saldo em 31.12.2024	63 281

mkz	Perdas por imparidade
Saldo em 31.12.2022	101 582
Aumentos / Dotações	626 251
Reposições / Reversões	(640 283)
Diferenças cambiais e outros	1
Saldo em 31.12.2023	87 551

Nota 14 – Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Aplicações no Banco Nacional de Angola (BNA)	24 300 000	67 142 829
Aplicações a prazo	10 700 000	-
Operações com acordo de recompra	13 600 000	67 142 829
Aplicações em instituições de crédito nacionais	6 500 000	-
Banco Angolano de Investimentos	6 500 000	-
Aplicações em Outras instituições	9 120 138	-
Minitério das Finanças	9 120 138	-
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	62 928 000	-
Caixa Geral de Depósitos	27 360 000	-
Commerzbank	31 008 000	-
Dbz Bank Lda	4 560 000	-
Juros Corridos	1 301 197	482 897
Perdas por imparidade	(135 873)	-
Total	104 013 462	67 625 726

As aplicações, em 31 de Dezembro de 2024 venciam juros a taxas entre os 3,22% e 4,25% para aplicações em Dólares dos Estados Unidos e entre os 13,98% e os 22,69% para aplicações em moeda nacional.

As aplicações em 31 de Dezembro de 2023, venciam juros à taxas de 5,00% para aplicações em moeda nacional.

A perda esperada da rubrica de “Aplicações em outras instituições de crédito” é estimada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33. Para as aplicações no BNA é aplicada a metodologia descrita para dívida pública na Nota 33.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, todas as exposições relativas a aplicações em outras instituições de crédito encontram-se classificadas em estágio 1.

O escalonamento das aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito, incluindo juros a receber e líquido de imparidade, por prazo de vencimento a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, é como segue:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Inferior a 3 meses	89 137 266	67 625 726
De 3 a 6 meses	14 876 196	-
Total	104 013 462	67 625 726

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores de aplicações em outras instituições de crédito foram os seguintes:

mkz	Perdas por imparidade
Saldo em 31.12.2023	-
Aumentos / Dotações	1 072 994
Reposições / Reversões	(937 120)
Diferenças cambiais e outros	(1)
Saldo em 31.12.2024	135 873

mkz	Perdas por imparidade
Saldo em 31.12.2022	22 677
Aumentos / Dotações	56 039
Reposições / Reversões	(78 855)
Diferenças cambiais e outros	139
Saldo em 31.12.2023	-

Nota 15 – Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
EMIS- Empresa Interbancária de Serviços SARL	446 472	287 597
Total	446 472	287 597

A EMIS tem como principal actividade a gestão dos meios electrónicos e de pagamentos, bem como a prestação de serviços complementares.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica apresenta os seguintes movimentos:

mkz	Saldo em 31-12-2023	Imparidade acumulada (-)	Aquisições (+)	Alienações (-)	Ganhos (+) / perdas (-)) reconhecidas por contrapartida de reservas de reavaliação	Saldo em 31-12-2024
EMIS- Empresa Interbancária de Serviços SARL	287 597	-	-	-	158 875	446 472
Total	287 597	-	-	-	158 875	446 472

mkz	Saldo em 31-12-2022	Imparidade acumulada (-)	Aquisições (+)	Alienações (-)	Ganhos (+) / perdas (-)) reconhecidas por contrapartida de reservas de reavaliação	Saldo em 31-12-2023
EMIS- Empresa Interbancária de Serviços SARL	184 311	-	-	-	103 286	287 597
Total	184 311	-	-	-	103 286	287 597

Em 31 de Dezembro de 2024 a participação detida pelo Banco representa 1,65% (31 de Dezembro de 2023: 1.65%) do capital desta empresa.

Esta sociedade não distribuiu dividendos relativamente aos exercícios de 2023 e 2022.

Nota 16 – Investimentos ao custo amortizado

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Obrigações do Tesouro em moeda nacional	90 575 258	171 587 620
- Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos EUA	581 246	12 299 347
- Não reajustáveis	89 994 012	159 288 273
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	50 688 626	90 366 656
Bilhetes do Tesouro em moeda nacional	129 491 272	37 130 712
Perdas por imparidade	(3 290 490)	(4 369 244)
Total	267 464 666	294 715 744

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica apresenta os seguintes movimentos:

mkz	31-12-2023	Aquisições	Vencimentos	Alienações	Efeito Cambial	Variação Custo Amortizado	31-12-2024
Obrigações do Tesouro em moeda nacional	171 587 620	3 632 331	(84 287 068)	-	-	(357 625)	90 575 258
- Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos EUA	12 299 347	-	(11 749 349)	-	-	31 248	581 246
- Não reajustáveis	159 288 273	3 632 331	(72 537 719)	-	-	(388 873)	89 994 012
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	90 366 656	-	(45 162 953)	-	5 923 007	(438 084)	50 688 626
Bilhetes do Tesouro em moeda nacional	37 130 712	168 840 164	(83 643 771)	-	-	7 164 167	129 491 272
Total	299 084 988	172 472 495	(213 093 792)	-	5 923 007	6 368 458	270 755 156

mkz	31-12-2022	Aquisições	Vencimentos	Alienações	Efeito Cambial	Varição Custo Amortizado	31-12-2023
Obrigações do Tesouro em moeda nacional	146 626 489	54 965 750	(27 607 117)	(4 829 353)	1 327	2 430 524	171 587 620
- Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos EUA	7 582 554	-	169 878	(324 235)	418	4 870 732	12 299 347
- Não reajustáveis	139 043 935	54 965 750	(27 776 995)	(4 505 118)	909	(2 440 208)	159 288 273
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	65 489 529	95 548 763	(1 433 392)	(120 137 660)	50 281 453	617 963	90 366 656
Bilhetes do Tesouro em moeda nacional	54 476 723	26 075 070	(50 482 437)	(6 136 111)	-	13 197 467	37 130 712
Bilhetes do Tesouro em moeda estrangeira	21 174 442	21 743 918	(10 643 045)	(33 710 668)	14 175 103	(12 739 750)	-
Total	287 767 183	198 333 501	(90 165 991)	(131 103 124)	64 457 883	3 506 204	299 084 988

As Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos, reconhecem a valorização ou desvalorização cambial do seu valor nominal por contrapartida da rubrica de resultados cambiais (Nota 6).

A perda esperada de investimentos ao custo amortizado é estimada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, todas as exposições de investimentos ao custo amortizado encontram-se classificadas em estágio 1.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o escalonamento dos investimentos ao custo amortizado por prazos de vencimento líquido de imparidade é como segue:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Inferior a 3 meses	24 070 444	78 528 711
De 3 a 6 meses	72 257 317	16 915 269
De 6 meses a 1 ano	90 427 119	67 604 677
De 1 a 3 anos	36 363 226	84 120 322
De 3 a 5 anos	28 844 788	32 033 847
Mais de 5 anos	15 501 772	15 512 918
Total	267 464 666	294 715 744

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os títulos de dívida mensurados ao custo amortizado apresentam as seguintes características:

31-12-2024								
mkz	Emissor	Taxa Média	Valor Nominal	Custo de Aquisição	Juros Corridos	Prémio/Desconto	Perdas por imparidade	Valor de Balanço
Obrigações do Tesouro em moeda nacional			85 971 730	87 339 457	4 149 988	(914 187)	(1 308 448)	89 266 810
- Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos EUA	Angola	8,25%	580 983	580 983	263	-	(9 067)	572 179
- Não reajustáveis	Angola	17,35%	85 390 747	86 758 474	4 149 725	(914 187)	(1 299 381)	88 694 631
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	Angola	4,64%	50 442 720	50 442 720	245 906	-	(699 745)	49 988 881
Bilhetes do Tesouro em moeda nacional	Angola	15,10%	138 005 500	122 327 104	7 164 168	-	(1 282 297)	128 208 975
Total			274 419 950	260 109 281	11 560 062	(914 187)	(3 290 490)	267 464 666

31-12-2023								
mkz	Emissor	Taxa Média	Valor Nominal	Custo de Aquisição	Juros Corridos	Prémio/Desconto	Perdas por imparidade	Valor de Balanço
Obrigações do Tesouro em moeda nacional			175 166 635	165 223 583	7 548 486	(1 184 449)	(2 689 789)	168 897 831
- Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos EUA	Angola	6,97%	24 444 235	11 925 928	287 112	86 307	(362 794)	11 936 553
- Não reajustáveis	Angola	17,30%	150 722 400	153 297 655	7 261 374	(1 270 756)	(2 326 995)	156 961 278
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira			76 489 952	88 921 952	1 444 667	37	(1137 023)	89 229 633
Bilhetes do Tesouro em moeda nacional			40 500 000	36 672 995	457 717	-	(542 432)	36 588 280
Total			292 156 587	290 818 530	9 450 870	(1 184 412)	(4 369 244)	294 715 744

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores de investimentos ao custo amortizado foram os seguintes:

mkz	Perdas por imparidade
Saldo em 31.12.2023	4 369 244
Aumentos / Dotações	1 443 436
Reposições / Reversões	(2 522 190)
Saldo em 31.12.2024	3 290 490

mkz	Perdas por imparidade
Saldo em 31.12.2022	3 894 575
Aumentos / Dotações	3 977 205
Reposições / Reversões	(3 502 536)
Saldo em 31.12.2023	4 369 244

Nota 17 – Crédito a Clientes

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Crédito ao custo amortizado	391 726 192	353 352 559
Crédito e juros sem incumprimento	377 967 148	336 292 214
Sector Público	136 063 148	139 105 469
Empresas	206 360 730	170 040 425
Empréstimos	101 900 472	84 554 494
Crédito em conta corrente	56 707 795	45 152 237
Locação financeira	47 752 463	40 333 694
Particulares	35 543 270	27 146 320
Habitação	7 716 800	8 420 226
Consumo	27 826 470	18 726 094
Crédito e juros em incumprimento	28 862 914	31 582 563
Até 3 meses	6 623 583	5 669 887
De 3 meses a 1 ano	6 094 706	5 024 771
De 1 a 5 anos	16 144 625	20 751 792
Mais de 5 anos	-	136 113
Perdas por imparidade	(15 103 870)	(14 522 218)
Total	391 726 192	353 352 559

A rubrica “Crédito e juros em incumprimento” inclui a totalidade das prestações associadas às operações de crédito que se encontram em estágio 3.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o crédito em incumprimento, por prazo encontra-se colateralizado, conforme quadro abaixo:

mkz		31-12-2024	
Crédito em Incumprimento	Exposição Total	Imparidade	Justo Valor Garantias
Até 3 meses	6 623 583	2 109 575	12 261 412
Aval Governamental	2 998 849	738 023	2 619 601
Hipotecas de imóveis	2 112 517	247 662	9 623 201
Depósito a Prazo	834 900	623 702	18 610
Outras Garantias	677 317	500 188	-
De 3 meses a 1 ano	6 094 706	1 873 336	9 304 140
Aval Governamental	5 040 756	1 317 586	4 340 856
Hipotecas de imóveis	437 495	67 997	4 925 273
Depósito a Prazo	108 028	11 480	38 011
Outras Garantias	508 427	476 273	-
De 1 a 5 anos	16 144 625	5 162 089	58 593 208
Aval Governamental	10 592 084	556 555	52 534 438
Garantia emitida por Bancos	22 333	22 133	31 019
Hipotecas de imóveis	1 666 605	892 909	6 025 381
Depósito a Prazo	51 467	32 016	2 370
Outras Garantias	3 812 136	3 658 476	-
	28 862 914	9 145 000	80 158 760

mkz		31-12-2023	
Crédito em Incumprimento	Exposição Total	Imparidade	Justo Valor Garantias
Até 3 meses	5 669 887	415 211	8 050 162
Aval Govenamental	4 118 400	60 014	4 562 328
Hipotecas de imóveis	1 303 930	228 631	3 397 795
Depósito a Prazo	128 276	27 705	90 039
Outras Garantias	119 282	98 862	-
De 3 meses a 1 ano	5 024 771	2 862 512	5 238 501
Aval Govenamental	202 873	24 556	292 351
Garantia emitida por Bancos	21 546	18 680	29 925
Hipotecas de imóveis	1 290 449	183 105	4 914 958
Depósito a Prazo	636 801	438 215	1 267
Outras Garantias	2 873 102	2 197 955	-
De 1 a 5 anos	20 751 792	6 830 207	35 867 163
Aval Govenamental	8 851 597	148 123	22 837 829
Hipotecas de imóveis	10 773 519	5 667 280	13 027 003
Depósito a Prazo	49 868	19 094	2 332
Outras Garantias	1 076 807	995 710	-
Mais de 5 anos	136 113	12 453	358 671
Hipotecas de imóveis	124 528	12 453	358 671
Outras Garantias	11 585	-	-
	31 582 563	10 120 383	49 514 497

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o maior devedor do Caixa Angola representava 22% e 24% do total da exposição bruta da carteira de crédito, respectivamente. Adicionalmente,

naquelas datas, o conjunto dos dez maiores devedores do Caixa Angola representavam aproximadamente 52% e 55% do total da exposição bruta da carteira de crédito, respectivamente.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os resultados dos créditos ao justo valor através de resultados são os seguintes:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	66 676
Total	-	66 676

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento, excluindo as perdas por imparidade, é apresentada da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Inferior a 3 meses	45 329 569	40 943 731
De 3 a 6 meses	15 407 904	11 314 978
De 6 meses a 1 ano	66 227 855	60 014 702
De 1 a 3 anos	79 385 778	33 696 712
De 3 a 5 anos	116 336 267	138 561 764
Mais de 5 anos	55 279 775	51 760 327
Duração indeterminada (Crédito e juros em incumprimento)	28 862 914	31 582 563
Total	406 830 062	367 874 777

A perda esperada de crédito a clientes é estimada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores de crédito a clientes foram os seguintes:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Saldo inicial	14 522 218	12 741 150
Reforços	14 529 582	15 759 480
Reversões	(9 599 449)	(7 626 652)
Utilizações	(4 658 906)	(6 351 760)
Outras recuperações de crédito	(781 269)	(779 163)
Diferenças de câmbio e outras	1 091 694	779 163
Saldo final	15 103 870	14 522 218

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade por estágio evidenciadas no activo como correcção aos valores de crédito a clientes foram os seguintes:

mkz	31-12-2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo inicial	3 323 464	1 078 371	10 120 383	14 522 218
Reforços	702 304	2 643 946	11 183 332	14 529 582
Reversões	(523 563)	(1 263 857)	(7 812 029)	(9 599 449)
Utilizações	-	-	(4 658 906)	(4 658 906)
Outras recuperações de crédito	-	-	(781 269)	(781 269)
Diferenças de câmbio e outras	-	-	1 091 694	1 091 694
Total	3 502 205	2 458 460	9 143 205	15 103 870

mkz	31-12-2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo inicial	492 687	1 012 995	11 235 468	12 741 150
Reforços	3 042 117	1 427 983	11 289 380	15 759 480
Reversões	(211 339)	(1 362 607)	(6 052 706)	(7 626 652)
Utilizações	-	-	(6 351 760)	(6 351 760)
Outras recuperações de crédito	-	-	(779 163)	(779 163)
Diferenças de câmbio e outras	-	-	779 163	779 163
Total	3 323 465	1 078 371	10 120 382	14 522 218

A distribuição do crédito e juros em cumprimento a clientes por tipo de taxa é apresentada da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Taxa fixa	78 176 319	107 329 743
Taxa variável	299 790 829	228 962 471
Saldo final	377 967 148	336 292 214

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento do modelo de imparidade e por estágio, excluindo o crédito ao justo valor, é o seguinte:

		Exposição 31-12-2024								Imparidade 31-12-2024			
Segmento	Exposição Total	Crédito em Estágio 1	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 2	Do qual em cura	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 3	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	
Administrações Públicas	98 203 963	98 203 963	-	-	-	-	-	-	1 548 105	1 548 105	-	-	
Empresas	271 076 099	227 110 463	-	17 109 452	6 333 684	6 335 015	26 856 184	17 631 422	12 254 670	1 803 471	2 258 266	8 192 933	
Stage 1	227 110 463	227 110 463	-	-	-	-	-	-	1 803 471	1 803 471	-	-	
Comércio e Transportes	14 551 683	14 551 683	-	-	-	-	-	-	44 760	44 760	-	-	
Agro-indústrias	46 268 332	46 268 332	-	-	-	-	-	-	454 314	454 314	-	-	
Commercial Real Estate	8 215 108	8 215 108	-	-	-	-	-	-	62 702	62 702	-	-	
Serviços e Outros	158 075 340	158 075 340	-	-	-	-	-	-	1 241 695	1 241 695	-	-	
Stage 2	17 109 452	-	-	17 109 452	6 333 684	6 335 015	-	-	2 258 266	-	2 258 266	-	
Empresas	17 109 452	-	-	17 109 452	6 333 684	6 335 015	-	-	2 258 266	-	2 258 266	-	
Stage 3	26 856 184	-	-	-	-	-	26 856 184	17 631 422	8 192 933	-	-	8 192 933	
Empresas	26 856 184	-	-	-	-	-	26 856 184	17 631 422	8 192 933	-	-	8 192 933	
Particulares	37 550 000	33 374 639	46 686	2 168 631	323 064	1 514 215	2 006 730	1 045 131	1 301 095	150 630	200 194	950 271	
Stage 1	33 374 639	33 374 639	46 686	-	-	-	-	-	150 630	150 630	-	-	
Aquisição e Habitação	7 653 302	7 653 302	-	-	-	-	-	-	32 694	32 694	-	-	
Consumo - Outros	25 319 450	25 319 450	46 686	-	-	-	-	-	117 768	117 768	-	-	
Consumo - Cartões e Descobertos	401 887	401 887	-	-	-	-	-	-	168	168	-	-	
Stage 2	2 168 631	-	-	2 168 631	323 064	1 514 215	-	-	200 194	-	200 194	-	
Aquisição e Habitação	114 691	-	-	114 691	53 399	-	-	-	12 238	-	12 238	-	
Consumo - Outros	2 053 940	-	-	2 053 940	269 665	1 514 215	-	-	187 956	-	187 956	-	
Stage 3	2 006 730	-	-	-	-	-	2 006 730	1 045 131	950 271	-	-	950 271	
Particulares	2 006 730	-	-	-	-	-	2 006 730	1 045 131	950 271	-	-	950 271	
Total	406 830 062	358 689 065	46 686	19 278 083	6 656 748	7 849 230	28 862 914	18 676 553	15 103 870	3 502 206	2 458 460	9 143 204	

mkz		Exposição 31-12-2023								Imparidade 31-12-2023			
Segmento	Exposição Total	Crédito em Estágio 1	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 2	Do qual em cura	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 3	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	
Administrações Públicas	96 007 918	96 007 918	-	-	-	-	-	-	1 418 885	1 418 885	-	-	
Empresas	242 791 232	193 703 717	540 049	19 434 259	13 642 089	456 757	29 653 256	25 680 584	11 298 898	1 722 064	812 136	8 764 698	
Stage 1	193 703 717	193 703 717	540 049	-	-	-	-	-	1 722 064	1 722 064	-	-	
Comércio e Transportes	17 323 301	17 323 301	-	-	-	-	-	-	113 514	113 514	-	-	
Agro-indústrias	38 297 386	38 297 386	-	-	-	-	-	-	769 591	769 591	-	-	
Commercial Real Estate	6 031 708	6 031 708	57 538	-	-	-	-	-	46 960	46 960	-	-	
Serviços e Outros	132 051 322	132 051 322	482 511	-	-	-	-	-	791 999	791 999	-	-	
Stage 2	19 434 259	-	-	19 434 259	13 642 089	456 757	-	-	812 136	-	812 136	-	
Empresas	19 434 259	-	-	19 434 259	13 642 089	456 757	-	-	812 136	-	812 136	-	
Stage 3	29 653 256	-	-	-	-	-	29 653 256	25 680 584	8 764 698	-	-	8 764 698	
Empresas	29 653 256	-	-	-	-	-	29 653 256	25 680 584	8 764 698	-	-	8 764 698	
Particulares	29 075 627	25 552 198	201 160	1 594 122	166 176	1 158 114	1 929 307	1 230 142	1 804 435	182 516	266 235	1 355 684	
Stage 1	25 552 198	25 552 198	201 160	-	-	-	-	-	182 516	182 516	-	-	
Aquisição e Habitação	8 105 423	8 105 423	-	-	-	-	-	-	52 415	52 415	-	-	
Consumo - Outros	16 710 216	16 710 216	201 160	-	-	-	-	-	129 995	129 995	-	-	
Consumo - Cartões e Descobertos	736 559	736 559	-	-	-	-	-	-	106	106	-	-	
Stage 2	1 594 122	-	-	1 594 122	166 176	1 158 114	-	-	266 235	-	266 235	-	
Aquisição e Habitação	314 803	-	-	314 803	128 627	-	-	-	74 426	-	74 426	-	
Consumo - Outros	1 279 319	-	-	1 279 319	37 549	1 158 114	-	-	191 809	-	191 809	-	
Stage 3	1 929 307	-	-	-	-	-	1 929 307	1 230 142	1 355 684	-	-	1 355 684	
Particulares	1 929 307	-	-	-	-	-	1 929 307	1 230 142	1 355 684	-	-	1 355 684	
Total	367 874 777	315 263 833	741 209	21 028 381	13 808 265	1 614 871	31 582 563	26 910 726	14 522 218	3 323 465	1 078 371	10 120 382	

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a distribuição das exposições e imparidade constituída por segmento do modelo de imparidade e por intervalo de dias de atraso é o seguinte:

mkz		Exposição 31-12-2024							Imparidade 31-12-2024						
Segmento		Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Estágio 1	Estágio 2		Estágio 3				
		<=30 dias	>30 dias	<=30 dias	>30 dias	<=30 dias	>30 dias		<=30 dias	>30 dias	<=30 dias	>30 dias			
Administrações Públicas	98 203 963	-	-	-	-	-	-	1 548 105	-	-	-	-	-	-	-
Empresas	227 110 463	15 943 120	1 166 332	-	15 663 535	373 276	10 819 373	1 803 471	2 009 827	248 439	-	3 567 358	196 963	4 428 612	-
Stage 1	227 110 463	-	-	-	-	-	-	1 803 471	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e Transportes	14 551 683	-	-	-	-	-	-	44 760	-	-	-	-	-	-	-
Agro-indústrias	46 268 332	-	-	-	-	-	-	454 314	-	-	-	-	-	-	-
Commercial Real Estate	8 215 108	-	-	-	-	-	-	62 702	-	-	-	-	-	-	-
Serviços e Outros	158 075 340	-	-	-	-	-	-	1 241 695	-	-	-	-	-	-	-
Stage 2	-	15 943 120	1 166 332	-	-	-	-	-	2 009 827	248 439	-	-	-	-	-
Empresas	-	15 943 120	1 166 332	-	-	-	-	-	2 009 827	248 439	-	-	-	-	-
Stage 3	-	-	-	-	15 663 535	373 276	10 819 373	-	-	-	-	3 567 358	196 963	4 428 612	-
Empresas	-	-	-	-	15 663 535	373 276	10 819 373	-	-	-	-	3 567 358	196 963	4 428 612	-
Particulares	33 374 639	1 887 078	281 547	6	848 328	51 556	1 106 846	150 630	137 156	63 037	1	385 445	19 630	545 196	-
Stage 1	33 374 639	-	-	-	-	-	-	150 630	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição e Habitação	7 653 302	-	-	-	-	-	-	32 694	-	-	-	-	-	-	-
Consumo - Outros	25 319 450	-	-	-	-	-	-	117 768	-	-	-	-	-	-	-
Consumo - Cartões e Descobertos	401 887	-	-	-	-	-	-	168	-	-	-	-	-	-	-
Stage 2	-	1 887 078	281 547	6	-	-	-	-	137 156	63 037	1	-	-	-	-
Aquisição e Habitação	-	53 400	61 291	-	-	-	-	-	3 290	8 947	-	-	-	-	-
Consumo - Outros	-	1 833 678	220 256	6	-	-	-	-	133 866	54 090	1	-	-	-	-
Stage 3	-	-	-	-	848 328	51 556	1 106 846	-	-	-	-	385 445	19 630	545 196	-
Particulares	-	-	-	-	848 328	51 556	1 106 846	-	-	-	-	385 445	19 630	545 196	-
Total	358 689 065	17 830 198	1 447 879	6	16 511 863	424 832	11 926 219	3 502 206	2 146 983	311 476	1	3 952 803	216 593	4 973 808	-

mkz	Exposição 31-12-2023							Imparidade 31-12-2023							
	Estágio 1	Estágio 2			Estágio 3			Estágio 1	Estágio 2			Estágio 3			
	Segmento	<=30 dias	<=30 dias	>30 dias e <=90 dias	>90 dias	<=30 dias	>30 dias e <=90 dias	>90 dias	<=30 dias	<=30 dias	>30 dias e <=90 dias	>90 dias	<=30 dias	>30 dias e <=90 dias	>90 dias
Administrações Públicas	96 007 918	-	-	-	-	-	-	1 418 885	-	-	-	-	-	-	-
Empresas	193 703 717	19 363 834	70 425	-	25 392 259	1 403 720	2 857 277	1 722 064	810 343	1 793	-	7 460 586	964 034	340 078	
Stage 1	193 703 717	-	-	-	-	-	-	1 722 064	-	-	-	-	-	-	
Comércio e Transportes	17 323 301	-	-	-	-	-	-	113 514	-	-	-	-	-	-	
Agro-indústrias	38 297 386	-	-	-	-	-	-	769 591	-	-	-	-	-	-	
Commercial Real Estate	6 031 708	-	-	-	-	-	-	46 960	-	-	-	-	-	-	
Serviços e Outros	132 051 322	-	-	-	-	-	-	791 999	-	-	-	-	-	-	
Stage 2	-	19 363 834	70 425	-	-	-	-	-	810 343	1 793	-	-	-	-	
Empresas	-	19 363 834	70 425	-	-	-	-	-	810 343	1 793	-	-	-	-	
Stage 3	-	-	-	-	25 392 259	1 403 720	2 857 277	-	-	-	-	7 460 586	964 034	340 078	
Empresas	-	-	-	-	25 392 259	1 403 720	2 857 277	-	-	-	-	7 460 586	964 034	340 078	
Particulares	25 552 198	1 325 166	268 956	-	545 651	329 559	1 054 097	182 516	188 517	77 718	-	299 103	314 638	741 943	
Stage 1	25 552 198	-	-	-	-	-	-	182 516	-	-	-	-	-	-	
Aquisição e Habitação	8 105 423	-	-	-	-	-	-	52 415	-	-	-	-	-	-	
Consumo - Outros	16 710 216	-	-	-	-	-	-	129 995	-	-	-	-	-	-	
Consumo - Cartões e Descobertos	736 559	-	-	-	-	-	-	106	-	-	-	-	-	-	
Stage 2	-	1 325 166	268 956	-	-	-	-	-	188 517	77 718	-	-	-	-	
Aquisição e Habitação	-	128 627	186 176	-	-	-	-	-	22 391	52 035	-	-	-	-	
Consumo - Outros	-	1 196 539	82 780	-	-	-	-	-	166 126	25 683	-	-	-	-	
Stage 3	-	-	-	-	545 651	329 559	1 054 097	-	-	-	-	299 103	314 638	741 943	
Particulares	-	-	-	-	545 651	329 559	1 054 097	-	-	-	-	299 103	314 638	741 943	
Total	315 263 833	20 689 000	339 381	-	25 937 910	1 733 279	3 911 374	3 323 465	998 860	79 511	-	7 759 689	1 278 672	1 082 021	

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe das exposições, imparidade constituída e número de operações por segmento do modelo de imparidade e por ano de concessão é o seguinte:

mkz	Segmento	2024			2023			2022			2021			2020 e anteriores		
		Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
Administrações Públicas		3	160 753	2 503	3	88 099 629	1 389 277	2	372 683	5 813	-	-	-	8	9 570 897	150 511
Empresas		361	71 201 193	2 078 606	273	64 285 005	4 293 550	225	44 401 812	2 721 373	152	66 875 451	2 837 989	49	24 312 639	323 153
Stage 1		324	60 858 667	518 458	239	55 626 649	466 737	188	29 091 635	185 714	110	60 140 022	515 648	41	21 393 489	116 914
Comércio e Transportes		28	827 348	6 317	6	2 395 156	20 672	19	398 594	2 465	4	1 475 580	155	2	9 455 005	15 150
Agro-indústrias		54	17 303 075	176 582	58	18 663 021	166 549	35	4 009 646	36 858	25	5 408 656	67 359	8	883 934	6 966
Commercial Real Estate		17	2 450 861	16 599	13	736 761	4 924	17	824 963	4 929	1	855	-	5	4 201 668	36 250
Serviços e Outros		225	40 277 383	318 960	162	33 831 711	274 592	117	23 858 432	141 462	80	53 254 931	448 134	26	6 852 882	58 548
Stage 2		22	7 813 362	609 556	9	512 967	19 530	14	5 615 958	1 580 199	9	834 652	18 957	5	2 332 514	30 026
Empresas		22	7 813 362	609 556	9	512 967	19 530	14	5 615 958	1 580 199	9	834 652	18 957	5	2 332 514	30 026
Stage 3		15	2 529 164	950 592	25	8 145 389	3 807 283	23	9 694 219	955 460	33	5 900 777	2 303 384	3	586 636	176 213
Empresas		15	2 529 164	950 592	25	8 145 389	3 807 283	23	9 694 219	955 460	33	5 900 777	2 303 384	3	586 636	176 213
Particulares		1 629	14 871 557	181 405	1 197	9 801 247	132 796	543	5 001 046	108 322	259	3 070 025	256 804	676	4 806 125	621 768
Stage 1		1 598	14 181 790	70 918	1 122	9 351 371	38 729	491	4 479 180	14 837	215	2 152 707	8 720	627	3 209 592	17 426
Aquisição e Habitação		5	413 602	1 107	20	1 185 110	3 159	30	1 158 220	4 216	43	1 818 764	6 880	285	3 077 607	17 333
Consumo - Outros		1 139	13 613 865	69 727	967	8 104 996	35 554	410	3 302 340	10 611	89	292 219	1 834	19	6 030	42
Consumo - Cartões e Descobertos		454	154 323	84	135	61 265	16	51	18 620	10	83	41 724	6	323	125 955	51
Stage 2		16	161 772	20 115	41	255 227	34 271	20	250 502	26 057	13	602 934	43 338	27	898 196	76 414
Aquisição e Habitação		-	-	-	-	-	-	1	10 098	4 936	-	-	-	3	104 593	7 302
Consumo - Outros		16	161 772	20 115	41	255 227	34 271	19	240 404	21 121	13	602 934	43 338	24	793 603	69 112
Stage 3		15	527 995	90 372	34	194 649	59 796	32	271 364	67 428	31	314 384	204 746	22	698 337	527 928
Particulares		15	527 995	90 372	34	194 649	59 796	32	271 364	67 428	31	314 384	204 746	22	698 337	527 928
Total		1 993	86 233 503	2 262 514	1 473	162 185 881	5 815 623	770	49 775 541	2 835 508	411	69 945 476	3 094 793	733	38 689 661	1 095 432

mkz	Segmento	2023			2022			Exposição 31-12-2023			2020			2019 e anteriores		
		Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
Administrações Públicas		2	80 057 130	1 185 706	4	1 096 103	16 116	2	4 388	64	-	-	-	12	14 850 297	216 999
Empresas		385	73 963 508	2 852 148	289	55 005 590	2 606 531	229	83 335 610	5 255 178	37	22 072 837	458 288	58	9 413 687	126 753
Stage 1		349	65 092 991	781 719	253	37 771 630	330 860	183	70 321 661	520 628	27	14 227 481	48 318	48	6 289 954	40 538
Comércio e Transportes		15	3 355 245	57 802	35	1 112 147	15 555	12	1 858 182	9 674	2	8 937 766	24 451	9	2 059 961	6 031
Agro-indústrias		66	24 191 394	482 612	41	6 522 827	148 554	35	6 350 110	121 623	4	349 503	1 221	10	883 552	15 581
Commercial Real Estate		12	482 121	4 441	18	1 170 803	6 743	2	8 967	-	2	2 346 290	19 208	6	2 023 527	16 568
Serviços e Outros		256	37 064 231	236 864	159	28 965 853	160 008	134	62 104 402	389 331	19	2 593 922	3 438	23	1 322 914	2 358
Stage 2		18	2 324 520	84 672	17	2 155 710	99 696	23	4 718 677	215 300	7	7 754 914	384 274	5	2 480 438	28 194
Empresas		18	2 324 520	84 672	17	2 155 710	99 696	23	4 718 677	215 300	7	7 754 914	384 274	5	2 480 438	28 194
Stage 3		18	6 545 997	1 985 757	19	14 078 250	2 175 975	23	8 295 272	4 519 250	3	90 442	25 696	5	643 295	58 021
Empresas		18	6 545 997	1 985 757	19	14 078 250	2 175 975	23	8 295 272	4 519 250	3	90 442	25 696	5	643 295	58 021
Particulares		1 469	12 335 133	167 037	800	6 620 147	156 973	533	4 017 120	436 165	130	2 036 572	676 252	835	4 066 655	368 008
Stage 1		1 451	12 140 457	91 276	757	6 334 227	41 207	488	3 002 876	20 877	115	935 897	7 279	795	3 138 741	21 877
Aquisição e Habitação		20	1 227 877	5 144	36	1 474 079	7 751	45	1 941 312	12 361	22	704 805	5 545	289	2 757 350	21 614
Consumo - Outros		1 134	10 735 285	86 106	621	4 809 985	33 450	332	971 352	8 512	36	172 809	1 713	29	20 785	214
Consumo - Cartões e Descobertos		297	177 295	26	100	50 163	6	111	90 212	4	57	58 283	21	477	360 606	49
Stage 2		13	65 178	9 698	20	124 584	14 863	18	479 139	80 864	9	381 324	66 411	22	543 897	94 399
Aquisição e Habitação		1	14 460	775	2	96 633	13 129	2	43 753	6 341	1	53 111	11 510	6	106 846	42 671
Consumo - Outros		12	50 718	8 923	18	27 951	1 734	16	435 386	74 523	8	328 213	54 901	16	437 051	51 728
Stage 3		5	129 498	66 063	23	161 336	100 903	27	535 105	334 424	6	719 351	602 562	18	384 017	251 732
Particulares		5	129 498	66 063	23	161 336	100 903	27	535 105	334 424	6	719 351	602 562	18	384 017	251 732
Total		1 856	166 355 771	4 204 891	1 093	61 721 840	2 719 620	764	87 357 118	5 691 407	167	24 109 409	1 134 540	905	28 330 639	711 760

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta e imparidade constituída por segmento do modelo de imparidade e por tipo de quantificação de imparidade é o seguinte:

mkz	31-12-2024			
	Imparidade individual		Imparidade coletiva	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Segmento				
Administrações Públicas	-	-	98 203 963	1 548 105
Empresas	13 502 808	5 766 941	257 573 291	6 487 729
Stage 1	-	-	227 110 463	1 803 471
Comércio e Transportes	-	-	14 551 683	44 760
Agro-indústrias	-	-	46 268 332	454 314
Commercial Real Estate	-	-	8 215 108	62 702
Serviços e Outros	-	-	158 075 340	1 241 695
Stage 2	-	-	17 109 452	2 258 266
Empresas	-	-	17 109 452	2 258 266
Stage 3	13 502 808	5 766 941	13 353 376	2 425 992
Empresas	13 502 808	5 766 941	13 353 376	2 425 992
Particulares	214 002	9 838	37 335 998	1 291 257
Stage 1	-	-	33 374 639	150 630
Aquisição e Habitação	-	-	7 653 302	32 694
Consumo - Outros	-	-	25 319 450	117 768
Consumo - Cartões e Descobertos	-	-	401 887	168
Stage 2	195 063	5 103	1 973 568	195 091
Aquisição e Habitação	-	-	114 691	12 238
Consumo - Outros	195 063	5 103	1 858 877	182 853
Stage 3	18 939	4 735	1 987 791	945 536
Particulares	18 939	4 735	1 987 791	945 536
Total	13 716 810	5 776 779	393 113 252	9 327 091

mkz	31-12-2023			
	Imparidade individual		Imparidade coletiva	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Segmento				
Administrações Públicas	-	-	96 007 918	1 418 885
Empresas	21 693 348	7 363 217	221 097 884	3 935 681
Stage 1	-	-	193 703 717	1 722 064
Comércio e Transportes	-	-	17 323 301	113 514
Agro-indústrias	-	-	38 297 386	769 591
Commercial Real Estate	-	-	6 031 708	46 960
Serviços e Outros	-	-	132 051 322	791 999
Stage 2	-	-	19 434 259	812 136
Empresas	-	-	19 434 259	812 136
Stage 3	21 693 348	7 363 217	7 959 908	1 401 481
Empresas	21 693 348	7 363 217	7 959 908	1 401 481
Particulares	425 519	233 202	28 650 108	1 571 233
Stage 1	-	-	25 552 198	182 516
Aquisição e Habitação	-	-	8 105 423	52 415
Consumo - Outros	-	-	16 710 216	129 995
Consumo - Cartões e Descobertos	-	-	736 559	106
Stage 2	-	-	1 594 122	266 235
Aquisição e Habitação	-	-	314 803	74 426
Consumo - Outros	-	-	1 279 319	191 809
Stage 3	425 519	233 202	1 503 788	1 122 482
Particulares	425 519	233 202	1 503 788	1 122 482
Total	22 118 867	7 596 419	345 755 910	6 925 799

A 31 de Dezembro de 2023, do total da exposição bruta apresentada na imparidade colectiva, no montante de mKz 345.755.910, existem 90 operações individualmente significativas, no montante de mKz 286.604.426, com imparidade associada no montante de mKz 5.052.533, que transitaram para o modelo colectivo de acordo com o modelo de imparidade em vigor descrito na Nota 33.

A 31 de Dezembro de 2024, do total da exposição bruta apresentada na imparidade colectiva, no montante de mKz 393.113.252, existem 98 clientes com operações individualmente significativas, no montante de mKz 325.704.861, com imparidade associada no montante de mKz 7.031.913, que transitaram para o modelo colectivo de acordo com o modelo de imparidade em vigor descrito na Nota 33.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta e imparidade constituída por tipo de quantificação de imparidade e por estágio é o seguinte:

mkz	31-12-2024			
	Estágios de imparidade			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Crédito a clientes				
Com imparidade atribuída com base em Análise Individual	-	195 651	13 522 981	13 718 632
Crédito e juros vencidos	-	-	1 177 985	1 177 985
Imparidade	-	5 104	5 771 675	5 776 779
Com imparidade atribuída com base em Análise Colectiva	362 949 605	19 137 375	15 352 002	397 438 982
Crédito e juros vencidos	38 705	233 521	1 381 810	1 654 036
Imparidade	3 502 206	2 453 356	3 371 529	9 327 091
Acréscimos e diferimentos	(4 260 540)	(54 943)	(12 069)	(4 327 552)
Total	358 689 065	19 278 083	28 862 914	406 830 062

mkz					31-12-2023
Crédito a clientes	Estágios de imparidade			Total	
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3		
Com imparidade atribuída com base em Análise Individual	-	-	22 128 093	22 128 093	
Crédito e juros vencidos	-	-	310 979	310 979	
Imparidade	-	-	7 596 419	7 596 419	
Com imparidade atribuída com base em Análise Colectiva	319 439 115	21 056 757	9 457 613	349 953 485	
Crédito e juros vencidos	273 676	18 284	442 970	734 930	
Imparidade	3 323 465	1 078 371	2 523 963	6 925 799	
Acréscimos e diferimentos	(4 175 282)	(28 376)	(3 143)	(4 206 801)	
Total	315 263 833	21 028 381	31 582 563	367 874 777	

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta e imparidade constituída por tipo de quantificação de imparidade e por classe de incumprimento é o seguinte:

mkz							31-12-2024
Crédito a clientes	Classe de incumprimento					Total	
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos		
Com imparidade atribuída com base em Análise Individual	1 636 751	2 377 063	4 606 834	5 097 984	-	13 718 632	
Crédito e juros vencidos	-	49 712	244 931	883 342	-	1 177 985	
Imparidade	245 273	594 266	1 217 582	3 719 658	-	5 776 779	
Com imparidade atribuída com base em Análise Colectiva	383 997 326	904 080	1 490 458	11 047 118	-	397 438 982	
Crédito e juros vencidos	272 702	310 727	160 747	909 860	-	1 654 036	
Imparidade	6 930 390	298 519	655 754	1 442 428	-	9 327 091	
Acréscimos e diferimentos	(4 320 826)	(3 663)	(2 586)	(477)	-	(4 327 552)	
Total	381 313 251	3 277 480	6 094 706	16 144 625	-	406 830 062	

mkz							31-12-2023
Crédito a clientes	Classe de incumprimento					Total	
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos		
Com imparidade atribuída com base em Análise Individual	200 513	-	2 502 692	19 424 888	-	22 128 093	
Crédito e juros vencidos	-	-	-	310 979	-	310 979	
Imparidade	102 474	-	1 722 037	5 771 909	-	7 596 420	
Com imparidade atribuída com base em Análise Colectiva	345 954 064	15 098	2 524 236	1 335 559	124 528	349 953 485	
Crédito e juros vencidos	391 416	6 331	128 023	136 727	72 433	734 930	
Imparidade	4 710 390	4 184	1 140 475	1 058 297	12 453	6 925 799	
Acréscimos e diferimentos	(4 207 574)	-	(2 157)	(8 655)	11 585	(4 206 801)	
Total	341 947 003	15 098	5 024 771	20 751 792	136 113	367 874 777	

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta e imparidade constituída por sector de actividade é o seguinte:

mkz	31-12-2024			
	Imparidade individual		Imparidade coletiva	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Sector de actividade				
Agricultura, produção animal, caça e actividades relacionadas	1 793 485	514 245	9 374 452	152 687
Indústrias extractivas e de preparação de minerais metálicos	-	-	92 729 987	1 054 831
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	4 283 099	1 516 483
Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos	-	-	2 233 972	23 772
Indústrias alimentares e das bebidas	2 479 330	619 832	8 128 495	138 222
Construção	1 198 774	299 694	39 879 105	581 143
Comércio por grosso (excepto veículos)	4 134 571	2 756 220	32 005 822	443 043
Comércio por retalho	1 859 964	465 021	14 971 960	546 481
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	11 653 168	104 831
Actividades imobiliárias	-	-	1 264 138	11 750
Educação	-	-	86 332	765
Outras actividades de prestação de serviços a empresas	-	-	3 486 925	263 541
Outras actividades de serviços	-	-	1 324 800	13 457
Outras actividades	2 036 684	1 111 929	36 151 316	1 636 723
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	98 203 683	1 548 105
Particulares	214 002	9 838	37 335 998	1 291 257
Consumo	214 002	9 838	31 056 602	1 045 371
Habitação	-	-	6 279 396	245 886
Total	13 716 810	5 776 779	393 113 252	9 327 091

mkz	31-12-2023			
	Imparidade individual		Imparidade coletiva	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Sector de actividade				
Agricultura, produção animal, caça e actividades relacionadas	8 785 535	128 304	2 297 525	20 109
Indústrias extractivas e de preparação de minerais metálicos	-	-	74 491 860	685 832
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	4 387 669	1 419 429	-	-
Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos	-	-	2 495 452	42 092
Indústrias alimentares e das bebidas	-	-	6 611 029	167 528
Construção	-	-	29 723 771	554 978
Comércio por grosso (excepto veículos)	6 957 455	4 851 648	27 953 174	1 180 815
Comércio por retalho	-	-	18 676 939	514 226
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	13 593 471	131 908
Actividades imobiliárias	-	-	366 912	3 390
Educação	-	-	113 786	792
Outras actividades de prestação de serviços a empresas	-	-	5 427 366	83 522
Outras actividades de serviços	152 788	111 115	1 326 596	8 976
Outras actividades	1 409 901	852 721	38 020 003	541 513
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	96 007 918	1 418 885
Particulares	425 519	233 202	28 650 108	1 571 233
Consumo	425 519	233 202	21 677 242	1 139 664
Habitação	-	-	6 972 866	431 569
Total	22 118 867	7 596 419	345 755 910	6 925 799

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta, garantias prestadas e imparidade constituída por sector de actividade é o seguinte:

Sector	31-12-2024						
	Crédito a Clientes		Créditos Documentário e Garantias Prestadas	Exposição Total	Peso Relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade/Exp. Total
Agricultura, produção animal, caça e actividades relacionadas	11 164 707	3 230	-	11 167 937	3%	666 932	6%
Indústrias extractivas e de preparação de minerais metálicos	92 680 301	49 686	15 024 300	107 754 287	24%	1 088 070	1%
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	4 283 099	-	-	4 283 099	1%	1 516 483	35%
Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos	2 233 972	-	-	2 233 972	1%	23 772	1%
Indústrias alimentares e das bebidas	10 422 809	185 016	1 378 400	11 986 225	3%	764 449	6%
Construção	41 031 298	46 581	3 075 570	44 153 449	10%	894 713	2%
Comércio por grosso (excepto veículos)	35 028 791	1 111 602	11 032 125	47 172 518	11%	3 251 289	7%
Comércio por retalho	16 157 062	674 862	1 109 974	17 941 898	4%	1 016 692	6%
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	11 652 323	845	-	11 653 168	3%	104 831	1%
Actividades imobiliárias	1 264 137	-	-	1 264 137	0%	11 750	1%
Educação	86 332	-	-	86 332	0%	765	1%
Outras actividades de prestação de serviços a empresas	3 411 463	75 462	4 725	3 491 650	1%	265 337	8%
Outras actividades de serviços	1 302 907	21 892	234 139	1 558 938	0%	13 511	1%
Outras actividades	37 725 892	462 110	7 314 059	45 502 061	10%	2 777 149	6%
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	98 203 683	-	-	98 203 683	23%	1 548 105	2%
Particulares	37 349 265	200 735	-	37 550 000	8%	1 301 095	3%
Consumo	31 088 470	182 134	-	31 270 604	7%	1 055 209	3%
Habituação	6 260 795	18 601	-	6 279 396	1%	245 886	4%
Total	403 998 041	2 832 021	39 173 292	446 003 354		15 244 943	3%

Sector	31-12-2023						
	Crédito a Clientes		Créditos Documentário e Garantias Prestadas	Exposição Total	Peso Relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade/Exp. Total
Agricultura, produção animal, caça e actividades relacionadas	11 080 994	2 065	-	11 083 059	3%	148 413	1%
Indústrias extractivas e de preparação de minerais metálicos	74 292 766	199 094	7 155 580	81 647 440	20%	705 915	1%
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	4 387 669	-	-	4 387 669	1%	1 419 430	32%
Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos	2 495 453	-	-	2 495 453	1%	42 092	2%
Indústria têxtil	-	-	-	-	0%	-	0%
Indústrias alimentares e das bebidas	6 611 011	18	1 897 124	8 508 153	2%	188 606	2%
Construção	29 723 771	-	10 426 770	40 150 541	10%	607 824	2%
Comércio por grosso (excepto veículos)	34 527 167	383 462	7 876 406	42 787 035	11%	6 060 388	14%
Comércio por retalho	18 554 498	122 441	714 780	19 391 719	5%	517 386	3%
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	13 593 471	-	-	13 593 471	3%	131 908	1%
Actividades imobiliárias	366 912	-	-	366 912	0%	3 390	1%
Educação	113 786	-	-	113 786	0%	792	1%
Investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	0%	-	0%
Outras actividades de prestação de serviços a empresas	5 362 969	64 397	569 321	5 996 687	1%	88 627	1%
Outras actividades de serviços	1 479 384	-	200 046	1 679 430	0%	120 129	7%
Outras actividades	39 245 749	184 155	10 258 915	49 688 819	12%	1 446 826	3%
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	96 007 918	-	-	96 007 918	25%	1 418 885	1%
Particulares	28 985 141	90 486	-	29 075 627	7%	1 804 435	6%
Consumo	22 026 426	76 334	-	22 102 760	5%	1 372 866	6%
Habituação	6 958 715	14 152	-	6 972 867	2%	431 569	6%
Total	366 828 659	1 046 118	39 098 942	406 973 719		14 705 046	4%

As garantias prestadas dizem respeito a créditos documentários e garantias e avales prestados (ver Nota 28).

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe das exposições por graus de risco internos e por segmento do modelo de imparidade é a seguinte:

mkz	31-12-2024							
	Grau de risco Baixo		Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado			Total
	A	B	C	D	E	F	G	
Administrações Públicas	98 203 684	279	-	-	-	-	-	98 203 963
Empresas	20 366 003	248 588 465	779 566	1 133 164	207 620	-	1 281	271 076 099
Stage 1	11 025 580	214 466 432	719 456	892 609	5 105	-	1 281	227 110 463
Comércio e Transportes	8 562 397	5 096 672	5	892 609	-	-	-	14 551 683
Agro-indústrias	661 303	45 037 360	569 669	-	-	-	-	46 268 332
Commercial Real Estate	-	8 215 108	-	-	-	-	-	8 215 108
Serviços e Outros	1 801 880	156 117 292	149 782	-	5 105	-	1 281	158 075 340
Stage 2	-	16 795 431	-	240 555	73 466	-	-	17 109 452
Empresas	-	16 795 431	-	240 555	73 466	-	-	17 109 452
Stage 3	9 340 423	17 326 602	60 110	-	129 049	-	-	26 856 184
Empresas	9 340 423	17 326 602	60 110	-	129 049	-	-	26 856 184
Particulares	78 359	36 517 700	259 251	467 693	223 687	-	3 310	37 550 000
Stage 1	78 359	32 956 422	18 234	317 248	4 376	-	-	33 374 639
Aquisição e Habitação	-	7 610 472	3 629	39 201	-	-	-	7 653 302
Consumo - Outros	74 644	24 958 611	14 605	267 243	4 347	-	-	25 319 450
Consumo - Cartões e Descobertos	3 715	387 339	-	10 804	29	-	-	401 887
Stage 2	-	1 707 643	104 109	140 176	216 703	-	-	2 168 631
Aquisição e Habitação	-	114 691	-	-	-	-	-	114 691
Consumo - Outros	-	1 592 952	104 109	140 176	216 703	-	-	2 053 940
Stage 3	-	1 853 635	136 908	10 269	2 608	-	3 310	2 006 730
Particulares	-	1 853 635	136 908	10 269	2 608	-	3 310	2 006 730
Total	118 648 046	285 106 444	1 038 817	1 600 857	431 307	-	4 591	406 830 062

mkz	31-12-2023							
	Grau de risco Baixo		Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado			Total
	A	B	C	D	E	F	G	
Administrações Públicas	96 007 918	-	-	-	-	-	-	96 007 918
Empresas	20 533 738	218 727 101	834 851	2 321 446	292 166	-	81 930	242 791 232
Stage 1	11 208 704	179 639 187	763 144	2 079 216	12 185	-	1 281	193 703 717
Comércio e Transportes	8 738 351	6 555 778	-	2 029 172	-	-	-	17 323 301
Agro-indústrias	500 749	37 037 082	759 555	-	-	-	-	38 297 386
Commercial Real Estate	-	6 031 708	-	-	-	-	-	6 031 708
Serviços e Outros	1 969 604	130 014 619	3 589	50 044	12 185	-	1 281	132 051 322
Stage 2	-	19 178 136	-	242 230	13 893	-	-	19 434 259
Empresas	-	19 178 136	-	242 230	13 893	-	-	19 434 259
Stage 3	9 325 034	19 909 778	71 707	-	266 088	-	80 649	29 653 256
Empresas	9 325 034	19 909 778	71 707	-	266 088	-	80 649	29 653 256
Particulares	97 567	27 873 353	252 523	386 840	225 895	225 627	13 822	29 075 627
Stage 1	97 567	25 221 527	5 448	227 627	29	-	-	25 552 198
Aquisição e Habitação	-	8 061 256	3 881	40 286	-	-	-	8 105 423
Consumo - Outros	83 709	16 452 105	1 567	172 835	-	-	-	16 710 216
Consumo - Cartões e Descobertos	13 858	708 166	-	14 506	29	-	-	736 559
Stage 2	-	1 313 337	109 065	149 872	21 848	-	-	1 594 122
Aquisição e Habitação	-	314 803	-	-	-	-	-	314 803
Consumo - Outros	-	998 534	109 065	149 872	21 848	-	-	1 279 319
Consumo - Cartões e Descobertos	-	-	-	-	-	-	-	-
Stage 3	-	1 338 489	138 010	9 341	204 018	225 627	13 822	1 929 307
Particulares	-	1 338 489	138 010	9 341	204 018	225 627	13 822	1 929 307
Total	116 639 223	246 600 454	1 087 374	2 708 286	518 061	225 627	95 752	367 874 777

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a divulgação dos factores de risco associados ao modelo de imparidade por segmento do modelo de imparidade:

Segmento	Imparidade 31-12-2024			
	Probabilidade de incumprimento PD			Perda dado o incumprimento LGD
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Administrações Públicas	2,60%	n.a.	n.a.	60,00%
Empresas				
Stage 1				
Comércio e Transportes	1,67%	n.a.	n.a.	21,86%
Agro-indústrias	1,67%	n.a.	n.a.	59,85%
Commercial Real Estate	1,67%	n.a.	n.a.	50,36%
Serviços e Outros	1,67%	n.a.	n.a.	53,59%
Stage 2				
Empresas	n.a.	21,38%	n.a.	49,35%
Stage 3				
Empresas	n.a.	n.a.	100,00%	74,20%
Particulares				
Stage 1				
Aquisição e Habitação	1,78%	n.a.	n.a.	19,77%
Consumo - Outros	1,30%	n.a.	n.a.	35,34%
Consumo - Cartões e Descobertos	1,30%	n.a.	n.a.	44,96%
Stage 2				
Aquisição e Habitação	n.a.	13,70%	n.a.	44,96%
Consumo - Outros	n.a.	22,18%	n.a.	35,60%
Consumo - Cartões e Descobertos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Stage 3				
Particulares	n.a.	n.a.	100,00%	47,30%
Segmento	Imparidade 31-12-2023			
	Probabilidade de incumprimento PD			Perda dado o incumprimento LGD
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Administrações Públicas	2,43%	n.a.	n.a.	60,00%
Empresas				
Stage 1				
Comércio e Transportes	2,71%	n.a.	n.a.	28,49%
Agro-indústrias	3,35%	n.a.	n.a.	65,10%
Commercial Real Estate	1,42%	n.a.	n.a.	61,68%
Serviços e Outros	1,07%	n.a.	n.a.	62,83%
Stage 2				
Empresas	n.a.	12,93%	n.a.	36,89%
Stage 3				
Empresas	n.a.	n.a.	100,00%	52,42%
Particulares				
Stage 1				
Aquisição e Habitação	1,32%	n.a.	n.a.	39,87%
Consumo - Outros	1,20%	n.a.	n.a.	65,64%
Consumo - Cartões e Descobertos	0,19%	n.a.	n.a.	81,80%
Stage 2				
Aquisição e Habitação	n.a.	29,36%	n.a.	61,70%
Consumo - Outros	n.a.	21,36%	n.a.	64,69%
Consumo - Cartões e Descobertos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Stage 3				
Particulares	n.a.	n.a.	100,00%	70,49%

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta e imparidade constituída, da carteira de créditos reestruturados, por medida de reestruturação aplicada é o seguinte:

mkz	31-12-2024											
	Crédito em Estágio 1			Crédito em Estágio 2			Crédito em Estágio 3			Total		
	Número de Operações	Exposição	Imparidade	Número de Operações	Exposição	Imparidade	Número de Operações	Exposição	Imparidade	Número de Operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	1	46 686	60	12	801 570	40 128	16	276 676	75 679	29	1 124 932	115 867
Período de carência de capital e/ou juros	-	-	-	3	102 425	6 078	4	2 104 654	1 980 482	7	2 207 079	1 986 560
Redução de taxa de juro	-	-	-	5	268 569	25 288	15	2 308 892	782 528	20	2 577 461	807 816
Outras	-	-	-	21	6 676 666	1 704 277	43	13 986 331	2 858 477	64	20 662 997	4 562 754
Total	1	46 686	60	41	7 849 230	1 775 771	78	18 676 553	5 697 166	120	26 572 469	7 472 997

mkz	31-12-2023											
	Crédito em Estágio 1			Crédito em Estágio 2			Crédito em Estágio 3			Total		
	Número de Operações	Exposição	Imparidade	Número de Operações	Exposição	Imparidade	Número de Operações	Exposição	Imparidade	Número de Operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	1	57 538	-	12	649 926	64 793	14	669 980	246 016	27	1 377 444	310 809
Período de carência de capital e/ou juros	1	50 044	355	1	9 554	859	8	2 933 037	1 874 120	10	2 992 635	1 875 334
Redução de taxa de juro	1	119 898	1 175	4	156 248	22 718	1	11 200	10 119	6	287 346	34 012
Outras	3	513 730	1 269	15	799 143	85 222	25	23 296 509	6 383 714	43	24 609 382	6 470 205
Total	6	741 210	2 799	32	1 614 871	173 592	48	26 910 726	8 513 969	86	29 266 807	8 690 360

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos de entradas e saídas na carteira de créditos reestruturados é o seguinte:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Saldo inicial da carteira de créditos reestruturados (bruto de Imparidade)	29 266 806	23 619 989
Créditos reestruturados no período	4 001 486	11 945 081
Juros corridos da carteira de créditos reestruturados	15 050	169 376
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(6 711 566)	(1 315 256)
Outros - Abates	693	(5 152 384)
Saldo final da carteira de créditos reestruturados (bruto de Imparidade)	26 572 469	29 266 806

Abaixo apresenta-se o detalhe dos activos financeiros modificados com referência a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (com provisão para perdas baseada nas perdas de crédito esperadas ao longo da respectiva duração):

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Custo Amortizado bruto antes da modificação	3 383 427	8 688 643
Perdas por imparidades antes da modificação	(676 117)	(5 259 918)
Custo amortizado líquido antes da modificação	2 707 310	3 428 725
Ganhos/Perdas líquidas da modificação	687 756	358 628
Custo amortizado bruto após a modificação	4 071 183	9 047 271

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta, desagregada entre vincenda e vencida, e imparidade constituída da carteira de créditos reestruturados é o seguinte:

mkz 31-12-2024				
Sector	Crédito			Imparidade
	Vincendo	Vencido	Total	
Empresas	23 436 867	529 570	23 966 437	6 806 715
Particulares	2 592 082	13 950	2 606 032	666 282
Consumo	2 592 082	13 950	2 606 032	666 282
Total	26 028 949	543 520	26 572 469	7 472 997

mkz 31-12-2023				
Sector	Crédito			Imparidade
	Vincendo	Vencido	Total	
Empresas	26 561 868	115 522	26 677 390	7 638 165
Particulares	2 576 932	12 484	2 589 416	1 052 195
Consumo	2 576 932	12 484	2 589 416	1 052 195
Total	29 138 800	128 006	29 266 806	8 690 360

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da exposição bruta, desagregada por estágio, e imparidade constituída da carteira de créditos reestruturados é o seguinte:

mkz 31-12-2024				
Sector	Estágios de Imparidade			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Empresas	-	6 335 015	17 631 422	23 966 437
Particulares	46 686	1 514 215	1 045 131	2 606 032
Consumo	46 686	1 514 215	1 045 131	2 606 032
Total	46 686	7 849 230	18 676 553	26 572 469

mkz 31-12-2023				
Sector	Estágios de Imparidade			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Empresas	540 049	456 757	25 680 584	26 677 390
Particulares	201 160	1 158 114	1 230 142	2 589 416
Consumo	201 160	1 158 114	1 230 142	2 589 416
Total	741 209	1 614 871	26 910 726	29 266 806

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe do justo valor das garantias reais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de Empresas, Construção e promoção imobiliária e Habitação é o seguinte:

	31-12-2024											
	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
mkz	Imóveis		Outras garantias		Imóveis		Outras garantias		Imóveis		Outras garantias	
Justo Valor	Número de Imóveis	Montante	Número	Montante	Número de Imóveis	Montante	Número	Montante	Número de Imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	12	414 658	200	1 065 978	-	-	16	73 500	58	2 020 454	-	-
>= 50 MAOA e <100 MAOA	9	655 829	15	977 739	-	-	2	141 200	61	4 247 492	1	60 500
>=100 MAOA e < 500 MAOA	46	11 121 169	16	3 806 025	2	504 301	-	-	36	6 329 340	-	-
>= 500 MAOA e <1000 MAOA	22	13 906 708	4	2 793 079	3	2 366 069	2	1 396 818	-	-	-	-
>=1000 MAOA e <2000 MAOA	14	19 063 094	2	2 878 588	2	2 883 533	-	-	-	-	-	-
>=2000 MAOA e <5000 MAOA	26	75 336 603	1	4 925 918	2	4 800 370	-	-	-	-	-	-
>=5000 MAOA	5	156 205 582	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	134	276 703 643	238	16 447 327	9	10 554 273	20	1 611 518	155	12 597 286	1	60 500

	31-12-2023											
	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
mkz	Imóveis		Outras garantias		Imóveis		Outras garantias		Imóveis		Outras garantias	
Justo Valor	Número de Imóveis	Montante	Número	Montante	Número de Imóveis	Montante	Número	Montante	Número de Imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	22	338 147	367	1 344 752	4	1 874	48	128 000	67	2 294 944	1	12 405
>= 50 MAOA e <100 MAOA	10	784 836	14	901 183	-	-	2	132 880	61	4 234 270	1	58 600
>=100 MAOA e < 500 MAOA	43	10 819 966	23	4 774 845	2	719 147	-	-	40	6 992 423	-	-
>= 500 MAOA e <1000 MAOA	23	15 953 105	2	1 478 538	4	3 036 479	1	580 160	-	-	-	-
>=1000 MAOA e <2000 MAOA	18	27 942 433	3	3 926 022	1	1 009 410	-	-	-	-	-	-
>=2000 MAOA e <5000 MAOA	17	48 940 175	1	4 752 156	3	7 428 512	-	-	-	-	-	-
>=5000 MAOA	9	137 067 486	-	-	1	5 060 801	-	-	-	-	-	-
Total	142	241 846 148	410	17 177 496	15	17 256 223	51	841 040	168	13 521 637	2	71 005

As outras garantias reais apresentadas no mapa acima incluem depósitos bancários e títulos de dívida.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe do rácio financiamento-garantia real, exposição bruta e imparidade constituída dos segmentos de Empresas, Construção e promoção imobiliária e Habitação é o seguinte:

31-12-2024							
mkz	Segmento/rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade
Empresas							
	Sem garantia associada	n.a.	n.a.	150 372 160	11 234 754	15 254 217	8 035 589
	<50%	85	58	3 873 930	748 343	2 996 547	1 336 502
	>=50% e <75%	21	10	10 336 810	2 226 844	1 243 897	397 580
	>=75% e <100%	6	7	3 223 815	-	3 241 308	794 578
	>=100%	22	163	21 766 020	752 063	2 727 512	809 584
Construção e promoção imobiliária							
	Sem garantia associada	n.a.	n.a.	34 759 306	45 385	516 999	620 382
	<50%	3	5	-	291 673	875 704	222 784
	>=50% e <75%	2	-	1 003 169	-	-	2 669
	>=75% e <100%	-	-	-	-	-	-
	>=100%	4	15	1 775 253	1 810 390	-	35 002
Habitação							
	Sem garantia associada	n.a.	n.a.	2 802 852	68 465	257 125	198 397
	<50%	75	1	845 095	36 127	78 806	15 166
	>=50% e <75%	43	-	1 182 664	-	61 076	23 287
	>=75% e <100%	30	-	758 919	10 098	-	7 903
	>=100%	7	-	178 169	-	-	1 133
Total		298	259	232 878 162	17 224 142	27 253 191	12 500 556

mkz		31-12-2023					
Segmento/rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade	
Empresas							
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	115 383 965	6 346 893	13 030 028	3 996 277	
<50%	86	149	11 235 822	2 023 309	6 578 315	4 149 421	
>=50% e <75%	16	34	6 217 888	5 414 521	650 415	195 420	
>=75% e <100%	14	10	2 541 683	787 266	2 599 807	84 319	
>=100%	26	217	29 308 436	4 165 972	6 783 141	2 318 483	
Construção e promoção imobiliária							
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	25 246 900	420 089	11 550	538 450	
<50%	8	20	937 649	-	-	10 741	
>=50% e <75%	-	5	20 004	-	-	-	
>=75% e <100%	2	1	695 494	276 209	-	3 630	
>=100%	5	25	2 115 876	-	-	2 157	
Habitação							
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	1 901 065	159 957	244 399	295 780	
<50%	77	-	1 449 029	-	92 222	51 260	
>=50% e <75%	42	-	1 290 381	125 699	59 389	39 494	
>=75% e <100%	36	-	1 314 668	29 147	20 586	24 915	
>=100%	13	2	252 808	-	33 516	20 120	
Total	325	463	199 911 668	19 749 062	30 103 368	11 730 467	

Nota 18 – Outros activos tangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Imóveis		
De serviço próprio	10 311 220	9 371 642
Obras em imóveis arrendados	1 974 378	1 962 761
Total	12 285 598	11 334 403
Equipamento		
Equipamento informático	7 641 677	6 262 047
Mobiliário e material	1 327 910	1 198 896
Material de transporte	2 694 464	2 408 721
Máquinas de uso administrativo	544 542	478 544
Equipamento de segurança	674 982	526 119
Outros equipamentos	700 292	491 335
Total	13 583 867	11 365 662
Activos sob Direito de Uso		
Imóveis	1 461 677	1 555 531
Total	1 461 677	1 555 531
Imobilizado em curso		
Imóveis de serviço próprio	-	623 425
Outros imobilizados em curso	157 872	17 920
Total	157 872	641 345
Depreciações acumuladas	(12 670 203)	(11 269 877)
Imparidade	(1 397 261)	(1 029 109)
Outros activos tangíveis	13 421 550	12 597 955

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os outros activos tangíveis em curso correspondem, essencialmente, à aquisição de espaço e a pagamentos a fornecedores pelo equipamento e obras realizadas em novos balcões.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, encontram-se em funcionamento 27 Balcões e 4 Centros de Empresas.

Os principais investimentos efectuados durante 2024, foram essencialmente em equipamentos informáticos e material de transporte.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos da rubrica outros activos tangíveis são representados da seguinte forma:

mkz	Saldo em 31.12.2023	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 31.12.2024
Imóveis						
De serviço próprio	9 371 642	208 036	-	731 542	-	10 311 220
Obras em imóveis arrendados	1 962 761	137 362	-	(125 745)	-	1 974 378
	11 334 403	345 398	-	605 797	-	12 285 598
Equipamento						
Equipamento informático	6 262 047	2 033 453	(654 924)	1 154	(53)	7 641 677
Mobiliário e material	1 198 896	134 848	(36)	(5 539)	(259)	1 327 910
Material de transporte	2 408 721	427 742	(141 999)	-	-	2 694 464
Máquinas de uso administrativo	478 544	66 028	-	-	(30)	544 542
Equipamento de segurança	526 119	125 898	-	22 965	-	674 982
Outros equipamentos	491 335	209 909	-	(952)	-	700 292
	11 365 662	2 997 878	(796 959)	17 628	(342)	13 583 867
Activos sob Direito de Uso						
Imóveis	1 555 531	564 733	(658 587)	-	-	1 461 677
	1 555 531	564 733	(658 587)	-	-	1 461 677
Imobilizado em curso						
	641 345	139 952	-	(623 425)	-	157 872
	24 896 941	4 047 961	(1 455 546)	-	(342)	27 489 014
Depreciações acumuladas						
Imóveis						
De serviço próprio	(2 292 178)	(295 136)	-	-	(22 156)	(2 609 470)
Obras em imóveis arrendados	(1 402 848)	(96 287)	-	-	-	(1 499 135)
	(3 695 026)	(391 423)	-	-	(22 156)	(4 108 605)
Equipamento						
Equipamento informático	(3 520 570)	(1255 639)	654 885	-	20	(4 121 304)
Mobiliário e material	(792 706)	(93 712)	35	-	260	(886 123)
Material de transporte	(1 713 212)	(359 133)	141 999	-	-	(1 930 346)
Máquinas de uso administrativo	(181 358)	(58 502)	-	-	30	(239 830)
Equipamento de segurança	(255 148)	(80 601)	-	-	-	(335 749)
Outros equipamentos	(278 555)	(70 174)	40	-	-	(348 689)
	(6 741 549)	(1 917 761)	796 959	-	310	(7 862 041)
Activos sob Direito de Uso						
Imóveis	(833 302)	(493 592)	632 785	-	(5 448)	(699 557)
	(833 302)	(493 592)	632 785	-	(5 448)	(699 557)
	(11 269 877)	(2 802 776)	1 429 744	-	(27 294)	(12 670 203)
Imparidade						
De imóveis de uso próprio	(1 029 109)	(368 152)	-	-	-	(1 397 261)
	(1 029 109)	(368 152)	-	-	-	(1 397 261)
Outros activos tangíveis	12 597 955	877 033	(25 802)	-	(27 636)	13 421 550

mkz	Saldo em 31.12.2022	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 31.12.2023
Imóveis						
De serviço próprio	9 391 415	342 047	-	52 008	(413 828)	9 371 642
Obras em imóveis arrendados	1 912 597	48 156	(2 500)	4 508	-	1 962 761
	11 304 012	390 203	(2 500)	56 516	(413 828)	11 334 403
Equipamento						
Equipamento informático	5 136 519	1 346 053	(220 525)	-	-	6 262 047
Mobiliário e material	1 072 006	205 479	(78 589)	-	-	1 198 896
Material de transporte	2 122 125	346 911	(60 315)	-	-	2 408 721
Máquinas de uso administrativo	312 121	181 874	(15 451)	-	-	478 544
Equipamento de segurança	386 428	132 959	(5 585)	22 235	(9 918)	526 119
Outros equipamentos	420 925	77 528	(7 118)	-	-	491 335
	9 450 124	2 290 804	(387 583)	22 235	(9918)	11 365 662
Activos sob Direito de Uso						
Imóveis	2 289 428	774 347	(116 577)	-	(1 391 667)	1 555 531
	2 289 428	774 347	(116 577)	-	(1 391 667)	1 555 531
Imobilizado em curso	292 536	3 814	-	(78 751)	423 746	641 345
	23 336 100	3 459 168	(506 660)	-	(1 391 667)	24 896 941
Depreciações acumuladas						
Imóveis						
De serviço próprio	(2 053 480)	(238 698)	-	-	-	(2 292 178)
Obras em imóveis arrendados	(1 291 296)	(114 052)	2 500	-	-	(1 402 848)
	(3 344 776)	(352 750)	2 500	-	-	(3 695 026)
Equipamento						
Equipamento informático	(2 622 965)	(1 118 130)	220 525	-	-	(3 520 570)
Mobiliário e material	(793 137)	(78 158)	78 589	-	-	(792 706)
Material de transporte	(1 408 881)	(364 744)	60 315	-	98	(1 713 212)
Máquinas de uso administrativo	(149 952)	(46 856)	15 450	-	-	(181 358)
Equipamento de segurança	(206 341)	(54 392)	5 585	-	-	(255 148)
Outros equipamentos	(238 101)	(47 598)	7 119	-	25	(278 555)
	(5 419 377)	(1 709 878)	387 583	-	123	(6 741 549)
Activos sob Direito de Uso						
Imóveis	(1 795 313)	(422 702)	116 577	-	1 268 136	(833 302)
	(1 795 313)	(422 702)	116 577	-	1 268 136	(833 302)
	(10 559 466)	(2 485 330)	506 660	-	1 268 259	(11 269 877)
Imparidade						
De imóveis de uso próprio	(764 862)	(264 247)	-	-	-	(1 029 109)
	(764 862)	(264 247)	-	-	-	(1 029 109)
Outros activos tangíveis	12 011 772	709 591	-	-	(123 408)	12 597 955

Nota 19 – Activos intangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Activos intangíveis		
Sistema de tratamento automático de dados	7 446 064	3 248 818
Gastos de organização e expansão	37 817	37 817
Total	7 483 881	3 286 635
Activos intangíveis em curso		
Sistema de tratamento automático de dados	2 966 021	2 560 135
Total	2 966 021	2 560 135
Depreciação acumulada		
Sistema de tratamento automático de dados	(3 117 321)	(2 185 548)
Activos intangíveis	7 332 581	3 661 222

Em 31 de Dezembro de 2024, a variação face ao período homólogo registada na rubrica de “Sistema de tratamento automático de dados”, está relacionada a aquisição de softwares que irão permitir uma melhor integração entre os sistemas de informação internos e externos, permitir a proteção e tratamento dos dados pessoais e a optimização de processos e melhoria da produtividade.

Foram realizados testes de imparidade sobre os Activos Intangíveis em curso, não tendo sido apuradas imparidades a reconhecer nas Demonstrações financeiras.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 os movimentos da rubrica activos intangíveis são apresentados da seguinte forma:

mkz	Saldo em 31.12.2023	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências e Regularizações	Saldo em 31.12.2024
Activos intangíveis					
Sistema de tratamento automático de dados	3 248 818	2 817 214	-	1380 032	7 446 064
Gastos de organização e expansão	37 817	-	-	-	37 817
	3 286 635	2 817 214	-	1 380 032	7 483 881
Activos intangíveis em curso					
Sistema de tratamento automático de dados	2 560 135	1 787 911	-	(1 382 025)	2 966 021
	2 560 135	1 787 911	-	(1 382 025)	2 966 021
	5 846 770	4 605 125	-	(1 993)	10 449 902
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(2 185 548)	(931 773)	-	-	(3 117 321)
	(2 185 548)	(931 773)	-	-	(3 117 321)
Activos intangíveis	3 661 222	3 673 352	-	(1 993)	7 332 581

mkz	Saldo em 31.12.2022	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências e Regularizações	Saldo em 31.12.2023
Activos intangíveis					
Sistema de tratamento automático de dados	3 117 616	417 675	-	(286 473)	3 248 818
Gastos de organização e expansão	37 817	-	-	-	37 817
	3 155 433	417 675	-	(286 473)	3 286 635
Activos intangíveis em curso					
Sistema de tratamento automático de dados	1 107 403	1 166 259	-	286 473	2 560 135
	1 107 403	1 166 259	-	286 473	2 560 135
	4 262 836	1 583 934	-	-	5 846 770
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(1 646 033)	(539 515)	-	-	(2 185 548)
	(1 646 033)	(539 515)	-	-	(2 185 548)
Activos intangíveis	2 616 803	1 044 419	-	-	3 661 222

Nota 20 – Impostos

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do período.

O cálculo do imposto corrente em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 foi apurado nos termos do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro), com as alterações introduzidas pela Lei que altera o Código do Imposto Industrial (Lei n.º 26/2020, de 20 de Julho), sendo a taxa de imposto aplicável de 35%.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Assim, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o imposto diferido foi, em termos gerais, apurado com base numa taxa de 35%.

As declarações fiscais encontram-se sujeitas a revisão e correcção por parte da autoridade fiscal durante um período de cinco anos, podendo resultar em eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2020 a 2024, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal.

Desde a entrada em vigor do novo Código do Imposto Industrial (Lei n.º 26/2020, de 20 de Julho), os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no n.º 1 do artigo 48.º do Código do Imposto Industrial, passam a poder ser deduzidos aos lucros tributáveis dos cinco anos posteriores.

Os activos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 são apresentados da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Activos por impostos correntes	691 056	240 623
Impostos a recuperar	691 056	240 623
Passivos por impostos correntes	(2 416 207)	(709 793)
Imposto Industrial	(1 384 034)	-
Imposto Sobre Aplicações de Capitais	(1 032 173)	(709 793)
Imposto a recuperar/(pagar no fim do exercício)	(1 725 151)	(469 170)

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 são apresentados da seguinte forma:

	Activo		Passivo		Líquido	
mkz	31-12-2024	31-12-2023	31-12-2024	31-12-2023	31-12-2024	31-12-2023
Crédito a clientes	1 566 730	1 884 878	-	-	1 566 730	1 884 878
Provisões para prémio de antiguidade	594 889	543 308	-	-	594 889	543 308
Crédito de imposto por prejuízo Fiscal	-	6 835 498	-	-	-	6 835 498
Variações cambiais potenciais	-	-	(6 462 165)	(8 431 951)	(6 462 165)	(8 431 951)
Activo/ (passivo) por imposto diferido	2 161 619	9 263 684	(6 462 165)	(8 431 951)	(4 300 546)	831 733

Tendo por referência os requisitos definidos pela IAS 12 - “Impostos sobre o rendimento”, os activos e passivos por impostos diferidos são reconhecidos na medida da expectativa da BCGA quanto à possibilidade de recuperação futura, a qual assenta, fundamentalmente:

- Na determinação da sua capacidade de geração de lucros tributáveis suficientes;
- Na interpretação efectuada do quadro legal a vigorar no período relevante da análise

Esta avaliação foi realizada tendo por base exercícios de projecção de actividade elencados aos objetivos estratégicos propostos ao accionista para concretização no decurso do actual mandato do Conselho de Administração e que permitirão ao BCGA assegurar, no referido intervalo temporal, níveis de rentabilidade e de capital adequados.

A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está suportada em projeções de rentabilidade devidamente ajustadas em função da evolução dos indicadores macroeconómicos e financeiros relevantes.

No âmbito do exercício realizado, não foram estimadas quaisquer perdas. Eventuais alterações nos pressupostos utilizados ou nas variáveis pertinentes à determinação dos lucros tributáveis projectados poderiam conduzir a resultados e conclusões substancialmente diferentes.

O detalhe dos impostos diferidos associados a variações cambiais não realizadas é apresentado da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Variações Cambiais desfavoráveis não realizadas	89 955 154	73 813 861
Variações Cambiais favoráveis não realizadas	(96 417 319)	(82 245 812)
Activo/ (passivo) por imposto diferido	(6 462 165)	(8 431 951)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Saldo inicial	831 733	3 735 350
Reconhecido em resultados (Impostos Diferidos)	(5 270 703)	(2 903 617)
Outros	138 424	
Activo/ (passivo) por imposto diferido	(4 300 546)	831 733

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, é apresentada da seguinte forma:

mkz	31-12-2024			31-12-2023		
	Taxa Efectiva	Base tributável	Imposto	Taxa Efectiva	Base tributável	Imposto
Resultado antes de impostos		60 408 831			42 353 100	
Rendimento fiscal	35,00%	60 408 831	21 143 091	35,00%	42 353 100	14 823 585
Diferenças Permanentes:						
Ganhos e Perdas não dedutíveis	-6,72%	(11 592 502)	(4 057 376)	-19,74%	(23 883 611)	(8 359 264)
Benefícios Fiscais						
Rendimento de Títulos sujeitos a IAC.....	-21,37%	(36 876 219)	(12 906 676)	-29,28%	(35 436 361)	(12 402 726)
Rendimento de DP OIC sujeitos a IAC).....	-2,09%	(3 611 742)	(1 264 110)	-1,25%	(1 506 895)	(527 413)
Rendimento de activos com acordo de Revenda.....	-2,53%	(4 373 984)	(1 530 894)	-0,87%	(1 056 227)	(369 679)
Diferenças Temporárias	8,73%	15 059 152	5 270 703	23,00%	27 826 041	9 739 115
Imposto sobre aplicações de Capitais	6,04%	-	3 650 003	6,63%	-	2 808 266
Imposto do exercício (Total)	17,06%	19 013 537	10 304 741	13,49%	8 296 047	5 711 883

Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

Os rendimentos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pelo Decreto Presidencial n.º 259/10, de 18 de Novembro e pelo Decreto Presidencial n.º 31/12, de 30 de Janeiro, gozam da isenção de todos os impostos.

Adicionalmente, o Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro (revisto e republicado através do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro) introduziu uma norma de sujeição a Imposto sobre a Aplicação de Capitais sobre os rendimentos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano.

Não obstante, de acordo com o disposto no artigo 47.º do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 26/20, de 20 de Julho) em vigor no decorrer do exercício de 2020, na determinação da matéria tributável deduzir-se-ão do lucro líquido apurado os proveitos ou ganhos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais.

Desta forma, na determinação do lucro tributável em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, tais rendimentos foram deduzidos ao lucro tributável.

De igual forma, o gasto apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais ("IAC") não é fiscalmente aceite para apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Código do Imposto Industrial.

Sem prejuízo do exposto, no que diz respeito aos rendimentos de títulos de dívida pública, segundo o último entendimento da Administração Geral Tributária dirigido à ABANC (carta com a referência 196/DGC/AGT/2016, de 17 de Maio de 2016), apenas os que decorrerem de títulos emitidos em data igual ou posterior a 1 de Janeiro de 2012 se encontram sujeitos a este imposto.

Nota 21 – Outros activos

A rubrica de Outros activos a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Outros activos		
Ajustamento de justo valor ao crédito a colaboradores	1 964 564	1 912 592
Juros a receber programa Angola Investe	585 144	584 208
Adiantamentos a fornecedores	171	74 343
Custos Diferidos		
Seguros	158 740	132 604
Outros	1 015 446	563 184
Outras operações a regularizar	144 885	320 771
Património artístico	12 791	4 962
Activos não afectos à exploração - Imóveis	1 429 509	1 423 746
Metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	2 596	2 596
Impostos - IVA	-	1 400 781
Outros impostos a receber	1 005 228	391 895
Falhas de Caixa	130 973	230 479
Proveitos a receber	102 755	17 895
Economato	141 626	252 540
Outros activos	337 311	276 413
Total	7 031 739	7 589 009
Perdas por imparidade dos activos não afectos à exploração - Imóveis	(1 348 914)	(1 348 914)
Perdas por imparidade dos Juros a receber programa Angola Investe	(146 963)	(146 875)
Perdas por imparidade das Falhas de Caixa e Fraude de Balcões	(130 792)	(230 298)
Total	5 405 070	5 862 922

Em 31 de Dezembro de 2024, a variação face ao período homólogo registada na rubrica "Custos Diferidos – Outros" é impactada (i) pela depreciação cambial ocorrida em meados de 2023 nos contratos especializados de consultoria, auditoria e contratos de tecnologia, muitos deles pagos em Kz, mas referenciados ao USD ou EUR; e (ii) pela renovação de contratos ao nível dos sistemas informáticos, de comunicações e de manutenção especializada de IT, alguns deles com revisão de preços e/ou alargamento do âmbito face ao ano anterior, bem como contratação de novos serviços.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica de “ajustamento de justo valor ao crédito a colaboradores” refere-se ao ajustamento ao crédito a colaboradores efectuado de acordo como definido na Nota 17. Com efeito, o Caixa Angola, à semelhança da generalidade das instituições financeiras angolanas, concede crédito aos seus colaboradores a taxas de juro abaixo das praticadas para os seus clientes, sendo este mais um complemento ao seu salário de base. Este benefício permite ao colaborador ter uma taxa de esforço inferior à que teria se o seu crédito tivesse uma taxa de mercado, razão pela qual deverá ser contabilizado o custo de oportunidade para o Banco, em linha com o definido na Nota 17.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o saldo da rubrica de “Adiantamento a fornecedores” corresponde ao pagamento de encomendas efectuadas junto de fornecedores cujos bens ainda não foram recebidos

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o saldo de “Activos não afectos à exploração – imóveis” inclui um imóvel recebido em dação de crédito no montante de mKz 1.297.836 e, dois terrenos e um imóvel adquiridos pelo banco no montante de mKz 131.673.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o saldo da rubrica de “Impostos – IVA” corresponde a imposto sobre o valor acrescentado dedutível.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação registados na rubrica de “Activos não afectos à exploração - imóveis” por tipo de imóvel, é o seguinte:

mkz	31-12-2024				31-12-2023			
Tipo de imóvel	Número de imóveis	Valor Contabilístico bruto	Imparidade	Valor líquido contabilístico	Número de imóveis	Valor Contabilístico bruto	Imparidade	Valor líquido contabilístico
Terreno								
Urbano	1	1 297 836	(1 297 836)	-	1	1 297 836	(1 297 836)	-
Total	1	1 297 836	(1 297 836)	-	1	1 297 836	(1 297 836)	-

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores de outros activos foram os seguintes:

mkz	Imparidade dos activos não afectos à exploração - Imóveis	Outros Activos - Juros a receber programa Angola Investe	Outros Activos - Falhas de Caixa/Fraude Balcões	Total
Saldo em 31.12.2023	1 348 914	146 875	230 298	1 726 087
Aumentos / Dotações	-	357 555	100 840	458 395
Reposições / Reversões	-	(357 466)	(100 546)	(458 012)
Utilizações	-	-	(99 801)	(99 801)
Saldo em 31.12.2024	1 348 914	146 964	130 791	1 626 669

mkz	Imparidade dos activos não afectos à exploração - Imóveis	Outros Activos - Juros a receber programa Angola Investe	Outros Activos - Falhas de Caixa/Fraude Balcões	Total
Saldo em 31.12.2022	1 357 134	38 035	129 861	1 525 030
Aumentos / Dotações	1 998	738 181	101 551	841 730
Reposições / Reversões	(10 218)	(629 341)	(1 114)	(640 673)
Saldo em 31.12.2023	1 348 914	146 875	230 298	1 726 087

Nota 22 – Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

A rubrica de Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Obrigações no sistema de pagamentos	4 100 595	5 809 869
Total	4 100 595	5 809 869

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica obrigações no sistema de pagamentos refere-se a valores a liquidar de operações efectuadas pelos clientes do Caixa Angola com cartões de crédito e Multicaixa. Os saldos apresentados estão pendentes de regularização e compensam-se nos dias úteis seguintes.

Nota 23 – Recursos de clientes e outros empréstimos

O saldo da rubrica recursos de clientes e outros empréstimos é apresentado da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Depósitos à ordem de residentes		
Em moeda nacional		
Empresas	182 932 245	207 654 029
Particulares	49 366 671	48 111 660
Sector Público Administrativo	16 384 014	10 918 252
Sector Público Empresarial	3 608 839	4 735 710
Total	252 291 769	271 419 651
Em moeda estrangeira		
Empresas	230 512 954	151 588 801
Particulares	36 818 191	36 887 317
Sector Público Administrativo	814 925	3 020 899
Sector Público Empresarial	10 262 847	11 968 011
Total	278 408 917	203 465 028
Depósitos à ordem de não residentes		
Em moeda nacional	8 643 290	7 268 686
Em moeda estrangeira	2 627 291	3 155 712
Total	11 270 581	10 424 398
Total Depósitos à Ordem	541 971 267	485 309 077
Depósitos a prazo de residentes		
Em moeda nacional		
Empresas	119 601 513	130 044 327
Particulares	38 179 456	42 330 066
Sector Público Administrativo	48 701	1 009 555
Sector Público Empresarial	1 529 178	6 557
Total	159 358 848	173 390 505
Em moeda estrangeira		
Empresas	-	164 620 601
Particulares	106 198 024	59 070 576
Sector Público Administrativo	61 466 157	-
Sector Público Empresarial	25 376 400	15 018 478
Total	193 040 581	238 709 655
Depósitos a prazo de não residentes		
Em moeda nacional	1 103 142	1 040 437
Em moeda estrangeira	4 560	70 454
Total	1 107 702	1 110 891
Total Depósitos a Prazo	353 507 131	413 211 051
Total	895 478 398	898 520 128

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a generalidade dos depósitos à ordem de clientes não são remunerados com excepção de situações específicas, definidas de acordo com as orientações da Comissão Executiva do Caixa Angola.

O escalonamento dos recursos de clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, é apresentado da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Exigível à vista	541 971 267	485 309 077
Exigível a prazo		
Inferior a 1 mês	52 773 029	29 171 588
De 1 a 3 meses	110 542 062	150 642 150
De 3 a 6 meses	88 301 200	86 621 595
De 6 meses a 1 ano	56 654 799	118 499 001
De 1 a 3 anos	26 804 185	10 946 820
De 3 a 5 anos	18 431 167	17 329 897
Mais de 5 anos	689	-
Total	895 478 398	898 520 128

Nota 24 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

mkz	Provisões para garantias e outros compromissos	Provisões para contingências fiscais	Provisão para processos judiciais	Outras provisões	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	8 022	1 212 750	126 000	91 425	1 438 197
Dotações	493 158	1 320 748	-	-	1 813 906
Reversões	(318 352)	-	-	-	(318 352)
Utilizações	-	(807 527)	(6 039)	-	(813 566)
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	182 828	1 725 971	119 961	91 425	2 120 185
Dotações	2 270 646	-	-	1 175 783	3 446 429
Reversões	(2 311 819)	-	-	-	(2 311 819)
Transferências	(582)	-	-	-	(582)
Utilizações	-	(14 806)	(7 945)	-	(22 751)
Saldo a 31 de Dezembro de 2024	141 073	1 711 165	112 016	1 267 208	3 231 462

O saldo desta rubrica visa a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrentes da actividade do Caixa Angola, sendo revistas em cada data de reporte, de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

O saldo de “Provisões para garantias e outros compromissos” respeita à provisão constituída sobre créditos documentários à importação e garantias e avales prestados.

O saldo da rubrica de “Provisões para contingências fiscais” incorpora a provisão relacionada com a inspecção tributária ocorrida no ano 2021, referente ao exercício de 2016. O Banco exerceu o recurso hierárquico sobre a respectiva notificação, encontrando-se pendente de decisão à data da aprovação

destas demonstrações financeiras. As dotações registadas no ano de 2022 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, correspondem a outras acções de inspeção da Autoridade Geral Tributária que se encontram em curso.

O saldo da rubrica de “Provisões para processos judiciais” está relacionado com processos laborais em contencioso.

As provisões para garantias e outros compromissos, para contingências fiscais, para processos judiciais são estimadas com base na metodologia descrita nas Notas 2.11.

Nota 25 – Outros passivos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a rubrica de Outros passivos é composta da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Outros passivos		
Custos com pessoal - Órgãos Sociais	679 169	499 693
Custos com pessoal - Colaboradores	5 206 306	4 696 646
Acréscimos de custos	1 429 384	1 685 811
Fundo de apoio social	23 237	78 884
Comissões a diferir	199 893	286 974
Impostos e taxas por liquidar		
IVA	563 919	1 462 571
Imposto do Selo	105 323	119 744
IAC	230 469	162 178
IRT	194 660	182 334
CEOC	662 804	-
Imposto Industrial-Retenção na Fonte	42 308	31 150
Imposto Predial	12 167	9 308
Fornecedores	225 635	369 535
Passivos por locação	847 568	797 662
Outros passivos	93 310	62 784
Total	10 516 152	10 445 274

A rubrica de “custos com pessoal” tem especializado os valores a pagar dos prémios de desempenho e subsídio de férias. Também é registado o prémio de antiguidade (os colaboradores têm direito a este prémio a partir do 10º ano de serviço), o qual é pago a cada 5 anos até atingirem 35 anos de serviço.

Este prémio é calculado com base no salário recorrente auferido mensalmente, projectando o prémio futuro e diferindo linearmente essa responsabilidade futura em função do número de anos de serviço do colaborador.

A rubrica “acréscimo de custos” diz respeito aos acréscimos de custos referentes a fornecedores decorrentes do processo de circularização e do reconhecimento da provisão de facturas.

A rubrica de “fundo de apoio social” diz respeito aos valores constituídos para o Fundo de Apoio Social que tem por objecto prestar apoio social aos colaboradores do Banco na satisfação de necessidades de carácter social e humanitário.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o saldo da rubrica “passivos de locação” corresponde ao valor dos passivos de locação reconhecidos conforme descrito na Nota 2.8. A esta data, o Caixa Angola possui diversos contratos de locação de imóveis.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, a análise da maturidade dos passivos de locação por prazos residuais é apresentada da seguinte forma:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Inferiores a 1 ano	119 092	186 383
1 a 5 anos	503 002	313 314
Superiores a 5 anos	225 474	297 965
Total do passivos por locação	847 568	797 662

Em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nos passivos de locação foram os seguintes:

mkz	Passivo por Locação	Rubrica da demonstração dos fluxos de caixa
Saldo em 31.12.2023	797 662	
Reposições / Reversões	(18 144)	
Juros de Locação	122 362	Juros, comissões e outros gastos equiparados
Pagamentos de Passivos de Locação	(54 312)	Pagamentos referentes a Passivos de Locação
Saldo em 31.12.2024	847 568	

mkz	Passivo por Locação	Rubrica da demonstração dos fluxos de caixa
Saldo em 31.12.2022	538 657	
Aumentos / Dotações	521 030	
Juros de Locação	120 928	Juros, comissões e outros gastos equiparados
Pagamentos de Passivos de Locação	(382 953)	Pagamentos referentes a Passivos de Locação
Saldo em 31.12.2023	797 662	

Nota 26 – Capital social

Acções ordinárias

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o capital social do Caixa Angola é de mKz 60.000.000 e integralmente realizado.

Em 2009, foi registado o valor de reserva da actualização monetária do capital social, no montante de mKz 801.913, perfazendo o valor global de capital no montante de mKz 9.376.913.

Por Deliberação Unânime da Assembleia Geral, em 09 de Março de 2022, foi decidido proceder ao aumento de capital social por incorporação de reservas no valor de mKz 51.425.000, a ser realizado pelo aumento do número de acções dos actuais 17.150.000 para 20.000.000 e pelo aumento do valor nominal das acções de Kz 500 para Kz 3000, tendo-se cifrado o capital social no valor de mKz 60.000.000.

Previamente ao aumento de capital referido acima, o Banco procedeu a reclassificação do impacto associado a actualização monetária do capital social ocorrido em 2009 para a rubrica de outras reservas, por forma a acertar o valor facial das acções representados pelo número de acções de 17.150.000 ao valor nominal de Kz 500.

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, o Capital Social encontra-se representado por 20.000.000 acções ordinárias nominativas de três mil Kwanzas cada, totalmente subscritas e realizadas, com a seguinte estrutura accionista:

	31-12-2024		31-12-2023	
	Nº de Acções	% de Participação	Nº de Acções	% de Participação
Caixa Geral de Depósitos	10 200 000	51,00%	10 200 000	51,00%
António Mosquito	3 900 000	19,50%	3 900 000	19,50%
José Jaime Freitas	3 988 000	19,94%	3 900 000	19,50%
Outros	1 912 000	9,56%	2 000 000	10,00%
Total	20 000 000	100,00%	20 000 000	100,00%

O resultado atribuível a cada acção encontra-se divulgado na Nota 11.

O Banco não refletiu o impacto da IAS 29 nas suas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017. Caso tivesse aplicado a IAS 29, o impacto em termos acumulados em Janeiro de 2019 seria nulo na rubrica de reserva de reavaliação, o qual incorpora o efeito actualizado do capital social à data no montante de mKz 238.861.849.

Nota 27 – Reservas de reavaliação, Outras Reservas e Resultados Transitados

Esta rubrica, e respectivos movimentos, a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentado da seguinte forma:

mkz	Reservas de reavaliação		Outras Reservas e Resultados Transitados		
	Reservas de reavaliação	Total	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	159 003	159 003	9 532 325	15 348 406	24 880 731
Alterações de justo valor	103 286	103 286	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	3 448 048	31 032 439	34 480 487
Distribuição de dividendos	-	-	-	(17 240 243)	(17 240 243)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	262 289	262 289	12 980 373	29 140 602	42 120 975
Alterações de justo valor	99 678	99 678	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	3 664 122	32 977 095	36 641 217
Distribuição de dividendos	-	-	-	(17 954 196)	(17 954 196)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	361 967	361 967	16 644 495	44 163 501	60 807 996

Reservas de reavaliação

Em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro 2023, o movimento da reserva de reavaliação, é o seguinte:

mkz	Reservas de reavaliação
Saldo em 31.12.2022	159 003
Variação de Justo Valor	103 286
Saldo em 31.12.2023	262 289
Variação de Justo Valor	99 678
Saldo em 31.12.2024	361 967

Reserva legal

Esta rubrica é constituída integralmente pela reserva legal, que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social.

A legislação angolana aplicável exige que a Reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Distribuição do resultado do exercício

Exercício de 2022

Em Assembleia Geral realizada em 31 de Março de 2023, foi decidido distribuir aos accionistas dividendos no valor correspondente a 50% do resultado líquido obtido no ano anterior, tendo sido aplicado o valor remanescente nas rubricas de "Reserva Legal e Outras reservas". Com efeito, os dividendos correspondiam a mKz 17.240.243.

Exercício de 2023

Em Assembleia Geral realizada em 28 de Março de 2024, foi decidido distribuir aos accionistas dividendos no valor correspondente a 49% do resultado líquido obtido no ano anterior, tendo sido aplicado o valor remanescente nas rubricas de "Reserva Legal e Outras reservas". Com efeito, os dividendos correspondiam a mKz 17.954.196.

Nota 28 – Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é apresentada como segue:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Créditos documentários	27 668 716	34 403 274
Garantias e avales prestados	11 504 576	4 695 668
Garantias e avales recebidos	(2 296 342 316)	(1 626 086 989)
Linhas de crédito revogáveis	41 005 011	31 369 607
Compromissos assumidos por terceiros	(73 991)	(70 357)
Custódia de títulos de clientes	-	41 676 764
Acções desmaterializadas em Bolsa	127 545 841	339 838 735
Crédito abatidos ao activo	(46 993 817)	(37 722 114)
Remessas documentárias Importação	537 185	539 267
Remessas documentárias Exportação	(168)	-
Total	(2 135 148 963)	(1 211 356 145)

Em 31 de Dezembro de 2024, a variação face ao período homólogo registada na rubrica "Garantias e avales recebidos" está relacionada com o aumento do crédito colateralizado, concedidos no âmbito do Aviso n.º 9/2023, de 3 de Agosto e Aviso n.º 10/2022, de 6 de Abril do Banco Nacional de Angola.

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem em mobilização de fundos por parte do Banco.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar ou mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser possível o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos revogáveis apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (por exemplo linhas de crédito não utilizadas), que de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os instrumentos financeiros contabilizados como garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à estimação da perda esperada com base na metodologia descrita nas Notas 2.4.2 e 33

Para as garantias e outros compromissos é aplicado um factor de conversão de crédito (CCF) para ajustar o valor da exposição sobre a qual a imparidade irá ser apurada.

A 31 de Dezembro de 2024, cerca de 99,88% (mKz 39.126.443) do saldo total de créditos documentários e garantias e avales prestados (mKz 39.173.292) encontrava-se classificado em estágio 1.

A 31 de Dezembro de 2023, cerca de 99,87% (mKz 39.048.942) do saldo total de créditos documentários e garantias e avales prestados (mKz 39.098.942) encontrava-se classificado em estágio 1.

Nota 29 – Partes Relacionadas

De acordo com a IAS 24 – 'Divulgações de partes relacionadas', são consideradas entidades relacionadas com o Banco:

- Titulares de participações qualificadas – Accionistas, presumindo-se que tal sucede quando a participação de capital é não inferior a 10%;
- Entidades que se encontrem directa ou indirectamente em relação de domínio ou em relação de grupo – Filiais, empresas associadas e de controlo conjunto;
- Membros dos órgãos de administração e fiscalização do Banco e seus cônjuges, descendentes ou ascendentes até ao segundo grau da linha recta, considerados beneficiários últimos das transacções ou dos activos.

As entidades relacionadas do Banco, com as quais este manteve saldos ou transacções nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, são as seguintes:

Nome de partes relacionadas	Sede
ACCIONISTAS DO BCGA	
Grupo Caixa Geral de Depósitos	Portugal
José Jaime Agostinho De Sousa Freitas	n.a
António Mosquito	n.a
MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BCGA	
José Manuel Cerqueira - Presidente	n.a
Francisco Ravara Cary-1º - Vice - Presidente	n.a
Raquel Rute da Costa David Vunge - 2º Vice-Presidente	n.a
Carlos Manuel Amaral de Pinho - 3º Vice-Presidente	n.a
Miguel Francisco Luís Manuel - Administrador Não Executivo	n.a
Helena Monteiro Jardim - Administrador Independente	n.a
João Manuel de Castro Plácido Pires - Presidente da Comissão Executiva	n.a
Ana Margarida Bravo Seabra - Administrador Executivo	n.a
Francisco José Rosado dos Santos - Administrador Executivo	n.a
Manuel Nicolau Pedro Diogo - Administrador Executivo	n.a
Francisco Manuel dos Reis Luiz de Oliveira da Silva - Administrador Executivo	n.a
MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO BCGA	
Nelson Efeingue Bernardo - Presidente	n.a
José Maria Monteiro de Azevedo - Vice-Presidente	n.a
José Manuel Nunes Liberato	n.a
João Miguel Pacheco de Sales Luis*	n.a
MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DO BCGA	
Eduardo Vera Cruz Pinto - Presidente	n.a
Benjamim Aderito Mosquito Mbakassy - Vice-Presidente	n.a
Marília Makeba Figueira - Secretário**	n.a

* João Miguel Pacheco de Sales Luis, vogal eleito para o mandato 2022-2024, renunciou ao cargo por carta de 24 de Maio de 2023

**Eleita em Assembleia Geral Anual de Accionistas de 31 de Março de 2023 em substituição do Dr. Mário Nelson Maximino

Outras partes relacionadas	Sede
António Mosquito M Bakassy	Angola
Cosal Comercio E Servicos De Angola Lda	Angola
Lusolanda S A R L	Angola
M Bakassy & Filhos Limitada	Angola
Comauto Comercio Automoveis Lda Lobito	Angola
Grupo Ant.Mosquito-Gestao Inv.Part.Sarl.	Angola
Tecomat-Tecn. E Mat. De Construcao,Lda	Angola
Mostur Turismo E Hotelaria Limitada	Angola
Cosal Imobiliaria Lda	Angola
Falcon Oil Holding Angola S A	Angola
Organizacoes Cosal Lda Filial Huambo	Angola
Bacatral Sociedade De Transportes Lda	Angola
Huambo Expresso Transpotes Limitada	Angola
Uari Sociedade Mineira Lda	Angola
Cosal Maquinas Lda	Angola
Jaime Pedro Fernandes de Freitas	Angola
Unitransfer Casa De Cambio Sa	Angola
Cosal Parts Comercio E Representacoes Ld	Angola
Fidelidade Ang Companhia De Seguros Sa	Angola
Sofiana Lua Pindali Mbakassy	Angola
Tchissola Julieta Da Silva Mosquito	Angola
Eduarda N Martinho P Mosquito Mbakassy	Angola
Clube Fun Travel Limitada	Angola
Status Comercio Ind E Const Lda	Angola
Asiafrica Comercial Lda	Angola
Roça Das Mangueiras Emp. Turísticos Lda.	Angola
Makau Bebidas Limitada	Angola
Dinamicauto Lda	Angola
Ciwa Resort Mussulo Lda	Angola

O valor dos saldos do Banco com partes relacionadas líquidos de imparidade nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, resume-se como segue:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Disponibilidades em outras instituições de crédito		
Accionistas	43 143 098	125 625 113
Créditos		
Outras entidades relacionadas	2 254 116	1 797 620
Outros Activos		
Accionistas	57 422	55 085
Órgãos de Gestão e Fiscalização	-	6 368
Outras entidades relacionadas	-	51
Recursos de clientes		
Depósitos à Ordem		
Accionistas	2 253 161	1 342 070
Órgãos de Gestão e Fiscalização	487 337	212 813
Outras entidades relacionadas	11 850 727	13 980 302
Depósitos a Prazo		
Accionistas	20 531 727	21 897 271
Órgãos de Gestão e Fiscalização	10 455	323 738
Outras entidades relacionadas	24 374 121	39 876 309
Outros Passivos		
Accionistas	528 148	350 455
Outras entidades relacionadas	3 323	8 140
Créditos Documentários		
Outras entidades relacionadas	6 486	1 870 480
Linhas de Crédito Revogáveis		
Accionistas	-	6 000
Órgãos de Gestão e Fiscalização	-	8 591
Outras entidades relacionadas	-	11 284
Garantias Recebidas		
Accionistas	-	12 000
Órgãos de Gestão e Fiscalização	-	233 219
Outras entidades relacionadas	-	6 528 241
Garantias Prestadas		
Accionistas	-	1 657 600

Os saldos de custos e proveitos com entidades relacionadas do Banco com as quais este realizou transações nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 são os seguintes:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Juros de aplicações em outras instituições de crédito		
Accionistas	961 550	311 065
Juros de recursos de clientes		
Accionistas	1 144 182	882 709
Órgãos de Gestão e Fiscalização	7 197	23 687
Outras entidades relacionadas	795 347	1 500 593
Juros de Créditos de clientes		
Accionistas	-	(21)
Órgãos de Gestão e Fiscalização	42	878
Outras entidades relacionadas	521 574	176 811
Comissões Líquidas		
Accionistas	17 75	(24 234)
Órgãos de Gestão e Fiscalização	5 398	4 465
Outras entidades relacionadas	25 76 90	(52 764)
Resultados Cambiais		
Accionistas	178 647	168 297
Órgãos de Gestão e Fiscalização	4 812	5 030
Outras entidades relacionadas	380 351	466 161
Gastos Gerais Administrativos		
Accionistas	-	39 642
Perdas Por Imparidade		
Accionistas	-	33 135
Órgãos de Gestão e Fiscalização	-	(10)
Outras entidades relacionadas	-	52 994

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos a pessoal chave da gestão do Banco são apresentados como segue:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Remuneração base	(1 714 596)	(1 432 278)
Senhas de presenças	(174 457)	(83 204)
Subsídios de férias e de Natal	(305 385)	(326 020)
Subsídios de alojamento e despesas de educação	(5 394)	(11 001)
Remuneração variável	(230 605)	(111 020)
Seguro de saúde, Seguro de vida e acidentes de trabalho	(76 553)	(59 748)
Encargos Obrigatórios	(94 550)	(28 492)
Total (Nota 9)	(2 601 540)	(2 051 763)

Considera-se pessoal chave da gestão os membros do Conselho de Administração.

Os valores apresentados nos quadros acima, correspondem à actividade individual do Caixa Angola, e resultam de uma extracção de informação das principais aplicações de negócio, não constituindo assim um detalhe integral de todas as transacções com as entidades referidas.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Nota 30 – Valor contabilístico de instrumentos financeiros

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 o valor contabilístico dos activos e passivos financeiros distribuído de acordo com a sua categoria de mensuração é o seguinte:

31-12-2024						
mkz	Ao justo valor através de outro rendimento integral	Ao justo valor através de resultados	Ao custo amortizado	Ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activos financeiros	446 472	-	1 082 614 198	-	(18 593 514)	1 064 467 156
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	216 330 235	-	-	216 330 235
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	84 549 410	-	(63 281)	84 486 129
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	-	104 149 335	-	(135 873)	104 013 462
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	446 472	-	-	-	-	446 472
Investimentos ao custo amortizado	-	-	270 755 156	-	(3 290 490)	267 464 666
Crédito a clientes	-	-	406 830 062	-	(15 103 870)	391 726 192
Passivos financeiros	-	-	899 578 993	-	-	899 578 993
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	4 100 595	-	-	4 100 595
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	895 478 398	-	-	895 478 398

31-12-2023						
mkz	Ao justo valor através de outro rendimento integral	Ao justo valor através de resultados	Ao custo amortizado	Ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activos financeiros	287 597	-	1 052 126 691	-	(18 979 013)	1 033 435 275
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	187 616 248	-	-	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	129 924 952	-	(87 551)	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	-	67 625 726	-	-	67 625 726
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	287 597	-	-	-	-	287 597
Investimentos ao custo amortizado	-	-	299 084 988	-	(4 369 244)	294 715 744
Crédito a clientes	-	-	367 874 777	-	(14 522 218)	353 352 559
Passivos financeiros	-	-	904 329 997	-	-	904 329 997
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	5 809 869	-	-	5 809 869
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	898 520 128	-	-	898 520 128

Nota 31 – Ganhos líquidos ou perdas líquidas em instrumentos financeiros

A 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 o valor de ganhos e perdas gerados por activos e passivos financeiros, nomeadamente resultante da combinação de juros e comissões pagos e recebidos, variações de justo valor e imparidade, é o seguinte:

mkz	31-12-2024		
	Por contrapartida de resultados		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros	86 402 610	-	86 402 610
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 436 086	-	1 436 086
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	7 560 800	-	7 560 800
Investimentos ao custo amortizado	37 418 055	-	37 418 055
Crédito a clientes	39 987 669	-	39 987 669
Passivos financeiros	-	(26 169 409)	(26 169 409)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(26 169 409)	(26 169 409)
Total	86 402 610	(26 169 409)	60 233 201

mkz	31-12-2023		
	Por contrapartida de resultados		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros	60 525 756	-	60 525 756
Disponibilidades em outras instituições de crédito	606 117	-	606 117
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	1 513 377	-	1 513 377
Investimentos ao custo amortizado	34 090 907	-	34 090 907
Crédito a clientes	24 315 355	-	24 315 355
Passivos financeiros	-	(18 562 215)	(18 562 215)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(902 128)	(902 128)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(17 660 087)	(17 660 087)
Total	60 525 756	(18 562 215)	41 963 541

Nota 32 – Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer os actuais níveis de risco do respectivo emitente.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

O justo valor dos activos e passivos financeiros detidos pelo Caixa Angola é apresentado como segue:

31-12-2024					
mkz	Valor contabilístico (líquido)	Mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral	Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Total - Justo valor
Activos financeiros	1 064 467 156	446 472	-	1 086 220 652	1 086 667 124
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	216 330 235	-	-	216 330 235	216 330 235
Disponibilidades em outras instituições de crédito	84 486 129	-	-	84 486 129	84 486 129
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	104 013 462	-	-	104 013 462	104 013 462
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	446 472	446 472	-	-	446 472
Investimentos ao custo amortizado	267 464 666	-	-	288 243 017	288 243 017
Crédito a clientes	391 726 192	-	-	393 147 809	393 147 809
Passivos financeiros	899 578 993	-	-	899 578 993	899 578 993
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	4 100 595	-	-	4 100 595	4 100 595
Recursos de clientes e outros empréstimos	895 478 398	-	-	895 478 398	895 478 398

31-12-2023					
mkz	Valor contabilístico (líquido)	Mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral	Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Total - Justo valor
Activos financeiros	1 033 435 275	287 597	-	1 038 091 122	1 038 378 719
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	187 616 248	-	-	187 616 248	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	129 837 401	-	-	129 837 401	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	67 625 726	-	-	67 625 726	67 625 726
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	287 597	287 597	-	-	287 597
Investimentos ao custo amortizado	294 715 744	-	-	300 185 315	300 185 315
Crédito a clientes	353 352 559	-	-	352 826 432	352 826 432
Passivos financeiros	904 329 997	-	-	904 329 997	904 329 997
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	5 809 869	-	-	5 809 869	5 809 869
Recursos de clientes e outros empréstimos	898 520 128	-	-	898 520 128	898 520 128

A hierarquia de justo valor dos activos e passivos financeiros mensurados ao justo valor é a seguinte:

31-12-2024				
mkz	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Dados observáveis de mercado (Nível 2)	Outras técnicas de valorização (Nível 3)	Total
Activos financeiros	-	-	446 472	446 472
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	446 472	446 472

31-12-2023				
mkz	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Dados observáveis de mercado (Nível 2)	Outras técnicas de valorização (Nível 3)	Total
Activos financeiros	-	-	287 597	287 597
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	287 597	287 597

O saldo apresentado na rubrica de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral diz respeito à participação financeira detida na EMIS. O Conselho de Administração do Banco considera que o valor do capital próprio em cada data de referência constitui uma razoável aproximação do justo valor da mesma.

Na rubrica activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral foi reconhecido a variação de justo valor em outro rendimento integral de mKz 99.678 no exercício de 2024 e de mKz 103.286 no exercício de 2023.

O movimento dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados classificados no nível 3, apresenta-se como segue:

31-12-2023		
mkz	Crédito a clientes obrigatoriamente mensurados ao justo valor através de resultados	Total
Valor de balanço em 1 de Janeiro de 2023	1 477 296	1 477 296
Total de ganhos/perdas registados em resultados	66 676	66 676
Reembolsos por maturidade	(1 543 972)	(1 543 972)
Valor de balanço em 31 de Dezembro de 2023	-	-

No Exercício de 2024 não ocorreram movimento na rubrica de “instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados”.

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante

é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;

Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, *spreads*) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida; e

Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados nos processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Banco considera que a definição de mercado activo para um dado instrumento financeiro, a cada data de mensuração, depende do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade; e
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado activo;
- Se existe um mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado activo, com a excepção da condição de volumes de negociação; e
- O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Investimentos ao custo amortizado

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos. As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros e pelo BNA. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Crédito a Clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. O justo valor do crédito a clientes é valorizado de acordo com as seguintes metodologias:

- Taxa de Juro Indexada a Obrigações do Tesouro - *Cash-flows* descontados à taxa das emissões soberanas mais recentes com prazo semelhante ao prazo residual dos créditos + spread médio das operações do sector deste instrumento.
- Outras - Os *cash flows* futuros previstos são apurados considerando as *forward rates* inferidas da curva mais adequada ao indexante. Para efeitos de desconto são utilizadas as curvas da taxa Luibor + spread médio das operações do sector deste instrumento.

Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito

Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Recursos de Clientes e outros empréstimos

Considerando que, na grande maioria da carteira de recursos de clientes detidos pelo Banco, as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, o valor de balanço é uma estimativa razoável do justo valor.

Nota 33 – Gestão de Riscos da Actividade

A existência de risco é intrínseca à actividade bancária, pelo que é essencial assegurar uma apropriada gestão dos riscos, em linha com a estratégia e os objectivos de negócio e de rentabilidade expectável a médio e a longo prazo. A gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada no que respeita aos riscos específicos de cada negócio.

Os riscos assumidos devem ser diversificados, adequados ao nível de recursos próprios, capitais alheios e de resultados gerados, evitando concentrações relevantes. Devem também estar implementados procedimentos e mecanismos para a sua mitigação, garantindo a capacidade interna de identificação, avaliação, monitorização, controlo e reporte dos mesmos.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercado e liquidez, bem como os não financeiros - risco operacional - a que se encontra sujeita à actividade do Banco.

Principais Categorias de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza de recuperação do investimento e do seu retorno, por incapacidade quer de um devedor (e do seu garante, se existir), provocando deste modo uma perda financeira para o credor. O risco de crédito encontra-se patente no crédito a clientes, em títulos de dívida ou outros saldos a receber.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades. Assim, o Risco de Mercado engloba o risco de taxa de juro, cambial e outros riscos de preço.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade de o Banco cumprir com as suas obrigações associadas a passivos financeiros a cada data de vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de acesso ao financiamento (risco de financiamento)

e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores habitualmente praticados em mercado (risco de liquidez de mercado).

Classificação de Risco

O Banco classifica as operações de crédito por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes classes:

Nível A e B: Risco baixo

Nível C e D: Risco Médio

Nível E, F e G: Risco Elevado

A classificação individual da posição em risco considera as características e os riscos da operação e do mutuário, sendo classificadas, inicialmente, com base nos seguintes critérios adoptados pelo Banco:

- **Risco Baixo** operações que se encontrem:
 - Assumidas pelo Estado Angolano, englobando as suas administrações centrais e provinciais;
 - Assumidas por administrações centrais, bancos centrais de países, incluídos no grupo 1 (definido no Instrutivo n.º 1/2015, de 14 de Janeiro, do Banco Nacional de Angola), organizações internacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações internacionais;
 - Totalmente garantidas por depósitos em numerário, ou certificados de depósito, constituídos, ou emitidos pela instituição mutuante, ou por instituições em relação de domínio, ou de grupo com a instituição mutuante e tenha sede em Angola, ou país incluído no grupo 1, bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações internacionais, desde que a posição em risco e o depósito ou certificado estejam denominados na mesma moeda;
 - Totalmente garantidas por depósitos em numerário ou certificados de depósito constituídos ou emitidos pela instituição mutuante ou por sucursais da instituição mutuante, não abrangidas pela alínea anterior, desde que a posição em risco e o depósito ou certificado estejam denominados na mesma moeda;
 - Totalmente garantidas por títulos, ou obrigações, emitidas pelo Estado Angolano, ou pelo Banco Nacional de Angola;
 - Com atraso igual ou inferior a 30 dias ou sem indicadores objectivos de aumento significativo de risco.
- **Risco Médio** operações que se encontrem:
 - Com atraso de 31 a 90 dias;
 - Operações com atraso igual ou inferior a 30 dias e com indicadores objetivos de aumento significativo de risco;
 - Operações que saíram da situação de default, durante um período de cura de 12 meses (curado).
- **Risco Elevado** operações que se encontrem:
 - Com atraso superior a 91 dias;
 - Clientes que estiverem em incumprimento (atraso) ou com limite excedido por mais de 90 dias acima da materialidade aplicável aos mesmos;
 - Clientes submetidos à análise individual de imparidade e de onde se conclui que existe evidência objectiva de imparidade;
 - Clientes com operações em contencioso;
 - Clientes declarados insolventes;
 - Clientes com reestruturações por dificuldades financeiras com perda económica >1%;
 - Créditos abatidos ao activo;
 - Operações com juros extrapatrimoniais (juros anulados há mais de 90 dias);

- Aplicação de medidas de reestruturação por dificuldades financeiras do cliente a exposições com estatuto de NPE;
- Exposição *Forborne* (Reestruturação por dificuldades financeiras do cliente) em período probatório com mais de 30 dias de atraso, que estava classificada como NPE antes da entrada no período probatório;
- Exposição *Forborne* (Reestruturação por dificuldades financeiras do cliente) em período probatório com novas reestruturações dentro do período de vigilância (2 anos), que estava classificada como NPE antes da entrada no período probatório.

A classificação das posições em risco é revista sempre que se verifiquem alterações nos indícios de imparidade e no atraso de pagamentos.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito

1. Política de créditos abatidos ao activo

O Banco considera a natureza económica do modelo de imparidade para determinar os créditos que podem ser alvo de abate ao activo e quando considere que, com base na informação disponível, o crédito em questão será irrecuperável.

Desta forma e à luz dos critérios definidos, os clientes são identificados como objecto de abate ao activo, sendo aplicados critérios distintos entre clientes individualmente significativos e clientes não significativos.

Clientes individualmente significativos (com base nos limiares definidos para análise individual)

A identificação de créditos sem perspectivas de recuperação deve ser efectuada pela área com a responsabilidade pela gestão do cliente (GAR), de acordo com o definido no Regulamento de Crédito do Banco, tendo por base a informação sobre o montante previsível a receber, assim como o efeito temporal e os custos a incorrer, internos e externos, relacionados com o processo de recuperação. A decisão de incobrabilidade deve ser tomada pela Comissão Executiva com base em informação preparada pela área identificada anteriormente que descreva os procedimentos desenvolvidos para a recuperação do crédito do cliente e a base para a decisão quanto à incobrabilidade do crédito.

Clientes não significativos (com base nos limiares definidos para análise individual)

O Banco pode abater operações de crédito dos clientes não significativos se forem cumpridos os seguintes critérios (cumulativamente):

- Data de entrada em *default* de uma determinada operação de um cliente superior a 10 anos ou superior a 8 anos, respectivamente, para os clientes empresa e particulares;
- Não exista qualquer processo de execução / insolvência / falência / injunção em curso em que o Banco preveja recuperar qualquer montante;
- Não existam perspectivas de celebrar um acordo de reestruturação da dívida;
- Não tenham existido quaisquer pagamentos efectuados pelo cliente nos últimos 12 meses;
- Não existam perspectivas de venda de activos do cliente ou de terceiros, para liquidação de responsabilidades junto do Banco.

Após a decisão sobre a incobrabilidade de um crédito, deve ser remetida informação à Direcção responsável pelo registo (GAR), incluindo uma lista de todas as operações abrangidas pela referida decisão, no sentido de proceder ao seu registo no sistema *core* do Banco.

Os créditos abatidos ao activo devem ser sujeitos a uma reconciliação periódica que permita controlar o montante incluído em contas extrapatrimoniais, onde, de acordo com os requisitos legais, devem permanecer registados pelo prazo mínimo de 10 anos.

O abate do crédito ao activo é feito por contrapartida de imparidade/provisões, pelo que não gera qualquer impacto na demonstração de resultados. Estes créditos abatidos ao activo são registados em contas extrapatrimoniais.

Pagamentos posteriores ao abate do crédito ao activo deverão ser registados como recuperações de crédito abatido ao activo, com impacto na demonstração de resultados em Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações.

2. Política de reversão de perdas de crédito esperadas

A análise e determinação subsequente de imparidade individual de um cliente com imparidade registada em períodos anteriores apenas poderá resultar numa reversão no caso da mesma estar relacionada com a ocorrência de um evento após o reconhecimento inicial (p.e. reforço de garantias). O montante da reversão não poderá ser superior aos montantes de imparidade acumulados registados anteriormente.

3. Gestão de Garantias e Colaterais

Registo e Classificação

As garantias representam importantes instrumentos de mitigação do risco de crédito, pelo que o BNA entendeu atribuir particular importância a estes instrumentos. No entanto, a utilização de garantias requer a existência de informação com elevada qualidade e o nível adequado de granularidade na caracterização desses instrumentos, assim como a implementação de um conjunto significativo de processos que potenciem a sua efectiva gestão.

Contudo, para poderem ser aceites como mitigantes de risco de crédito para fins prudenciais, as garantias devem ter as características mencionadas de acordo com o Aviso n.º 10/2014 emitido em 5 de Dezembro de 2014:

- Serem incondicionais na protecção ao risco oferecido e terem o seu conteúdo definido de forma inequívoca;
- Serem objecto de contrato ou de outro documento escrito não cancelável por iniciativa do garante enquanto subsistir a posição ou situação objecto de cobertura;
- Concederem o direito de reclamar junto do garante ou dispor dos activos recebidos em garantia em caso de default, sem necessidade de accionar em primeiro lugar o devedor directo;
- Serem expressas e juridicamente vinculativas face ao garante em todos os ordenamentos jurídicos relevantes;
- Serem executáveis, considerando na sua execução, eventuais efeitos inibidores devido a limitações à exportação de capitais, quando sedeadas noutro país ou território;
- Oferecerem protecção directa relativamente aos riscos da posição ou situação coberta, designadamente o risco de crédito, e;
- Terem um prazo de validade não inferior ao da posição ou situação coberta que são aceites no âmbito do seu processo de crédito.

Tendo por base estes critérios, o Banco definiu o seguinte conjunto de garantias:

- **Outras Garantias**
 - Garantia emitida por Bancos multilaterais de desenvolvimento;
 - Garantia emitida por Organizações internacionais;
 - Apólices de seguro de vida de natureza financeira;
 - Garantia emitida por Administrações centrais, Bancos centrais e Administrações regionais e locais de Países ou territórios não incluídos no grupo 5 da lista anexa a normativo específico emitido pelo Banco Nacional de Angola;

- Garantia emitida por Sociedades previstas na Lei das Sociedades Comerciais ou que se encontrem sediadas em Países ou territórios não incluídos no grupo 5 da lista anexa a normativo específico emitido pelo Banco Nacional de Angola;
 - Garantia emitida por Entidades colectivas com personalidade jurídica, mas sem a natureza de sociedades, sediadas em Angola ou em Países ou territórios não incluídos no grupo 5 da lista anexa ao normativo¹ específico emitido pelo Banco Nacional de Angola;
 - Garantia emitida por Particulares residentes em Angola ou em Países e territórios não incluídos no grupo 5 da lista anexa ao normativo¹ específico emitido pelo Banco Nacional de Angola.
- **Garantias emitidas por Instituições financeiras:**
 - Garantia emitida por Bancos Angolanos ou Bancos internacionais com *rating Moody's* > AA;
 - Garantia emitida por Bancos Angolanos de média dimensão;
 - Garantia emitida por Restantes Bancos Angolanos.
- **Aval pessoal:**
 - Aval pessoal com património comprovado;
 - Aval pessoal sem património comprovado;
 - Carta conforto / *Stand-by letter* emitida por Empresas com protocolo com Banco, do sector público Angolano, Grupos Angolanos de grande dimensão ou Grupos Multinacionais;
 - Carta conforto / *Stand-by letter* emitida por Outras empresas com protocolo com o Banco;
 - Carta conforto / *Stand-by letter* emitida por Empresas sem protocolo com o Banco.
- **Garantias reais:**
 - Depósitos junto da própria Instituição;
 - Depósitos junto de outras Instituições;
 - Títulos da Dívida Pública Angolana;
 - Outros Títulos de Dívida Pública ou Privada com *rating Moody's* > AA;
 - Outros Títulos com *rating Moody's* < AA.
- **Direitos sobre propriedade imobiliária:**
 - Hipotecas de imóveis residenciais:
 - Hipotecas de imóveis residenciais (Avaliação <2 anos);
 - Hipotecas de imóveis residenciais (Avaliação <2 anos).
 - Hipotecas de imóveis não residenciais:
 - Hipotecas de imóveis não residenciais (Avaliação <2 anos);
 - Hipotecas de imóveis não residenciais (Avaliação <2 anos).
 - Direitos de propriedade sobre bens móveis, designadamente automóveis, navios e aviões;
 - Direitos sobre créditos e outros valores a receber;
 - Direitos sobre mercadorias;
 - Consignação de receitas.
- **Aval Governamental:**
 - Garantia emitida pelo Estado Angolano, englobando as Administrações Centrais e Provinciais;
 - Angola Investe 70%;
 - Angola Investe 90%

No âmbito do processo de solicitação de uma proposta de crédito é tomada uma decisão quanto à necessidade de obter garantias por parte do cliente para mitigar o risco associado à respectiva operação de crédito. Caso as condições da operação de crédito sejam aprovadas, o processo segue

para a fase da contratualização e formalização dos contratos relativos à operação de crédito, bem como das garantias que lhe estão afectos.

Alocação de Colaterais

No âmbito do registo efectuado no sistema-core do Banco é efectuada a alocação das garantias às operações de crédito, sendo que na maior parte das situações da carteira existem apenas garantias específicas alocadas a uma única operação.

Reavaliação de Colaterais

Bens Imóveis

Para efeitos de avaliação, são considerados os seguintes tipos de bens imóveis:

- Construções
 - Construções concluídas; e
 - Construções inacabadas.
- Terrenos
 - Terrenos com potencial construtivo (o seu maior e melhor uso tem em consideração o potencial construtivo); e,
 - Terrenos sem potencial construtivo (o seu maior e melhor uso não é o potencial construtivo).

As principais componentes da metodologia de avaliação de bens imóveis o Banco são:

- I. Verificação do bem imóvel: a verificação de imóveis é efectuada para efeitos da contratação de novas operações de crédito imobiliário, tendo como objectivo determinar o presumível valor de transacção em mercado livre.
A verificação do valor do bem imóvel é documentada e inclui, entre outras, cópias das plantas, da caderneta predial e da descrição da conservatória do registo predial, quando disponibilizadas. Complementarmente, são realizadas avaliações individuais (por observação directa no local);
- II. Actualização da avaliação do valor do bem imóvel por perito avaliador: As operações de crédito imobiliário que são objecto de alterações contratuais são, em regra, passíveis de nova avaliação, realizada nos mesmos moldes que as novas operações;
- III. Tratando-se de Crédito Não Produtivo, os valores das garantias reais são sujeitos a verificações de valor e/ou actualizações de valores, cumprindo a periodicidade definida em normativo interno.

Procedimentos inerentes à avaliação de bens imóveis:

- A Direcção de Risco de Crédito (DRC) é responsável pela monitorização das garantias e respectivas datas de reavaliação, de acordo com a periodicidade de revisão estabelecida para cada tipo de garantia;
- Até 90 dias antes de terminar a validade do valor de avaliação da garantia, a área de avaliações do Banco (GPS) deverá solicitar a avaliação por uma entidade independente para as garantias sobre direito de propriedade imobiliária;
- São prestadores de serviço externo, para a área de avaliações do Banco(GPS), uma rede de peritos avaliadores imobiliários, tanto empresas como individuais registados na CMC, os quais se encontram distribuídos pelo país, em função da área onde exercem a sua actividade profissional, existindo vários para cada província, de modo a garantir a adequada diversificação e rotação;
- Os pedidos de avaliação chegam à área de avaliações do Banco (GPS) digitalizados, contendo a documentação essencial à valorização do imóvel;
- Os peritos avaliadores constam de uma lista, na qual são definidas as provinciais prioritárias de actuação, atendendo a critérios de eficiência de deslocações e ao conhecimento aprofundado do mercado local. Os pedidos de avaliação são dirigidos aos avaliadores por meio de e-mail a entidade avaliadora;
- O avaliador remete por e-mail a data da visita, bem como o relatório de avaliação, cujo conteúdo se encontra normalizado, incluindo nomeadamente documentos relevantes para a avaliação e fotografias do imóvel;
- A área de gestão das avaliações do Banco recebe o relatório de avaliação e envia o relatório à Direcção de Risco de Crédito (DRC) para emissão de parecer sobre a qualidade e aceitação da avaliação realizada.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa a periodicidade das avaliações do Banco:

Categoria	Tipo de Garantia	Total
Garantia Pessoal	Aval pessoal com património comprovado	Anual
Garantia Real	Penhor de títulos e valores mobiliários	Trimestral
Garantia Real	Hipotecas de imóveis	2 (dois) anos
Garantia Real	Penhor de Partes sociais	Anual
Garantia Real	Penhor de equipamentos e reservas de propriedade	Anual

Fase de Recuperação de Crédito

Sempre que for relevante no âmbito do processo de recuperação de crédito e de forma a determinar o montante recuperável do crédito através da execução das garantias existentes ou para suportar uma operação de reestruturação de crédito, o Banco pode solicitar a reavaliação das garantias associadas às operações.

As principais garantias recebidas pelo Banco dizem respeito a imóveis, avais do Estado Angolano, Títulos de dívida pública, depósitos a prazo e garantias financeiras.

4. Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação de imparidade da carteira de crédito ao custo amortizado e garantias financeiras e outros compromissos

No modelo de imparidade de crédito a clientes são utilizadas metodologias, devidamente suportadas e fundamentadas, que garantem a conformidade do cálculo de imparidade com a norma IFRS 9.

Existem abordagens na modelização que, na perspectiva do Banco, são as mais adequadas para determinação de imparidade, mas sobre as quais existiram julgamentos na definição dos processos, nomeadamente:

- i. Histórico de informação considerado para efeito de modelização (PD e LGD);
- ii. Critérios utilizados para a segmentação da carteira: tipo de cliente, tipo de instrumento e indústria;
- iii. Dedução de garantias reais à EAD considerada no cálculo de imparidade e *haircuts* aplicados nestas garantias;
- iv. Factores de conversão de crédito (CCF) aplicados a exposições extrapatrimoniais;
- v. Nível de exposição definido para se proceder à avaliação individual de imparidade;
- vi. Critérios para determinar o aumento significativo do risco, desde o reconhecimento inicial do activo.

Cenários macroeconómicos – *Forward-Looking*

Ao longo dos cálculos/revisões das probabilidades de *default* (PD) da carteira de crédito do Caixa Angola, tem vindo a ser efectuadas análises de correlação das *Defaults Rates* (DR) com um conjunto de variáveis macroeconómicas (Preço do Petróleo, PIB, LUIBOR, etc.), não tendo sido verificada nenhuma relação com a tendência esperada.

No entanto no modelo do Banco, no cálculo das probabilidades “*point-in-time*”, onde é aplicado um ajustamento às probabilidades “*through-the-cycle*” de modo a reflectir a tendência cíclica da PD, ou seja, aplicação de um factor escalar de modo a reflectir a tendência mais recente observada das taxas de *default*.

Adicionalmente, foi considerado um factor escalar na própria curva da PD, factor resultante da consideração do efeito contrário da evolução do preço do petróleo.

Análises de sensibilidade dos parâmetros PD e LGD

Tendo em vista o estudo de impactos nos parâmetros PD e LGD, foram feitas análises de sensibilidade aos parâmetros de forma a perceber o possível impacto de alterações nos mesmos. Nesse sentido, foi calculado de forma individual o impacto no *stock* de imparidade de uma variação de -20%, -10%, 10% e 20% dos valores de PD e LGD para os vários segmentos existentes com referência a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023.

		31-12-2024			mkz	
Segmento_PD		-20%	-10%	Base	10%	20%
Empresas	Impacto	(1 177 231)	(588 616)	10 177 859	588 616	1 177 231
	%	-11,6%	-5,8%		5,8%	11,6%
Particulares	Impacto	(70 165)	(35 082)	1 296 361	35 082	70 165
	%	-5,4%	-2,7%		2,7%	5,4%
Total	Impacto	(1 247 396)	(623 698)	11 474 220	623 698	1 247 396
	%	-10,9%	-5,4%		5,4%	10,9%

31-12-2024					mkz	
Segmento_LGD		-20%	-10%	Base	10%	20%
Empresas	Impacto	(1 681 104)	(825 081)	10 177 859	825 081	1 681 104
	%	-16,5%	-8,1%		8,1%	16,5%
Particulares	Impacto	(177 179)	(88 590)	1 296 361	88 590	177 179
	%	-13,7%	-6,8%		6,8%	13,7%
Total	Impacto	(1 858 283)	(913 671)	11 474 220	913 671	1 858 283
	%	-16,2%	-8,0%		8,0%	16,2%

31-12-2023					mkz	
Segmento_PD		-20%	-10%	Base	10%	20%
Empresas	Impacto	(808 439)	(404 220)	6 759 763	404 220	808 439
	%	-12,0%	-6,0%		6,0%	12,0%
Particulares	Impacto	(89 452)	(44 742)	1 672 023	44 742	89 452
	%	-1,3%	-0,7%		0,7%	1,3%
Total	Impacto	(897 891)	(448 961)	8 431 786	448 961	897 891
	%	-13,3%	-6,6%		6,6%	13,3%

31-12-2023					mkz	
Segmento_LGD		-20%	-10%	Base	10%	20%
Empresas	Impacto	(1 347 989)	(673 994)	6 759 763	673 994	1 347 989
	%	-19,9%	-10,0%		10,0%	19,9%
Particulares	Impacto	(233 790)	(114 548)	1 672 023	114 548	233 790
	%	-3,5%	-1,7%		1,7%	3,5%
Total	Impacto	(1 581 779)	(788 542)	8 431 786	788 542	1 581 779
	%	-23,4%	-11,7%		11,7%	23,4%

Nos quadros acima, é possível constatar que a Imparidade é mais sensível a variações no parâmetro LGD, nomeadamente no segmento de Empresas, não apresentando, porém, um grande grau de sensibilidade para variações no parâmetro PD. Conclui-se que o modelo apresenta impactos coincidentes com o comportamento teórico expectável.

5. Descrição das metodologias de cálculo de imparidade da carteira de crédito ao custo amortizado incluindo a forma como as carteiras são segmentadas para reflectir as diferentes características dos créditos

O modelo de imparidade de crédito a clientes abrange o crédito concedido a administrações públicas, empresas e particulares, incluindo créditos documentários e garantias prestadas, e determina o perfil de risco de cada operação, enquadrando a mesma nos segmentos da carteira de crédito.

Os segmentos considerados no cálculo de imparidade, que englobam créditos com características de risco similares, são os seguintes:

- I. Administrações públicas;
- II. Empresas:
 - Comércio e transportes;
 - Agro-indústrias;

- *Commercial Real Estate*; e
- Serviços e Outras empresas.

No caso de empresas em estágio 2 e estágio 3, é considerado apenas um segmento global para cada estágio, tanto na estimação dos factores de risco como no cálculo da perda esperada, não se verificando assim o nível de segmentação apresentado acima.

III. Particulares:

- Aquisição e habitação;
- Consumo – Outros; e
- Consumo – Cartões e Descobertos.

No caso de particulares em estágio 3, é considerado apenas um segmento global, tanto na estimação dos factores de risco como no cálculo da perda esperada, não se verificando assim o nível de segmentação apresentado acima.

No cálculo de imparidade do crédito a clientes são utilizados os seguintes conceitos:

- I. Imparidade individual: avaliação efectuada a clientes com exposições individualmente significativas, mediante o preenchimento de uma ficha de Imparidade e do mapa de desconto dos fluxos de caixa futuros estimados, à taxa original do contrato; e
- II. Imparidade colectiva: determinada de forma automática pelo modelo de imparidade colectiva. O cálculo é realizado com base nos segmentos de risco apresentados acima.

De acordo com a norma IFRS 9 foram estabelecidos princípios para a classificação das exposições de crédito com base no risco de crédito associado. Dependendo da deterioração da qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial, são considerados três estágios, nomeadamente:

- Estágio 3: As exposições para as quais existe evidência objectiva de crédito em imparidade, enquadrando as operações que se encontram em *default*;
- Estágio 2: As exposições para as quais se observa uma degradação significativa do nível de risco de crédito desde o reconhecimento inicial (SICR) identificada com base em critérios objectivos de indícios de imparidade; e
- Estágio 1: As exposições que não se enquadram no estágio 2 e 3.

Classificação em Estágio 3

A definição de estágio 3 está alinhada com a definição de *default* do Banco, sendo considerados os seguintes critérios:

- I. Exposições com atraso superior a 90 dias, sempre que verificado o critério de materialidade definido
 - a) Retalho: 20.000 Kwanzas e 1% do total da exposição patrimonial (medido ao nível da exposição da operação)
 - b) Não Retalho: 100.000 Kwanzas e 1% do total da exposição patrimonial (medido ao nível do total do crédito do devedor);
- II. Exposição improdutiva;
- III. Cliente com insolvência declarada;
- IV. Cliente com créditos abatidos ao activo ou em contencioso;
- V. Clientes com múltiplas reestruturações por dificuldades financeiras;
- VI. Exposições reestruturadas por dificuldades financeiras com atraso superior a 30 dias; e
- VII. Marcação em *default* de todas as exposições do cliente caso o montante em *default* represente mais de 20% de toda a exposição do cliente.

Os períodos de quarentena aplicados às exposições que deixam de apresentar os critérios apresentados variam entre 3 e 12 meses.

Classificação em Estágio 2

Na classificação das exposições em estágio 2 são considerados os seguintes critérios objectivos de indícios de incumprimento:

- I. Exposições com atraso superior a 30 dias;
- II. Exposições reestruturadas por dificuldades financeiras;
- III. Utilização excessiva de limites;
- IV. Cliente com cheques devolvidos;
- V. Cliente com descobertos não autorizados;
- VI. Cliente com operação de crédito em contencioso nos últimos 5 anos; e
- VII. Exposições para as quais se verifique um decréscimo material do valor da garantia real subjacente.

Para determinação das perdas por imparidade para a análise colectiva é necessária a determinação dos seguintes factores de risco:

- Probabilidade de *Default* a 12 meses (PD 12M) – Probabilidade de um crédito em situação regular vir a registar um evento de *default* nos próximos 12 meses. Para determinação da PD12M são identificadas as exposições que entram em *default* nos 12 meses seguintes à data de referência. A percentagem destas exposições face à totalidade das exposições sem *default* corresponde à PD 12M;
- Probabilidade de *Default lifetime* (PDLT) – Probabilidade de um crédito vir a registar um evento de *default* até à maturidade do contrato. Para determinação da PDLT são identificadas as exposições que entram em *default* até à data de maturidade. A percentagem destas exposições face à totalidade das exposições sem *default* no corresponde à PDLT;
- *Loss Given Default* (LGD) – Perda caso a exposição entre em *default*. Para a determinação da LGD é calculada a taxa de recuperação utilizando o histórico de recuperações do Banco para cada grupo homogéneo (tipologia de cliente). Ou seja, são consideradas as recuperações das exposições que entraram em incumprimento no período histórico definido, apuradas de acordo com a antiguidade de incumprimento registada em cada exposição e em cada mês do histórico (LGD paramétrica). É assim determinada a LGD diferenciada consoante a permanência do crédito na situação de incumprimento, o que permite diferenciar as perdas por imparidade por tempo em incumprimento. Adicionalmente, e de forma a reflectir possíveis recuperações obtidas por via de colaterais imobiliários, é definida a taxa de recuperação via colaterais para cada contrato. Assim, a perda, dado o incumprimento final será a LGD ajustada para contratos colaterizados, e LGD paramétrica para os contratos não colaterizados.
- *Exposure at Default* (EAD) – Corresponde ao montante da exposição de cada operação à data de entrada em *default*, sendo composta pelo somatório da exposição patrimonial e da exposição extrapatrimonial ponderada pelo CCF (são aplicados os CCF regulamentares definidos pelo BNA). Após a aplicação do CCF é deduzido à EAD o valor de garantias reais líquido de *haircuts*.

O Banco considera informação prospectiva na determinação das perdas por imparidade, através da aplicação de modelos de projecção dos factores de risco PD12M e PDLT. Estes factores de risco consideram assim valores previstos para a evolução da variável macroeconómica relevante (preço do petróleo em USD). Esta relação é obtida com base na informação histórica (i) dos factores de risco (PD12M e PDLT) do Banco e (ii) da variável macroeconómica relevante.

6. Indicação dos limiares definidos para análise individual da carteira de crédito ao custo amortizado

O Banco identifica as exposições individualmente significativas com base no seu montante de fundos próprios. Os critérios definidos pelo Banco para a identificação de clientes ou grupos económicos individualmente significativos são os seguintes:

- Clientes/Grupos económicos para os quais sejam observadas evidências objectivas de imparidade: 0,1% do montante de fundos próprios; e
- Clientes/Grupos económicos para os quais não sejam observadas evidências objectivas de imparidade: 0,5% do montante de fundos próprios.

7. Descrição genérica da forma de cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros no apuramento das perdas de imparidade

Cálculo da perda esperada de activos financeiros ao custo amortizado que não crédito

O Banco aplicou a Directiva N.º 13/DSB/DRO/2019 do BNA que define que o cálculo das perdas esperadas para a carteira de disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito deverá ser efectuado de acordo com os requisitos da IFRS 9, detalhando-se em seguida os principais pressupostos usados pelo Banco:

- Disponibilidades em OIC: considerar uma PD equivalente a 1/12 (um doze avos) da PD a 12 meses atendendo ao *rating Moody's* da contraparte (ou do país em que a contraparte se encontra sedeadada, caso a mesma não tenha *rating Moody's*) e uma LGD de 60% para todas as contrapartes que não tenham registado um aumento significativo do risco de crédito; e
- Aplicações em OIC: considerar uma PD a 12 meses atendendo ao *rating Moody's* da contraparte (ou do país em que a contraparte se encontra sedeadada, caso a mesma não tenha *rating Moody's*) e uma LGD de 60% para todas as contrapartes que não tenham registado um aumento significativo do risco de crédito.
- No cálculo da perda esperada de disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito são considerados os seguintes critérios de estágio:
 - Estágio 3: Exposições que apresentam um atraso superior a 90 dias.
 - Estágio 2: Exposições que apresentam um atraso superior a 30 dias.
- No caso concreto das perdas por imparidade para a dívida pública nacional em moeda nacional e estrangeira (classificada em “Investimentos ao custo amortizado”), foram considerados os seguintes critérios em linha com a Directiva referida acima:
 - PD a 12 meses ou *lifetime*, consoante a exposição se encontre em estágio 1 ou estágio 2 respectivamente, para a notação de *rating* de Angola publicada no estudo da Moody's aplicável ao exercício em questão; e
 - Perda dado o incumprimento (“LGD”) associada aos eventos de *default* soberanos verificados, conforme indicada no referido estudo.
- No cálculo da perda esperada de investimentos ao custo amortizado são considerados os seguintes critérios de estágio:
 - Estágio 3: Exposições que apresentam um atraso superior a 90 dias.
 - Estágio 2: Exposições que apresentam um atraso superior a 30 dias e degradação do rating do Estado Angolano superior a duas notações desde a data de aquisição.

Avaliação individual da carteira de crédito ao custo amortizado

Nas situações em que os clientes individualmente significativos apresentam evidência objectiva de imparidade, procede-se a uma avaliação individual para determinar se os fluxos de caixa esperados são inferiores aos fluxos de caixa contratuais. Nestas situações, efectua-se o consequente ajustamento no valor da imparidade.

A determinação dos fluxos de caixa futuros esperados dos créditos considera em que medida o cliente gerará os meios libertos para pagamento da dívida. O valor recuperável de um crédito traduz-se no somatório dos fluxos de caixa futuros esperados, estimados de acordo com as condições contratuais em vigor (prazo, taxa, método de amortização, etc.) e de acordo com as expectativas de recuperabilidade subjacentes, descontados à taxa de juro efectiva original do contrato.

Para determinar os fluxos futuros da empresa é utilizada uma das seguintes abordagens:

- IV. Abordagem “*going concern*” em que se considera a continuação da actividade da empresa e assim os fluxos de caixa operacionais são projectados para determinar se são suficientes para assegurar o pagamento da dívida de todos os credores. Adicionalmente, poder-se-á assumir a venda ou execução de colaterais para ressarcimento da dívida, desde que os mesmos não tenham qualquer influência e impacto nos fluxos de caixa futuros estimados da empresa (ou seja, desde que se trate de activos não-operacionais). Esta abordagem de *going concern* é utilizada, se:
- a) Os fluxos de caixa operacionais futuros da empresa são materiais e podem ser adequadamente estimados; e
 - b) O ressarcimento da dívida não passa pela execução de colaterais que são determinantes para o normal funcionamento da empresa.
- V. Abordagem “*gone concern*”, associada a um cenário de cessação da actividade da empresa, em que os colaterais são executados cessando assim os fluxos de caixa operacionais da empresa. A aplicação desta abordagem é considerada quando se verifica pelo menos uma das situações a seguir elencadas:
- c) A exposição do cliente está vencida por um período considerável, existindo a presunção que se deverá seguir a abordagem *gone concern* quando o crédito está vencido há mais de 18 meses;
 - d) Os fluxos de caixa operacionais futuros estimados são residuais ou negativos ou inferiores ao valor estimado dos colaterais e claramente insuficientes para permitir ao cliente fazer face ao serviço de dívida;
 - e) A exposição tem um elevado nível de colateralização e o colateral é essencial para a recuperação da dívida;
 - f) Existe um elevado nível de incerteza na estimação dos fluxos de caixa futuros, nomeadamente quando o *EBITDA* dos últimos dois anos é negativo ou quando tenham existido desvios significativos nos planos de negócio dos anos anteriores; e
 - g) A informação disponível é insuficiente para se realizar uma análise *going concern*.

De notar que, em algumas situações, poderá ser aplicada uma abordagem mista, em que se consideram fluxos de caixa resultantes da actividade da empresa, os quais podem ser complementados por fluxos de caixa que sejam originados pela venda de activos da empresa, assumindo-se o cenário de continuidade da empresa. Caso os activos objecto de venda tenham impacto nos fluxos de caixa futuros operacionais da empresa, proceder-se-á ao respectivo ajustamento para determinar os montantes recuperáveis.

A taxa de imparidade final para o cliente ou grupo económico é determinada da seguinte forma:

$$\text{Taxa de imparidade} = \frac{EAD - \frac{\sum_{t=1}^n \text{Fluxo de caixa}_j}{(1 + \text{Taxa de juro})^t}}{EAD}$$

Caso se determine que não existe evidência objectiva de imparidade para um determinado cliente individualmente significativo, o cálculo de imparidade é realizado com base no modelo colectivo.

Imparidade colectiva da carteira de crédito ao custo amortizado

Para exposições que se encontram em estágio 1, o cálculo da perda esperada considera a perda a 12 meses e é calculada através da seguinte expressão:

$$\text{Perda esperada} = EAD \times PD_{12M} \times LGD_{\text{Data de default}}$$

Para as exposições em estágio 2 as perdas de crédito *lifetime* são calculadas de acordo com a seguinte expressão:

$$Perda esperada = \frac{\sum_{t=1}^{Maturidade} EAD_t \times PD_t \times LGD_{Data de default}}{(1 + Taxa de juro)^t}$$

Para as exposições em estágio 3, dado que este conceito está alinhado com o conceito de *default* interno, considera-se que a *PD lifetime* é de 100%. Assim as perdas esperadas para as operações em estágio 3 são dadas através da seguinte expressão:

$$Perda esperada = EAD \times LGD_{Tempo deste data de default}$$

Para exposições do sector público são considerados os pressupostos aplicados no cálculo das perdas esperadas da dívida pública nacional, conforme descrito na subsecção “Cálculo da perda esperada de activos financeiros ao custo amortizado que não crédito”.

8. Validação do modelo de imparidade

Considerando a complexidade associada ao cálculo dos factores de risco e à determinação da perda esperada, o Banco definiu um conjunto de análises periódicas de validação, incluindo análises de sensibilidade e *backtesting* que permitem dar um maior grau de conforto nas estimativas e pressupostos utilizados na determinação da imparidade. Adicionalmente, o processo de *backtesting* tem como objectivo assegurar a coerência entre os parâmetros estimados e os parâmetros observados.

Este processo de validação deve ocorrer com periodicidade mínima anual, em linha com os requisitos regulamentares estipulados no Instrutivo das perdas por imparidade para a carteira de crédito do BNA (Instrutivo n.º 08/2019 de 27 de Agosto).

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Banco ao risco de crédito:

mkz	31-12-2024		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais	1 089 645 937	(20 220 183)	1 069 425 754
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	216 330 235	-	216 330 235
Disponibilidades em outras instituições de crédito	84 549 410	(63 281)	84 486 129
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	104 149 335	(135 873)	104 013 462
Investimentos ao custo amortizado	270 755 156	(3 290 490)	267 464 666
Crédito a clientes	406 830 062	(15 103 870)	391 726 192
Outros activos	7 031 739	(1 626 669)	5 405 070
Extrapatrimoniais	80 178 303	(141 073)	80 037 230
Crédito documentário à importação e garantias prestadas	39 173 292	(141 073)	39 032 219
Linhas de crédito revogáveis	41 005 011	-	41 005 011
Total	1 169 824 240	(20 361 256)	1 149 462 984

31-12-2023			
mkz	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais	1 059 715 700	(20 705 100)	1 039 010 600
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	187 616 248	-	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	129 924 952	(87 551)	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	67 625 726	-	67 625 726
Investimentos ao custo amortizado	299 084 988	(4 369 244)	294 715 744
Crédito a clientes	367 874 777	(14 522 218)	353 352 559
Outros activos	7 589 009	(1 726 087)	5 862 922
Extrapatrimoniais	70 468 549	(182 828)	70 285 721
Crédito documentário à importação e garantias prestadas	39 098 942	(182 828)	38 916 114
Linhas de crédito revogáveis	31 369 607	-	31 369 607
Total	1 130 184 249	(20 887 928)	1 109 296 321

A informação sobre a qualidade do risco de crédito dos principais activos financeiros, tendo por base os níveis de *rating* internos e/ou externos podem ser analisados como segue:

31-12-2024			
mkz	Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito			
Rating externo	83 995 558	(63 281)	83 932 277
BBB+ a BBB-	80 784 831	(62 661)	80 722 170
A a AA	3 210 727	(620)	3 210 107
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito			
Rating externo	104 149 335	(135 873)	104 013 462
BBB+ a BBB-	27 363 230	(24 784)	27 338 446
BB+ a BB-	-	-	-
B+ a B-	41 210 485	(101 450)	41 109 035
A a AA	35 575 620	(9 639)	35 565 981
Investimentos ao custo amortizado			
Rating externo	270 755 156	(3 290 490)	267 464 666
B+ a B-	270 755 156	(3 290 490)	267 464 666
Crédito a clientes			
Rating interno	406 830 062	(15 103 870)	391 726 192
Grau de risco Baixo	403 754 489	(14 778 691)	388 975 798
Grau de risco Médio	2 639 674	(233 356)	2 406 318
Grau de risco Elevado	435 899	(91 823)	344 076
Total	865 730 111	(18 593 514)	847 136 597

31-12-2023			
mkz	Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito			
Rating externo	129 588 333	(87 551)	129 500 782
BBB+ a BBB-	127 274 449	(87 128)	127 186 898
A a AA	2 313 884	(423)	2 313 884
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito			
Rating externo	67 625 726	-	67 625 726
B+ a B-	67 625 726	-	67 625 726
Investimentos ao custo amortizado			
Rating externo	299 084 988	(4 369 244)	294 715 744
B+ a B-	299 084 988	(4 369 244)	294 715 744
Crédito a clientes			
Rating interno	367 874 777	(14 522 218)	353 352 559
Grau de risco Baixo	363 239 677	(13 844 717)	349 394 960
Grau de risco Médio	3 795 660	(253 846)	3 541 814
Grau de risco Elevado	839 440	(423 655)	415 785
Total	864 173 824	(18 979 013)	845 194 811

O risco de crédito do Caixa Angola apresenta a seguinte composição por área geográfica:

31-12-2024					
mkz	Área geográfica				Total
	Angola	Portugal	Alemanha	Singapura	
Patrimoniais	943 298 779	87 350 888	33 001 001	5 775 086	1 069 425 754
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	216 330 235	-	-	-	216 330 235
Disponibilidades em outras instituições de crédito	21 255 317	60 020 705	1 995 837	1 214 270	84 486 129
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	41 117 299	27 330 183	31 005 164	4 560 816	104 013 462
Investimentos ao custo amortizado	267 464 666	-	-	-	267 464 666
Crédito a clientes	391 726 192	-	-	-	391 726 192
Outros activos	5 405 070	-	-	-	5 405 070
Extrapatrimoniais	80 037 230	-	-	-	80 037 230
Crédito documentário à importação e garantias prestadas	39 032 219	-	-	-	39 032 219
Compromissos assumidos perante terceiros	41 005 011	-	-	-	41 005 011
Total	1 023 336 009	87 350 888	33 001 001	5 775 086	1 149 462 984

31-12-2023					
mkz	Área geográfica				Total
	Angola	Portugal	Alemanha	Singapura	
Patrimoniais	940 589 817	96 106 898	1 361 529	952 356	1 039 010 600
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	187 616 248	-	-	-	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	31 416 618	96 106 898	1 361 529	952 356	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	67 625 726	-	-	-	67 625 726
Investimentos ao custo amortizado	294 715 744	-	-	-	294 715 744
Crédito a clientes	353 352 559	-	-	-	353 352 559
Outros activos	5 862 922	-	-	-	5 862 922
Extrapatrimoniais	70 285 721	-	-	-	70 285 721
Crédito documentário à importação e garantias prestadas	38 916 114	-	-	-	38 916 114
Compromissos assumidos perante terceiros	31 369 607	-	-	-	31 369 607
Total	1 010 875 538	96 106 898	1 361 529	952 356	1 109 296 321

Para efeitos de redução do risco de crédito são relevantes os colaterais financeiros, que permitam redução directa do valor da posição. São ainda consideradas as garantias de protecção pessoal com efeito de substituição na posição em risco.

Em termos de redução directa, estão contempladas as operações de crédito colateralizadas por cauções financeiras, nomeadamente, depósitos, obrigações do Estado Angolano entre outras similares.

Potenciais impactos dos riscos de Alterações climáticas

Para a identificação e avaliação do risco de alterações climáticas, o Caixa Angola identificou os sectores e segmentos mais suscetíveis ao risco de alterações climáticas, através de uma abordagem de setores relevantes para a política climática (*CPRS - Climate Policy Relevant Sectors*).

Seguidamente apresenta-se as exposições mais sensíveis ao impacto dos eventos físicos das alterações climáticas:

Sector	mkz			31-12-2024				
	Crédito Bruto	Créditos Documentário e Garantias Prestadas	Exposição Total	Sectores relevantes para a política climática				
				Negativamente Afectado	Positivamente Afectado	Com Impacto Incerto	Outros	Total
Agricultura, produção animal, caça e actividades relacionadas	11 167 937	-	11 167 937	11 167 937	-	-	-	11 167 937
Indústrias extractivas e de preparação de minerais metálicos	92 729 987	15 024 300	107 754 287	107 754 287	-	-	-	107 754 287
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	4 283 099	-	4 283 099	4 283 100	-	-	-	4 283 100
Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos	2 233 972	-	2 233 972	2 233 972	-	-	-	2 233 972
Indústrias alimentares e das bebidas	10 607 825	1 378 400	11 986 225	9 487 169	-	-	2 499 056	11 986 225
Construção	41 077 879	3 075 570	44 153 449	2 350 413	41 803 036	-	-	44 153 449
Comércio por grosso (excepto veículos)	36 140 393	11 032 125	47 172 518	-	-	-	46 964 344	46 964 344
Comércio por retalho	16 831 924	1 109 974	17 941 898	253 717	-	-	17 688 181	17 941 898
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	11 653 168	-	11 653 168	-	11 636 388	-	16 780	11 653 168
Actividades imobiliárias	1 264 137	-	1 264 137	-	-	-	1 264 137	1 264 137
Educação	86 332	-	86 332	-	-	-	86 332	86 332
Outras actividades de prestação de serviços a empresas	3 486 925	4 725	3 491 650	-	-	-	3 491 650	3 491 650
Outras actividades de serviços	1 324 799	234 139	1 558 938	-	-	-	1 558 938	1 558 938
Outras actividades	38 188 002	7 314 059	45 502 061	31 758 103	1 629 659	83 520	12 030 498	45 501 780
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	98 203 683	-	98 203 683	-	-	-	-	-
Particulares	37 550 000	-	37 550 000	-	-	-	-	-
Consumo	31 270 604	-	31 270 604	-	-	-	-	-
Habituação	6 279 396	-	6 279 396	-	-	-	-	-
Total	406 830 062	39 173 292	446 003 354	169 288 698	55 069 083	83 520	85 599 916	310 041 217

Risco de Mercado

O risco de mercado na sua componente de preço de activos/passivos financeiros é considerado não material, porque o Banco não detém carteira de negociação e/ou activos sujeitos a variação de preço. Os investimentos efectuados em carteira própria correspondem a Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro detidas até à maturidade, em que o risco está associado à contraparte (crédito) e não ao risco de mercado.

No que respeita ao risco cambial e em sede de identificação de avaliação, a Direcção de Gestão de Risco (DGR) apura e disponibiliza diariamente a posição cambial em cada uma das moedas. A Direcção de Contabilidade (DCT) efectua o cálculo da exposição cambial para cumprimento do requisito regulamentar aplicável. O cumprimento da estratégia cambial é assegurado pela Direcção de Mercados Financeiros (DMF), nomeadamente no que respeita ao cumprimento dos requisitos regulamentares. A DGR com o apoio da DMF e DCT monitoriza o risco cambial através da monitorização do *mismatch* em moeda estrangeira, uma vez que não existem instrumentos derivados disponíveis para cobertura deste risco.

Para a fase de acompanhamento e reporte, a DMF e DGR produzem relatórios que enviam à Comissão Executiva e que permitem acompanhar alguns indicadores de liquidez: relatório para apresentação em ALCO (mensalmente, com a posição da carteira de títulos, fluxos de compra e venda de ME, variações das taxas de câmbio); relatório de operações cambiais (diário) e relatório de mercado da posição cambial (diário).

Relativamente ao risco de taxa de juro, mensalmente na reunião do Comité ALCO, a DGR aborda os temas relevantes, nomeadamente aqueles que obrigaram a tomadas de decisão, e que são reportados

superiormente e a DMK efectua uma análise comparativa das taxas médias de activos e passivos, que também é reportada à Comissão Executiva.

O Caixa Angola mantém ainda o cumprimento do Instrutivo n.º 22/2021 de 27 de Outubro referente ao Risco de Taxa de juro na carteira bancária (instrumentos financeiros não detidos na carteira de negociação).

A carteira de investimento está totalmente concentrada em obrigações do tesouro nacional.

No seguimento das recomendações do Instrutivo n.º 22/2021 de 27 de Outubro, do BNA, o Banco calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia definida no Instrutivo.

Os activos e passivos do Banco são decompostos por tipo de taxa à data de 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 como segue:

31-12-2024				
mkz	Exposição a		Não sujeito a	Total
	Taxa fixa	Taxa variável	risco de taxa de juro	
Activos	555 118 233	242 714 305	266 634 618	1 064 467 156
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	216 330 235	216 330 235
Disponibilidades em outras instituições de crédito	34 628 218	-	49 857 911	84 486 129
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	104 013 462	-	-	104 013 462
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	446 472	446 472
Investimentos ao custo amortizado	267 464 666	-	-	267 464 666
Crédito a clientes	149 011 887	242 714 305	-	391 726 192
Passivos	353 507 132	-	546 071 861	899 578 993
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	4 100 595	4 100 595
Recursos de clientes e outros empréstimos	353 507 132	-	541 971 266	895 478 398
Total	201 611 101	242 714 305	(279 437 243)	164 888 163

31-12-2023				
mkz	Exposição a		Não sujeito a	Total
	Taxa fixa	Taxa variável	risco de taxa de juro	
Activos	483 710 840	231 983 189	317 741 246	1 033 435 275
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	187 616 248	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	129 837 401	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	67 625 726	-	-	67 625 726
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	287 597	287 597
Investimentos ao custo amortizado	294 715 744	-	-	294 715 744
Crédito a clientes	121 369 370	231 983 189	-	353 352 559
Passivos	413 211 052	-	491 118 945	904 329 997
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	5 809 869	5 809 869
Recursos de clientes e outros empréstimos	413 211 052	-	485 309 076	898 520 128
Total	70 499 788	231 983 189	(173 377 699)	129 105 278

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de juro à data de 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada como segue:

31-12-2024						
Variação das taxas de juro						
mkz	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activos	(15 956 650)	(7 978 326)	(3 989 162)	3 989 162	7 978 326	15 956 650
Disponibilidades em outras instituições de crédito	(692 564)	(346 282)	(173 141)	173 141	346 282	692 564
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	(2 080 269)	(1 040 135)	(520 067)	520 067	1 040 135	2 080 269
Investimentos ao custo amortizado	(5 349 293)	(2 674 647)	(1 337 323)	1 337 323	2 674 647	5 349 293
Crédito a clientes	(7 834 524)	(3 917 262)	(1 958 631)	1 958 631	3 917 262	7 834 524
Passivos	(7 070 143)	(3 535 071)	(1 767 536)	1 767 536	3 535 071	7 070 142
Recursos de clientes e outros empréstimos	(7 070 143)	(3 535 071)	(1 767 536)	1 767 536	3 535 071	7 070 142
Impacto líquido	(8 886 507)	(4 443 255)	(2 221 626)	2 221 626	4 443 255	8 886 508

31-12-2023						
Variação das taxas de juro						
mkz	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activos	(14 313 881)	(7 156 940)	(3 578 471)	3 578 471	7 156 940	14 313 881
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	(1 352 515)	(676 257)	(338 129)	338 129	676 257	1 352 515
Investimentos ao custo amortizado	(5 894 315)	(2 947 157)	(1 473 579)	1 473 579	2 947 157	5 894 315
Crédito a clientes	(7 067 051)	(3 533 526)	(1 766 763)	1 766 763	3 533 526	7 067 051
Passivos	(8 264 221)	(4 132 111)	(2 066 055)	2 066 055	4 132 111	8 264 221
Recursos de clientes e outros empréstimos	(8 264 221)	(4 132 111)	(2 066 055)	2 066 055	4 132 111	8 264 221
Impacto líquido	(6 049 660)	(3 024 829)	(1 512 416)	1 512 416	3 024 829	6 049 660

O detalhe dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da data de maturidade ou de refixação em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 apresenta-se como segue:

31-12-2024								
Datas de refixação / Datas de maturidade								
mkz	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos	308 704 616	40 240 344	101 288 359	153 818 089	70 835 128	100 375 333	22 570 669	797 832 538
Disponibilidades em outras instituições de crédito	34 628 218	-	-	-	-	-	-	34 628 218
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	89 137 266	-	14 876 196	-	-	-	-	104 013 462
Investimentos ao custo amortizado	-	24 070 444	72 257 317	90 427 119	36 363 226	28 844 788	15 501 772	267 464 666
Crédito a clientes	184 939 132	16 169 900	14 154 846	63 390 970	34 471 902	71 530 545	7 068 897	391 726 192
Passivos	52 773 029	110 542 062	88 301 201	56 654 799	26 804 185	18 431 167	689	353 507 132
Recursos de clientes e outros empréstimos	52 773 029	110 542 062	88 301 201	56 654 799	26 804 185	18 431 167	689	353 507 132
Exposição líquida	255 931 587	(70 301 718)	12 987 158	97 163 290	44 030 943	81 944 166	22 569 980	444 325 406

31-12-2023								
Datas de refixação / Datas de maturidade								
mkz	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos	219 348 499	106 345 159	27 270 123	125 224 341	95 059 075	122 923 440	19 523 392	715 694 029
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	46 459 172	21 166 554	-	-	-	-	-	67 625 726
Investimentos ao custo amortizado	12 708 864	65 819 847	16 915 269	67 604 677	84 120 322	32 033 847	15 512 918	294 715 744
Crédito a clientes	160 180 463	19 358 758	10 354 854	57 619 664	10 938 753	90 889 593	4 010 474	353 352 559
Passivos	29 171 589	150 642 150	86 621 595	118 499 001	10 946 820	17 329 897	-	413 211 052
Recursos de clientes e outros empréstimos	29 171 589	150 642 150	86 621 595	118 499 001	10 946 820	17 329 897	-	413 211 052
Exposição líquida	190 176 910	(44 296 991)	(59 351 472)	6 725 340	84 112 255	105 593 543	19 523 392	302 482 977

Nos termos do Artigo 6º do Instrutivo n.º 22/2021 de 27 de Outubro, o Banco deverá informar o BNA sempre que se verifique uma redução potencial do valor económico da sua carteira bancária igual ou superior a 20% dos fundos próprios regulamentares. O Banco cumpriu com este requisito a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, conforme apresentado de seguida:

31-12-2024							
Exposição por intervalo de maturidade - Impacto na situação líquida							
Banda temporal	Activos	Passivos	Elementos		Posição	Factor de ponderação	Posição ponderada
			+	-			
à vista - 1 mês	319 473 455	52 800 585	31 376 789	-	298 049 659	0,08%	238 440
1 - 3 meses	97 675 256	110 542 061	4 282 657	-	(8 584 148)	0,32%	(27 470)
3 - 6 meses	93 018 338	88 514 785	2 702 564	-	7 206 117	0,72%	51 884
6 - 12 meses	93 336 122	56 413 657	2 643 000	-	39 565 463	1,43%	565 786
1 - 2 anos	40 366 600	24 734 871	-	-	15 631 729	2,77%	432 999
2 - 3 anos	27 744 468	1 787 170	-	-	25 957 297	4,49%	1 165 483
3 - 4 anos	44 068 489	442 269	-	-	43 626 220	6,14%	2 678 650
4 - 5 anos	8 464 216	18 271 041	-	-	(9 806 825)	7,71%	(756 106)
5 - 7 anos	23 607 829	-	-	-	23 607 829	10,15%	2 396 195
7 - 10 anos	26 653 618	689	-	-	26 652 928	13,26%	3 534 179
10 - 15 anos	11 209 555	-	-	-	11 209 555	17,84%	1 999 784
15 - 20 anos	6 521 199	-	-	-	6 521 199	22,43%	1 462 704
> 20 anos	5 724 787	-	-	-	5 724 787	26,03%	1 490 162
Total							15 232 691
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro							15 232 690
Fundos próprios regulamentares							139 396 100
Impacto no valor económico / Fundos próprios regulamentares							10,9%

31-12-2023							
Exposição por intervalo de maturidade - Impacto na situação líquida							
Banda temporal	Activos	Passivos	Elementos		Posição	Factor de ponderação	Posição ponderada
			+	-			
à vista - 1 mês	230 596 099	29 171 588	29 032 500	-	230 457 011	0,08%	184 366
1 - 3 meses	153 876 116	150 642 149	830 386	-	4 064 353	0,32%	13 006
3 - 6 meses	25 253 031	86 621 595	1 226 720	-	(60 141 844)	0,72%	(433 021)
6 - 12 meses	72 327 439	118 499 000	280 000	-	(45 891 561)	1,43%	(656 249)
1 - 2 anos	57 301 406	10 946 820	-	-	46 354 586	2,77%	1 284 022
2 - 3 anos	54 733 690	-	-	-	54 733 690	4,49%	2 457 543
3 - 4 anos	15 422 892	17 329 897	-	-	(1 907 005)	6,14%	(117 090)
4 - 5 anos	32 272 739	-	-	-	32 272 739	7,71%	2 488 228
5 - 7 anos	15 126 871	-	-	-	15 126 871	10,15%	1 535 377
7 - 10 anos	35 947 534	-	-	-	35 947 534	13,26%	4 766 643
10 - 15 anos	13 842 915	-	-	-	13 842 915	17,84%	2 469 576
15 - 20 anos	4 554 683	-	-	-	4 554 683	22,43%	1 021 615
> 20 anos	4 438 612	-	-	-	4 438 612	26,03%	1 155 371
Total							16 169 387
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro							16 169 386
Fundos próprios regulamentares							117 146 773
Impacto no valor económico / Fundos próprios regulamentares							13,8%

A repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, por moeda, é analisada como segue:

31-12-2024					
mkz	Kwanzas	Dólares dos EUA	Euros	Outras moedas	Total
Activos	554 330 146	496 444 309	12 209 105	1 483 596	1 064 467 156
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	96 883 205	118 341 430	874 158	231 442	216 330 235
Disponibilidades em outras instituições de crédito	552 918	71 346 436	11 334 621	1 252 154	84 486 129
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	32 084 335	71 929 127	-	-	104 013 462
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	446 472	-	-	-	446 472
Investimentos ao custo amortizado	216 776 040	50 688 626	-	-	267 464 666
Crédito a clientes	207 587 176	184 138 690	326	-	391 726 192
Passivos	424 773 019	442 654 030	31 817 499	334 445	899 578 993
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	3 375 970	417 651	306 974	-	4 100 595
Recursos de clientes e outros empréstimos	421 397 049	442 236 379	31 510 525	334 445	895 478 398
Total	129 557 127	53 790 279	(19 608 394)	1 149 151	164 888 163

31-12-2023					
mkz	Kwanzas	Dólares dos EUA	Euros	Outras moedas	Total
Activos	543 103 106	474 485 633	14 663 557	1 182 979	1 033 435 275
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	84 053 324	102 892 189	466 777	203 958	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	335 200	114 329 277	14 193 903	979 021	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	67 625 726	-	-	-	67 625 726
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	287 597	-	-	-	287 597
Investimentos ao custo amortizado	204 349 088	90 366 656	-	-	294 715 744
Crédito a clientes	186 452 171	166 897 511	2 877	-	353 352 559
Passivos	458 765 234	417 505 997	27 260 801	797 965	904 329 997
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	5 645 957	83 849	80 062	1	5 809 869
Recursos de clientes e outros empréstimos	453 119 277	417 422 148	27 180 739	797 964	898 520 128
Total	84 337 872	56 979 636	(12 597 244)	385 014	129 105 278

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio à data de 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 é apresentada como segue:

31-12-2024						
mkz	-20%	-10%	-5%	5%	10%	20%
Dólares dos Estados Unidos da América	(10 758 056)	(5 379 028)	(2 689 514)	2 689 514	5 379 028	10 758 056
Euros	3 921 679	1 960 839	980 420	(980 420)	(1 960 839)	(3 921 679)
Outras moedas	(229 830)	(114 915)	(57 458)	57 458	114 915	229 830
Total	(7 066 207)	(3 533 104)	(1 766 552)	1 766 552	3 533 104	7 066 207

31-12-2023						
mkz	-20%	-10%	-5%	5%	10%	20%
Dólares dos Estados Unidos da América	(11 395 927)	(5 697 964)	(2 848 982)	2 848 982	5 697 964	11 395 927
Euros	2 519 449	1 259 724	629 862	(629 862)	(1 259 724)	(2 519 449)
Outras moedas	(77 003)	(38 501)	(19 251)	19 251	38 501	77 003
Total	(8 953 481)	(4 476 741)	(2 238 371)	2 238 371	4 476 741	8 953 481

Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez é feita utilizando métricas internas definidas pela gestão do Banco, nomeadamente, limites de exposição.

Este controlo é reforçado com a execução mensal de análises de sensibilidade, com o objectivo de caracterizar o perfil de risco do Banco e assegurar que as suas obrigações num cenário de crise de liquidez são cumpridas.

No que respeita às fases de identificação e análise do risco de liquidez, estas encontram-se em fase de operacionalização na DGR, de forma a permitir a análise regular de indicadores de evolução dos níveis de liquidez do Banco para identificação tempestiva de desvios e realização de medidas preventivas e correctivas, quando necessário.

Em termos de acompanhamento e controlo do risco de liquidez, é analisada mensalmente em ALCO a seguinte informação:

- Concentração do financiamento por contraparte;
- Concentração do financiamento por tipo de produto;
- Maturidade do financiamento por tipo de produto;
- Custo de financiamento;
- Concentração do financiamento por maturidade residual;
- Concentração do financiamento por moeda e país;
- Activos onerados;
- Evolução do *gap* de liquidez estático e contratual; e
- Evolução do rácio de liquidez, rácio de observação e rácio de transformação.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo BNA (Instrução n.º 14/2021 de 27 de Setembro).

O detalhe dos instrumentos financeiros em função da sua data de maturidade, em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, apresenta-se como segue:

mkz	31-12-2024									
	Prazos residuais contratuais								Indeterminado	Total
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos		
Activos	355 753 531	62 826 555	41 136 658	102 376 208	155 691 007	116 109 447	146 515 255	89 017 093	446 472	1 069 872 226
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	216 330 235	-	-	-	-	-	-	-	-	216 330 235
Disponibilidades em outras instituições de crédito	84 486 129	-	-	-	-	-	-	-	-	84 486 129
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	44 435 496	44 701 770	-	14 876 196	-	-	-	-	-	104 013 462
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	446 472	446 472
Investimentos ao custo amortizado	-	-	24 070 444	72 257 317	90 427 119	36 363 226	28 844 788	15 501 772	-	267 464 666
Crédito a clientes	9 254 514	18 124 752	17 066 081	15 241 562	65 260 950	79 608 807	115 559 953	71 609 573	-	391 726 192
Outros activos	1 247 157	33	133	1 133	2 938	137 414	2 110 514	1 905 748	-	5 405 070
Passivos	544 218 070	51 147 422	110 668 267	88 328 363	56 661 378	26 807 018	32 263 718	909	-	910 095 145
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	4 100 595	-	-	4 100 595
Recursos de clientes e outros empréstimos	543 633 571	51 110 725	110 542 062	88 301 200	56 654 799	26 804 185	18 431 167	689	-	895 478 398
Outros Passivos	584 499	36 697	126 205	27 163	6 579	2 833	9 731 956	220	-	10 516 152
Garantias financeiras e outros	1 613 044	4 964 461	21 104 416	4 973 350	2 430 072	30 285	-	4 057 664	-	39 173 292
Garantias e avals prestados	-	-	9 340 734	259 557	1 874 000	30 285	-	-	-	11 504 576
Créditos documentários	1 613 044	4 964 461	11 763 682	4 713 793	556 072	-	-	4 057 664	-	27 668 716
Gap de liquidez	(186 851 495)	16 643 594	(48 427 193)	19 021 195	101 459 701	89 332 714	114 251 537	93 073 848	446 472	198 950 373
Gap acumulado de liquidez	(186 851 495)	(170 207 901)	(218 635 094)	(199 613 899)	(98 154 198)	(8 821 484)	105 430 053	198 503 901	198 950 373	-

31-12-2023										
Prazos residuais contratuais										
mkz	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos	329 199 263	66 121 731	110 724 153	27 804 512	126 852 950	117 766 643	169 647 096	88 784 630	2 397 219	1039 298 197
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	187 616 248	-	-	-	-	-	-	-	-	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	129 500 782	-	-	-	-	-	-	-	336 619	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	46 459 172	21 166 554	-	-	-	-	-	-	67 625 726
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	287 597	287 597
Investimentos ao custo amortizado	-	12 708 864	65 819 847	16 915 269	67 604 677	84 120 322	32 033 847	15 512 918	-	294 715 744
Crédito a clientes	9 983 242	6 953 695	23 737 612	10 888 194	59 244 303	33 577 724	137 585 935	71 381 854	-	353 352 559
Outros activos	2 098 991	-	140	1 049	3 970	68 597	27 314	1 889 858	1 773 003	5 862 922
Passivos	494 000 193	27 783 256	150 790 264	86 710 804	118 538 843	10 954 930	17 329 905	180	8 666 896	914 775 271
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	5 809 869	-	-	-	-	-	-	-	-	5 809 869
Recursos de clientes e outros empréstimo	486 706 537	27 774 128	150 642 150	86 621 595	118 499 001	10 946 820	17 329 897	-	-	898 520 128
Outros Passivos	1 483 787	9 128	148 114	89 209	39 842	8 110	8	180	8 666 896	10 445 274
Garantias financeiras e outros	580 550	1 477 187	17 650 061	13 166 366	3 414 682	50 000	-	2 760 096	-	39 098 942
Compromissos	-	-	-	1 657 111	1 880 751	50 000	-	1 107 806	-	4 695 668
Garantias e avais prestados	-	-	-	1 657 111	1 880 751	50 000	-	1 107 806	-	4 695 668
Créditos documentários	580 550	1 477 187	17 650 061	11 509 255	1 533 931	-	-	1 652 290	-	34 403 274
Gap de liquidez	(164 220 380)	39 815 662	(22 416 050)	(45 739 926)	11 728 789	106 861 713	152 317 191	91 544 546	(6 269 677)	163 621 868
Gap acumulado de liquidez	(164 220 380)	(124 404 718)	(146 820 768)	(192 560 694)	(180 831 905)	(73 970 192)	78 346 999	169 891 545	163 621 868	-

Com referência a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023, os quadros seguintes apresentam informação relativa aos prazos residuais de maturidade "estrutural" do balanço do Caixa Angola (por oposição aos prazos residuais de maturidade contratual) e diferem dos últimos na utilização dos seguintes pressupostos:

- Para os Depósitos à ordem de clientes no gap estrutural, considerou-se: distribuição do saldo de 40% dos depósitos na maturidade até 1 dia, e 60% distribuídos nas restantes maturidades até 6 anos (superior a 5 anos); e
- Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projectados nem juros corridos.

31-12-2024								
Prazos residuais de maturidade estrutural								
mkz	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos	314 499 848	132 668 841	71 157 721	360 406 759	78 083 940	80 943 274	53 557 171	1 091 317 554
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	216 330 234	-	-	-	-	-	-	216 330 234
Disponibilidades em outras instituições de crédito	63 229 878	552 918	-	20 703 334	-	-	-	84 486 130
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	89 137 266	-	14 876 196	-	-	-	104 013 462
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	446 472	446 472
Investimentos ao custo amortizado	23 157	19 345 190	49 085 198	296 727 473	(2 739 534)	(94 842 065)	(134 419)	267 465 000
Crédito a clientes	12 337 354	23 520 316	22 072 389	25 997 633	80 823 474	175 636 002	51 338 831	391 725 999
Outros activos	22 579 225	113 151	134	2 102 123	-	149 337	1 906 287	26 850 257
Passivos	226 128 674	57 070 662	124 337 057	116 823 920	65 019 659	47 174 438	282 767 760	919 322 170
Recursos de clientes e outros empréstimos	218 069 744	57 013 136	123 905 727	101 878 450	65 019 659	46 859 414	282 731 860	895 477 990
Outros Passivos	8 058 930	57 526	431 330	14 945 470	-	315 024	35 900	23 844 180
Gap de liquidez	88 371 174	75 598 179	(53 179 336)	243 582 839	13 064 281	33 768 836	(229 210 589)	171 995 384
Gap acumulado de liquidez	88 371 174	163 969 353	110 790 017	354 372 856	367 437 137	401 205 973	171 995 384	-

31-12-2023								
Prazos residuais de maturidade estrutural								
mkz	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos	325 506 966	70 382 138	117 765 996	74 517 530	126 193 458	282 776 390	68 043 295	1 065 185 773
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	187 616 248	-	-	-	-	-	-	187 616 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	98 420 783	-	-	31 416 618	-	-	-	129 837 401
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	46 459 172	21 166 554	-	-	-	-	67 625 726
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	287 597	287 597
Investimentos ao custo amortizado	(13 115)	13 187 225	67 830 524	19 057 139	60 087 718	117 351 453	17 215 056	294 716 000
Crédito a clientes	11 534 742	10 698 179	28 768 779	22 260 337	66 105 740	165 326 002	48 659 222	353 353 001
Outros activos	27 948 308	37 562	139	1 783 436	-	98 935	1 881 420	31 749 800
Passivos	206 032 813	34 002 579	162 781 248	113 915 435	108 793 563	54 175 980	246 458 975	926 160 593
Recursos de clientes e outros empréstimos	194 247 002	33 967 788	162 608 675	98 588 120	108 793 563	53 937 520	246 377 457	898 520 125
Outros Passivos	11 785 811	34 791	172 573	15 327 315	-	238 460	81 518	27 640 468
Gap de liquidez	119 474 153	36 379 559	(45 015 252)	(39 397 905)	17 399 895	228 600 410	(178 415 680)	139 025 180
Gap acumulado de liquidez	119 474 153	155 853 712	110 838 460	71 440 555	88 840 450	317 440 860	139 025 180	-

Risco Operacional

Em matéria de gestão do risco operacional, o Caixa Angola tem implementada uma metodologia definida para o grupo CGD, cujas principais componentes são a identificação, avaliação/mensuração, monitorização e mitigação. Este sistema encontra-se suportado em quatro pilares essenciais, nomeadamente (i) modelo de governação, (ii) recursos humanos, (iii) aplicações de suporte e (iv) informação e comunicação.

O Modelo de Governo do Risco Operacional e do Controlo Interno implantado pelo Banco garante o acompanhamento permanente e transversal deste risco, garantindo:

- O registo dos eventos pelos vários órgãos de estrutura das áreas de negócio, controlo e suporte do Banco;
- O reporte à Unidade de Risco Operacional e Controlo Interno da DGR que valida os eventos na aplicação de suporte (p.e. causas, órgão de estrutura em que ocorreu, tipo de evento de risco, perdas associadas, recuperações, entre outros itens);
- A avaliação e controlo do risco operacional pela área de responsável da DGR, assim como, acompanhamento da implementação de planos de acção para a correcção de insuficiências detectadas, contando igualmente com o seguimento permanente não só pela área responsável, como também pela Direcção de Auditoria Interna.

O Caixa Angola tem igualmente vindo a reforçar o modelo de gestão do risco operacional, designadamente nas componentes de avaliação, acompanhamento e controlo, que permite ao Banco, em particular e ao Grupo CGD, em geral, responder aos requisitos regulamentares da abordagem *standard* (método Padrão) para a gestão do risco operacional. Importa salientar que o Banco se encontra a preparar o processo de candidatura a apresentar ao BNA para o Método Padrão.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

O Caixa Angola procede ao apuramento do seu Rácio de Solvabilidade, Fundos Próprios Regulamentares (FPR) e Requisitos de Fundos Próprios Regulamentares, sendo esta gestão garantida pela Direcção de Gestão de Risco, em estreito cumprimento com as disposições e requisitos regulamentares estipulados pelo Banco Nacional de Angola (BNA).

Enquadramento regulatório

Os Fundos Próprios regulamentares compreendem:

1. Fundos Próprios de Base – compreendem: (i) o Capital Social realizado; (ii) Prémios de emissão respeitantes a elementos enquadrados na alínea anterior; (iii) Reserva para registo do valor da actualização monetária do capital social realizado; (iv) resultados transitados positivos de exercícios anteriores; (v) reservas legais, estatutárias e outras reservas provenientes de resultados não distribuídos, ou constituídas para o aumento de capital; (vi) resultado líquido positivo do exercício anterior; (vii) resultado líquido positivo provisório do exercício em curso; (viii) parcela das reservas e dos resultados correspondentes a activos por impostos diferidos, na medida em que estejam associados a perdas que contém como elemento negativo dos fundos próprios de base, e (ix) instrumentos cujas condições de emissão foram previamente aprovadas pelo BNA.
2. Elementos negativos dos Fundos Próprios de Base – Compreendem: (i) acções próprias em carteira, pelo valor de registo no balanço; (ii) resultados negativos, transitados de exercícios anteriores; (iii) resultado líquido negativo do exercício anterior; (iv) resultados latentes negativos relativos à reavaliação dos títulos; (v) resultados latentes negativos relativos à reavaliação dos títulos disponíveis para venda e às operações de cobertura de fluxos de caixa e de investimentos no exterior; (vi) resultado líquido negativo provisório do exercício em curso; (vii) imobilizações incorpóreas líquidas das depreciações; (viii) despesas com custos diferidos relacionadas com responsabilidades com pensões; (ix) parcela das reservas e dos resultados correspondentes a passivos por impostos diferidos, na medida em que estejam associados a ganhos que contem como elemento positivo dos fundos próprios de base; (x) diferenças positivas de reavaliação decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial; (xi) insuficiência de provisões face ao disposto no Aviso n.º 12/2014, de 17 de Dezembro, sobre constituição de provisões; e (xii) perdas actuariais não reconhecidas em resultados.
3. Fundos Próprios Complementares – compreendem (i) acções preferenciais remíveis; (ii) fundos e provisões genéricas; (iii) reservas provenientes da realização dos imóveis de uso próprio; (iv) dívidas subordinadas, na forma de empréstimos ou obrigações emitidas, cujas condições de emissão foram previamente aprovadas pelo BNA; (v) resultados latentes positivos relativos à reavaliação dos títulos disponíveis para venda e às operações de cobertura de fluxos de caixa e de investimentos no exterior, até 45% (quarenta e cinco por cento) do seu valor (pelo montante do efeito líquido da cobertura) antes de impostos; (vi) f) outros instrumentos cujas condições de emissão foram previamente aprovadas pelo BNA.
4. Deduções – Compreendem: (i) os instrumentos emitidos ou contraídos por outras instituições financeiras, de que as Instituições sejam detentoras, previstos nas alíneas a) e i) do número 2 do artigo 5.º e nas alíneas a), d) e f) do número 2 do artigo 7.º, ambos do Aviso 2/2016. Esta dedução deve considerar o valor de registo no balanço, líquido de provisões, e obedecer às seguintes condições: a) Se a Instituição dispuser de uma participação superior a 10% (dez por cento) do capital da participada será deduzida a totalidade dos instrumentos acima referidos; ou b) Se a instituição dispuser de uma participação inferior ou igual a 10% (dez por cento) do capital da participada, e se superior a 10% (dez por cento) do capital da participante, será deduzido o valor dos instrumentos acima referidos excluindo 10% (dez por cento) dos subsequentes próprios da participante, considerados antes desta dedução; (ii) os excessos face aos limites estabelecidos no Aviso n.º 9/2016, sobre limites prudenciais aos grandes riscos.

2024	
Rácio de Solvabilidade e Fundos Próprios	Aviso nº 08/2021 - Requisitos Prudenciais, Requisitos de Fundos Próprios, Processo de Supervisão e Gestão de Risco e Disciplina de Mercado
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Crédito	Instrutivo nº 11/2023- Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Crédito e Risco de Crédito de Contraparte e Respectiva Prestação de Informação Periódica
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Mercado	Instrutivo n.º 16/2021- Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Mercado e Respectiva Prestação de Informação Periódica.
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Operacional	Instrutivo n.º 13/2021- Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco Operacional e respectiva Prestação de Informação Periódica
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Liquidação e Transacções Incompletas	Instrutivo nº17/2021, sobre Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Liquidação e Transacções Incompletas
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Ajustamento de Avaliação de Crédito	Instrutivo nº18/2021, sobre Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Ajustamento de Avaliação de Crédito
2023	
Rácio de Solvabilidade e Fundos Próprios	Aviso nº 08/2021 - Requisitos Prudenciais, Requisitos de Fundos Próprios, Processo de Supervisão e Gestão de Risco e Disciplina de Mercado
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Crédito	Instrutivo nº 15/2021- Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Crédito e Risco de Crédito de Contraparte e Respectiva Prestação de Informação Periódica
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Mercado	Instrutivo n.º 16/2021- Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Mercado e Respectiva Prestação de Informação Periódica.
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Operacional	Instrutivo n.º 13/2021- Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco Operacional e respectiva Prestação de Informação Periódica
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Liquidação e Transacções Incompletas	Instrutivo nº17/2021, sobre Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Liquidação e Transacções Incompletas
Requisitos de Fundos Próprios para Risco de Ajustamento de Avaliação de Crédito	Instrutivo nº18/2021, sobre Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Ajustamento de Avaliação de Crédito

As instituições financeiras angolanas devem manter um nível de fundos próprios compatíveis com a natureza e escala das operações devidamente ponderados pelos riscos inerentes às operações, sendo assegurando, permanentemente, o cumprimento dos seguintes requisitos mínimos de fundos próprios:

31-12-2024		31-12-2023	
Indicador	Rácio Mínimo	Indicador	Rácio Mínimo
CET 1	4,50%	CET 1	4,50%
TIER 1	6,00%	TIER 1	6,00%
FPR	8,00%	FPR	8,00%

Capital Regulatório

O Capital Regulatório do Caixa Angola engloba as seguintes componentes

- **Fundos Próprios Principais de nível 1 - Common Equity Tier 1 (CET1)**

As componentes da situação líquida que contribuem para os Fundos Próprios Principais de nível 1 (CET1) em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 são:

- Capital realizado;
- Outras reservas e resultados transitados positivos;
- Resultado líquido positivo do exercício anterior;
- Resultado líquido positivo provisório do exercício em curso;
- Instrumentos de capital próprio cujas condições de emissão foram previamente aprovadas pelo Banco Nacional de Angola; e,
- Prémios de emissão respeitantes aos elementos acima referidos;
- As deduções ao CET1 estão relacionadas com os seguintes itens:
- Valor contabilístico dos activos intangíveis;
- Despesas com custos diferidos relacionadas com responsabilidades com pensões;
- Valor contabilístico dos activos por impostos diferidos (por prejuízos fiscais);
- Resultado líquido negativo do exercício;
- Diferenças positivas de reavaliação decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial; e
- Perdas actuariais não reconhecidas em resultados.

• **Fundos Próprios Adicionais de nível 1 - Tier 1 Adicional (AT1 - Additional Tier 1)**

Os fundos próprios Adicionais de nível 1 incluem os instrumentos emitidos ou empréstimos subordinados contraídos e totalmente realizados.

Os instrumentos que contribuem para os fundos próprios adicionais de nível 1 são:

- Acções preferenciais;
- Instrumentos híbridos e/ ou convertíveis;
- Outros instrumentos cujas condições de emissão foram previamente aprovadas pelo Banco Nacional de Angola;
- Prémios de emissão respeitantes aos instrumentos acima referidos.
- As deduções aos fundos próprios adicionais de nível 1 são:
- Os instrumentos próprios de fundos próprios adicionais de nível 1 detidos directa, indirecta e sinteticamente, incluindo instrumentos próprios de fundos próprios adicionais de nível 1 que a instituição possa ser obrigada a adquirir em resultado de obrigações contratuais existentes;
- Os instrumentos de fundos próprios adicionais de nível 1 de Instituições financeiras detidos directa, indirecta e sinteticamente, com as quais a instituição tenha detenções cruzadas que o Banco Nacional de Angola considere terem sido constituídas para inflacionar artificialmente os fundos próprios da instituição;
- O valor aplicável dos instrumentos de fundos próprios adicionais de nível 1 de Instituições financeiras detidos directa, indirecta e sinteticamente, caso a instituição não tenha um investimento significativo nessas Instituições financeiras;
- Os instrumentos de fundos próprios adicionais de nível 1 de Instituições financeiras detidos directa, indirecta e sinteticamente por parte da instituição, caso a instituição tenha um investimento significativo nessas Instituições financeiras, excluindo posições de tomada firme detidas durante um período igual ou inferior a cinco dias úteis;
- O valor dos elementos que seja necessário deduzir aos elementos de fundos próprios de nível 2, que exceda os elementos de fundos próprios de nível 2 da instituição; e
- Qualquer imposto relativo a elementos de fundos próprios adicionais de nível 1 previsível no momento em que é calculado, excepto no caso da instituição ajustar adequadamente o valor dos elementos de fundos próprios adicionais de nível 1 na medida em que esse imposto reduza o valor até ao qual esses elementos possam ser afectados à cobertura de riscos ou perdas.

Fundos próprios e rácios de capital

Os resultados positivos referidos nos pontos anteriores apenas podem ser considerados sempre que certificados pelo perito contabilista membro do órgão de fiscalização ou fiscal único e pelo auditor externo.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital do Banco para 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (informação não auditada) apresenta-se como segue:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Fundos Próprios		
CET 1	139 396 100	117 146 773
TIER 1	139 396 100	117 146 773
FPR	139 396 100	117 146 773
Requisitos de Fundos Próprios Regulamentares	-	-
Activos ponderados (RWA - Risk Weighted Assets)	509 450 908	442 613 244
Rácios de solvabilidade		
CET 1	24,08%	26,47%
TIER 1	24,08%	26,47%
FPR/RSR	24,08%	26,47%
Rácios Mínimos		
CET 1	4,50%	4,50%
TIER 1	6,00%	6,00%
FPR/RSR	8,00%	8,00%
Excedente (buffers)		
CET 1	19,58%	21,97%
TIER 1	18,08%	20,47%
FPR	16,08%	18,47%

Nota 34 – Relato por segmentos

Para cumprimento das exigências da IFRS 8 – “Segmentos operacionais”, o Caixa Angola adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- **Carteira de investimento e transacções cambiais:** compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “repo” e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- **Banca de retalho:** compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e microempresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares. Neste segmento são também incluídos os resultados dos serviços de pagamento e liquidação, quando derivam de preçário do Banco, cobrado direta ou indiretamente em clientes que estão definidos para este segmento;
- **Banca comercial:** inclui as actividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projectos de investimento, desconto de letras, actividade de capital de risco, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público. Neste segmento são também incluídos os resultados dos serviços de pagamento e liquidação, quando derivam de preçário do Banco, cobrado direta ou indiretamente em clientes que estão definidos para este segmento;
- **Outros:** compreende todos os segmentos de actividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores designadamente:
 - i. **Serviços de agência:** contempla a guarda e administração de instrumentos financeiros por conta de clientes, nomeadamente a custódia e serviços conexos, tais como a gestão de tesouraria/de cauções;
 - ii. **Pagamento e liquidação:** inclui operações de pagamento e emissão e gestão de meios de pagamentos;
 - iii. **Intermediação relativa à carteira de retalho:** compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e microempresas. Devem ser incluídas as actividades com recepção e transmissão de ordens em relação a um ou mais instrumentos financeiros, execução de ordens por conta de clientes e colocação de instrumentos financeiros sem tomada firme;
 - iv. **Actividades de sociedades não financeiras:** compreende a actividade desenvolvida por empresas comerciais, industriais, tecnológicas e outras.

A distribuição dos resultados e dos principais agregados de balanço por linhas de negócio a 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 apresenta a seguinte composição:

Linhas de negócio:

mkz	31-12-2024				
	Carteira de Investimento e Transacções Cambiais	Banca de Retalho	Banca Comercial	Outros	Total
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					
Juros e rendimentos similares	45 447 791	9 482 597	34 653 937	-	89 584 325
Juros e encargos similares	-	(7 091 222)	(19 173 229)	(27 320)	(26 291 771)
Margem financeira	45 447 791	2 391 375	15 480 708	(27 320)	63 292 554
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	3 713 074	16 455 509	1 173 222	21 341 805
Encargos com serviços e comissões	-	(838 853)	(2 435 848)	(1 049 096)	(4 323 797)
Resultados em operações financeiras	9 602 828	2 395 883	5 308 349	-	17 307 060
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	52 124	52 124
Outros resultados de exploração	-	(325 872)	(336 440)	(1 826 270)	(2 488 582)
Produto da actividade bancária	55 050 619	7 335 607	34 472 278	(1 677 340)	95 181 164
Outros Custos e Proveitos	-	-	-	(34 772 333)	(34 772 333)
Resultado antes Impostos	55 050 619	7 335 607	34 472 278	(36 449 673)	60 408 831
Impostos	(9 390 720)	(1 251 332)	(5 880 396)	6 217 707	(10 304 741)
Resultado Líquido Individual do Período	45 659 899	6 084 275	28 591 882	(30 231 966)	50 104 090
BALANÇO					
Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito (Líquido)	383 573 575	-	-	21 256 251	404 829 826
Aplicações em Títulos e Derivados (Líquido)	267 911 138	-	-	-	267 911 138
Crédito a Clientes (líquido)	-	79 183 152	312 543 040	-	391 726 192
Outros Activos	-	-	-	26 850 257	26 850 257
Activo total (líquido)	651 484 713	79 183 152	312 543 040	48 106 508	1 091 317 413
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	-	-	416 030	3 684 565	4 100 595
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	96 048 714	799 429 684	-	895 478 398
Outros Passivos	-	-	-	20 464 367	20 464 367
Total do Passivo	-	96 048 714	799 845 714	24 148 932	920 043 360
Total Capital próprio	-	-	-	171 274 053	171 274 053
Total do Passivo e Capital próprio	-	96 048 714	799 845 714	195 422 985	1 091 317 413

31-12-2023					
mkz	Carteira de Investimento e Transacções Cambiais	Banca de Retalho	Banca Comercial	Outros	Total
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					
Juros e rendimentos similares	36 649 138	7 756 882	23 844 548	-	68 250 568
Juros e encargos similares	(941 029)	(5 837 900)	(11 904 214)	-	(18 683 143)
Margem financeira	35 708 109	1 918 982	11 940 334	-	49 567 425
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	4 718 651	3 590 322	4 601 097	-	12 910 070
Encargos com serviços e comissões	(2 615 433)	(474 578)	(568 627)	-	(3 658 638)
Resultados em operações financeiras	20 219 424	-	66 676	-	20 286 100
Resultados de alienação de outros activos	2 687	4 751	5 373	-	12 811
Outros resultados de exploração	(1 931 792)	(118 677)	(23 169)	-	(2 073 638)
Produto da actividade bancária	56 101 646	4 920 800	16 021 684	-	77 044 130
Outros Custos e Proveitos	-	-	-	(34 691 030)	(34 691 030)
Resultado antes de impostos	56 101 646	4 920 800	16 021 684	(34 691 030)	42 353 100
Impostos	(7 566 059)	(663 636)	(2160 739)	4 678 550	(5 711 883)
Resultado Líquido Individual do Período	48 535 587	4 257 164	13 860 945	(30 012 480)	36 641 217
BALANÇO					
Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito (Líquido)	381 748 842	3 330 533	-	-	385 079 375
Aplicações em Títulos e Derivados (Líquido)	295 003 340	-	-	-	295 003 340
Crédito a Clientes (líquido)	-	73 115 904	280 236 655	-	353 352 559
Outros Activos	-	-	-	31 626 407	31 626 407
Activo total (líquido)	676 752 182	76 446 437	280 236 655	31 626 407	1 065 061 681
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	5 809 869	-	-	-	5 809 869
Recursos de clientes e outros empréstimos	15 088	271 439 659	627 065 381	-	898 520 128
Outros Passivos	-	-	-	21 707 203	21 707 203
Total do Passivo	5 824 957	271 439 659	627 065 381	21 707 203	926 037 200
Total Capital próprio	-	-	-	139 024 481	139 024 481
Total do Passivo e Capital próprio	5 824 957	271 439 659	627 065 381	160 731 684	1 065 061 681

Reconciliação do resultado líquido dos segmentos relatáveis com o resultado líquido atribuível aos accionistas:

mkz	31-12-2024	31-12-2023
Contribuição Líquida		
Carteira de Investimento e Transacções Camb	45 659 899	48 535 587
Banca de Retalho	6 084 275	4 257 164
Banca Comercial	28 591 882	13 860 945
	80 336 056	66 653 697
Valores não inputados aos segmentos		
Juros e encargos similares	(27 320)	-
Rendimentos de serviços e comissões	1 173 222	-
Encargos com serviços e comissões	(1 049 096)	-
Outros resultados de exploração	(1 774 146)	-
Imparidade e outras provisões (1)	(4 684 278)	(9 752 346)
Custos operacionais	(30 088 055)	(24 938 684)
Impostos Correntes e Diferidos	6 217 707	4 678 550
Total não inputados aos segmentos	(30 231 966)	(30 012 480)
Resultado Líquido Individual do Exercício	50 104 090	36 641 217

(1) Inclui a imparidade para outros activos, contingências diversas e outras imparidades e/ou provisões não alocadas aos segmentos de negócio.

Nota 35 – Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes à data do balanço que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras apresentada.